



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Filhos de Pais são Pais de Filhos

Uma Abordagem Sociocultural do Problema da Violência Filioparental na
Adultez Emergente, em Portugal.

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação científica:

Prof. Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

Daniel Alexandre Martins Lobão

Lisboa, 2020

Filhos de Pais são Pais de Filhos

Uma abordagem Sociocultural do Problema da Violência Filioparental na Adulterez Emergente, em Portugal.

Daniel Alexandre Martins Lobão

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna para a obtenção do grau de mestre em Ciências Policiais, especialização em Criminologia e Investigação Criminal.

Orientação científica:

Prof. Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães

Lisboa, 2020

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um agradecimento ao Professor Doutor Nuno Poiares, não só por me ter aceite enquanto seu orientando, mas também pelo facto de ter sido um pilar fundamental nesta investigação, por me ter ajudado, academicamente e pessoalmente, a superar todas as dificuldades sentidas ao longo de toda a investigação e por se ter disponibilizado sempre para me ouvir. Um especial obrigado por tudo aquilo que fez por mim, enquanto pessoa e investigador.

Um obrigado também a todos os meus entrevistados, porque sem eles não existia investigação, obrigado por terem acreditado no tema e em se terem disponibilizado a me ouvir e a dar o vosso testemunho de uma problemática que merece ser ouvida e investigada. Parabéns pelo excelente trabalho que têm vindo a desempenhar na área do atendimento, da intervenção, da investigação e acima de tudo em ouvirem as vítimas e tentarem ajudá-las.

Aos meus pais, por terem ouvido todos os meus desabafos ao longo do percurso da dissertação e por sempre me terem incentivado a continuar o meu trabalho.

À minha namorada por me ter ouvido, a qualquer hora, sempre que precisava de alguém para falar sobre a dissertação. Mesmo quando, certamente, se tornava enfadonho, nunca se queixou, e procurava apoiar-me e mostrar-me o melhor caminho. Obrigado por me ter acalmado nos momentos de maior angústia e dúvida tão característicos da elaboração de uma investigação.

Por fim, aos meus amigos, Alberto e Inês por me apoiarem e procurarem ajudar-me sempre que possível e necessário na dissertação, e acima de tudo obrigado por sempre darem o seu ponto de vista, que certamente se irá notar ao longo do trabalho.

Epígrafe

“Só pelo conhecimento se pode evitar a criminalidade”

Maurice Cusson

Resumo

A violência filioparental tem vindo a aumentar de forma substancial na sociedade portuguesa e a nível global. Apesar do seu aumento repentino, muito pouco se sabe acerca desta problemática que tem sido apontada como uma consequência da modernidade. Uma das razões mais plausíveis para o seu rápido crescimento relaciona-se com as mudanças socioculturais que têm pautado as sociedades atuais, e que levaram a mudanças ao nível educativo e ao nível dos valores e da forma como os jovens hoje são percecionados e protegidos. Isto acaba por deixar os pais numa situação mais fragilizada a sofrerem estes ataques, não tendo ajudas nem ferramentas ao seu alcance para conseguirem educar o seu próprio filho.

O propósito da presente investigação foi perceber os fatores socioculturais que mais influenciam o aparecimento da violência de filhos para pais, numa faixa etária específica que é a adulterez emergente. A bibliografia tem limitado a problemática apenas à infância e à adolescência. Contudo, têm vindo a surgir alguns estudos que defendem a importância de sair desta limitação e ampliar o conceito a outras faixas etárias, de forma a serem recolhidas novas características do fenómeno. Foram recolhidos testemunhos de profissionais que têm contacto, ou já tiveram, com este tipo de casos, de forma a recolhermos as suas perceções sobre o fenómeno.

Percebeu-se, através das entrevistas desenvolvidas, que o principal fator sociocultural que mais se relaciona com a violência filioparental, na idade adulta, é a dependência económica, que tem vindo a pautar o dia a dia dos jovens. Contudo também se percebeu que este fator embora mais característico desta população, não é decisivo, e que o problema já vem desde infância nomeadamente ao nível da educação.

Palavras-chave: Violência Doméstica, Violência Filioparental, Adulterez Emergente, Fatores Socioculturais, Família.

Abstract

Child-to-parent violence has been increasing substantially globally and within Portuguese society. Despite its sudden increase, very little is known about this issue that has been identified as a consequence of modernity. One of the most plausible reasons for its rapid growth was due to the socio-cultural changes that have guided today's societies, which have led to changes in the educational level, in terms of values and in the way young people today are perceived and protected, leaving the parents in a more fragile situation to suffer these attacks, having no help or tools at their disposal to be able to educate their own child.

The purpose of this investigation was to understand the socio-cultural factors that most influence the appearance of violence from children to parents, in a specific age group that is the emerging adulthood. The bibliography has limited the problem only to childhood and adolescence. However, some studies have arisen that defend the importance of leaving this limitation and expanding the concept to other age groups, to collect new characteristics of the phenomenon. Testimonies were collected from professionals who have contact or have already had contact with these types of cases, in order to collect their perceptions about the phenomenon.

It was realized through the interviews, that the main socio-cultural factor that most influences child-to-parent violence in adulthood is due to the economic dependence, which has been guiding the daily lives of young people. However, it was also noticed that this factor, although more characteristic of this population, is not decisive, and that the problem has been occurring since childhood, namely in terms of education.

Keywords: Domestic Violence, Child-to-Parent Violence, Emerging Adulthood, Sociocultural Factors, Family.

Índice

Agradecimentos	iii
Epígrafe.....	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice de Tabelas	ix
Lista de Siglas	ix
Introdução	1
1. A violência	5
1.1. A violência doméstica.....	8
1.1.1. Conceito	13
1.1.2. Tipos de violência	16
1.1.3. Evolução jurídica de Violência Doméstica, em Portugal	17
1.2. Violência filioparental	22
1.2.1. Conceito	24
1.2.2. Teorias explicativas	30
1.2.2.1. Modelo Ecológico.....	31
1.2.2.2. Síndrome do Imperador	33
1.2.2.3. Aprendizagem social	34
1.2.2.4. Bidirecionalidade.....	36
1.2.3. Caracterização dos sujeitos.....	38
1.2.3.1. Os Agressores	38
1.2.3.2. As Vítimas	42
1.2.3.3. Nível socioeconómico	46
1.2.3.4. Uso de Armas e Drogas	47
2. A violência filioparental como uma patologia social	48

2.1. A Família	50
3. A adultez emergente dentro da violência filioparental	57
4. Método.....	63
4.1. Problematização da investigação.....	69
4.2. Recolha dos dados.....	71
4.3. O guião de entrevista	73
4.4. Amostra.....	75
4.5. Análise dos resultados	77
5. Análise e Discussão dos resultados	78
5.1. Definição de violência filioparental	79
5.2. A violência filioparental e a idade adulta	81
5.3. Fatores socioculturais que influenciam a violência filioparental em jovens maiores de idade	85
5.4. Pais com medo de educar.....	91
5.5. Perfil do agressor e da vítima.....	92
5.6. A prevenção dentro da violência filioparental.....	94
Considerações finais	95
Referências	101

Índice de Tabelas

Tabela 1: Sexo dos Inquiridos

Lista de Siglas

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CIG- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ISCP SI- Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

OMS- Organização Mundial da Saúde

PSP- Polícia de Segurança Pública

RASI- Relatório Anual de Segurança Interna

VFP- Violência Filioparental

VD- Violência Doméstica

Introdução

A presente investigação corresponde à elaboração de uma dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. O estudo insere-se no grande leque que é a violência doméstica e mais especificamente dentro da violência de filhos para pais, a chamada violência filioparental (VFP), com o presente tema: “Uma abordagem sociocultural do problema da violência filioparental na adulterez emergente, em Portugal”.

A violência é inerente, não só à vida humana, como a todos os seres vivos, sendo a forma mais primitiva de sobrevivência, proteção e de educação. Todas as sociedades geram o seu tipo de violência. Lourenço e Lisboa (1992, p. 5) afirmam que “não há sociedade conhecida que, sob uma forma ou outra, não tenha gerado o seu tipo de violência”. Dentro desta violência situa-se a violência doméstica, que tem vindo a ser uma das preocupações centrais dos Estados, pois “o contexto familiar é um dos mais violentos” (Montolíó, Moreno, & Robles, 2012, p. 487). Embora a violência doméstica sempre tenha existido, tem vindo sempre a ser considerada como um fenómeno privado, invisível e transversal em tempo e espaço, que tem vindo a ser negligenciado até ao passado recente (Dias, 2000). Mesmo atualmente existem certas ramificações de violência doméstica que são pouco faladas e continuam ainda a ser negligenciadas e ignoradas, principalmente a nível científico e dos serviços de proteção e de ajuda.

É verdade que vivemos na sociedade do conhecimento (Agra *in* Cusson, 2011 [2002]), mas consequentemente vivemos numa sociedade massificada nas formas de pensar e de agir (Murray, 2020), em que a (des)informação está à beira de um *click*, sendo este um perigo crescente das sociedades modernas, pelo que se torna o nosso dever e deve ser a nossa prioridade enquanto estudantes de criminologia e de outras áreas das ciências sociais que se estude o crime. É necessário que se desenvolva e se estudem fenómenos sociais criminógenos emergentes, atuais e preocupantes de forma a que seja possível prevenir em vez de intervir, “é, pois, um dever dos universitários portugueses

divulgar e produzir conhecimento neste domínio, cumprindo ao mesmo tempo, uma missão científica e social” (Angra *in* Cusson, 2011 [2002], p. 10).

Tendo em vista o grande campo que é a criminologia e dentro da área da violência doméstica, percebeu-se que atualmente, nas sociedades modernas a violência é perpétuada em maior escala, não nas ruas, mas sim dentro do espaço sagrado e privado de cada família, a casa (Poiares, 2016). O espaço onde qualquer pessoa tem uma maior probabilidade de lidar com situações de violência do que em qualquer outro lugar (Lourenço, Lisboa, & Pais, 1997). Isto leva-nos a pensar em quão frágil é a nossa segurança e o quão perto podemos estar dessa violência.

A investigação sobre a violência doméstica tem vindo a focar-se exclusivamente na violência perpetrada por adultos dentro da família. Todavia recentemente temos vindo a observar alguns estudos que se focam na criança como o perpetrador dessa violência familiar (Cottrel & Monk, 2004). Embora sejam poucos os estudos, o fenómeno tem vindo a crescer. É com base nesta visão, preocupante e apreensiva que foi escolhido o tema para a presente dissertação. Procurei afastar-me daquilo que eram os temas mais clássicos dentro da violência doméstica, de forma a tentar chamar a atenção para a existência de fenómenos emergentes de violência no espaço doméstico. Estão a assumir-se outras formas de violência em consequência de uma sociedade modernizada e em constante mudança, como a violência de filhos para pais, designada por violência filioparental, que tem vindo a crescer em Portugal (Patuleia & Alberto, 2016). Gallego (*in* Urra, 2016, p. 382) aponta que “o conflito entre pais e filhos é tão antigo como a sociedade, mas agora tem uma dimensão nova”.

De facto, a violência perpetrada pelos jovens, dentro da sociedade, tem-se tornado uma preocupação crescente para as sociedades (Contreras & Cano, 2015), e embora seja uma realidade que tem vindo a ser cada vez mais reproduzida pelos *media* e cada vez mais estudada dentro da academia, a violência filioparental “é um fenómeno criminal ainda desconhecido, apesar do seu conhecimento há várias décadas” (García A. L., 2020, p. 33). A falta de educação, a falta de valores, a dificuldade que os pais têm em educar e impor limites, a perda de poder por parte dos educadores sociais, e uma sociedade

consumista em que os filhos cada vez querem mais, e consequentemente dependem dos pais até cada vez mais tarde, fizeram com que este fenómeno inevitavelmente aumentasse (Aroca, Miró, & Bellver, 2013). Embora o aumento dos dados, a violência filioparental continua a ser segundo Howard e Rottem (2011), a violência mais escondida em comparação com as outras formas de violência doméstica, que está a subir de maneira exponencial, em diversos países (Coogan, 2018; Pereira & Bertino, 2009; Urra, 2016), começando a ser visto como “um problema de saúde pública em ascensão” (Alberto, Pereira, & Patuleia, 2016, p. 97), ou pior, como uma “pandemia de violência filial” (Urra, 2016, p. 34). Este aumento é alimentado pelas mudanças sociais e culturais recentes que abalaram a estrutura familiar e consequentemente os pilares da sociedade, principalmente ao nível da educação e dos valores. Frases como “não consigo controlar o meu filho” (Urra, 2016, p. 29), têm vindo a ser o dia a dia de muitos pais, que não sabem estabelecer limites aos próprios filhos, nem são ajudados para o fazerem. Um problema que de facto já tem vindo a acontecer com outros pilares da autoridade social, como os professores. Ressalve-se o grande problema que estes, outrora vistos como fontes de conhecimento, educação e disciplina, hoje têm dificuldade ou sentem-se até mesmo privados de estabelecer limites aos seus alunos dentro de uma sala, onde muitas vezes acabam mal tratados pelos próprios, ou até, agredidos pelos progenitores dos alunos. O desrespeito existente e crescente pelas autoridades policiais nas camadas mais jovens também se tem vindo a tornar cada vez mais um problema.

Caminhamos para uma sociedade em que se despojam os deveres, mas nunca os direitos, onde as figuras de referência ao nível da educação têm vindo a perder o seu espaço, deixando uma lacuna nesse sentido, vivendo-se numa distopia disfarçada, sendo a violência filioparental uma consequência dessa sociedade moderna onde “o poder é conquistado e assumido pelos filhos através de ameaças e de agressões verbais e físicas” (Alberto, Pereira, & Patuleia, 2016, p. 101). Os pais perderam a autoridade, mas não a responsabilidade perante os atos violentos dos seus filhos (Urra, 2016), não lhes é permitido estabelecer limites ou regras, mas são considerados culpados e rebaixados por não o fazerem.

A compreensão do fenómeno da violência filial e do porquê da sua rápida emergência, torna necessário estudar a forma como a sociedade tem vindo a estimular a interação entre pais e filhos dentro do seu contexto social e cultural. Para além disso, o trabalho foca-se, ainda, numa população dentro da violência filioparental que tem vindo a ser esquecida, que segundo McManus, Almond e Bourk (2017), são os jovens adultos, ou segundo Arnett (2000; 2006) são os adultos emergentes, que são uma população que tem características semelhantes aos adolescentes que cometem este tipo de violência. Contudo existem ainda fatores acrescidos, como iremos estudar. Pretende-se cruzar, a sociedade, a violência filioparental e ainda a adulterez emergente, dentro do presente estudo.

O estudo da cultura e da sociedade não é novo dentro da Criminologia, assim como Cusson (2011 [2002]) defende: para se estudar no âmbito criminal, não se pode estudar só o facto criminoso, é preciso estudar o contexto em que esse mesmo crime se desenvolveu e faz parte. Só assim é possível perceber, entender e tirar conclusões do fenómeno em estudo.

A presente proposta de investigação é, a meu ver, original pelo facto de ser um tema recente, muito pouco abordado na comunidade científica, principalmente dentro da área da criminologia e ainda menos abordado se tivermos em conta a população que o estudo procura retratar. É um estudo exploratório devido à contemporaneidade do tema e a consequente falta de bibliografia e de dados nomeadamente a nível nacional. O tema torna-se relevante e inovador a partir do momento em que não só, se pretende expor uma forma de violência doméstica pouco abordada, mas também procura-se recolher testemunhos dos profissionais que trabalham com este tipo de casos, algo que só foi produzido em um artigo, em contexto nacional (Patuleia & Alberto, 2016). Todavia procura-se focar na adulterez emergente, algo que ainda não foi feito, até à data em Portugal. Os testemunhos recolhidos permitem-nos, chegar o mais perto possível da história das vítimas, para que lhes seja dada uma voz, um apoio, e as informações necessárias para que saibam que existe uma solução, que não estão sozinhas e que têm de denunciar de forma a poderem ser ajudadas e não deixar arrastar este, ou outro problema de violência pela qual estejam a passar (Poiães, 2016).

De maneira a conseguir criar uma discussão o mais lógica e fluída possível, respondendo e respeitando aquilo que se pretende com os objetivos escolhidos, determinaram-se cinco capítulos para o presente trabalho. No primeiro capítulo pretende-se refletir sobre o conceito de violência dentro das sociedades humanas; seguindo-se de uma recolha, o mais completa possível, daquilo que têm sido os trabalhos e os tópicos essenciais dentro da violência familiar, bem como dentro da violência filioparental, assim como as suas teorias explicativas. Procurou-se fazer um levantamento de estudos de caráter internacional que tiveram maior influência na violência filioparental, bem como dos estudos nacionais.

No capítulo dois, procura-se entrar na discussão sobre o que é que mudou na sociedade para o aumento deste tipo de casos de violência de filhos para pais, pretendendo-se discursar sobre uma sociedade mais permissiva, e sobre a família moderna, ou democrática; em que os filhos não têm limites; os pais estão despojados da sua autoridade; os professores não possuem poder autoritário sobre os seus alunos; a mulher com a entrada no mundo laboral deixou de ter tempo para o próprio filho; e os filhos ficam dependentes dos pais até idades mais tardias. O terceiro capítulo relaciona a adulterez emergente e as suas características com a violência filioparental, principalmente ao nível da dependência cada vez mais tardia dos jovens. O quarto capítulo é o método, onde se irá explicar todo o processo da investigação. Por último, o capítulo cinco será a discussão e a análise dos resultados obtidos, através das entrevistas feitas aos profissionais, bem como fundamentar e elucidar as nossas conclusões respondendo à pergunta de investigação.

1. A violência

A violência é um conceito que nos é intrínseco, todos nós já assistimos, conhecemos ou até já propagamos qualquer tipo de violência. Apesar de existirem mecanismos de controlo social para a controlarem, ela continua a existir, pois “a vivência quotidiana está impregnada de representações da

violência que a todos afetam de um modo ou outro enquanto potenciais vítimas, autores ou meras testemunhas” (Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016, p. 13).

É imprescindível antes de falar da própria definição do termo, cimentar que na ciência e principalmente nas ciências sociais é muito raro, se não impossível, existirem definições conceptuais universais que possam ser aplicáveis a todos os contextos sociais e culturais. Isto justifica-se pelo facto de os conceitos serem criações humanas, que variam de acordo com o contexto em que o conceito se encontra no momento da sua designação (Oliveira & Trancoso, 2014). Isto dá-se porque vivemos num mundo de tendências, diversificado, multicultural e com as mais diversas formas de ver, estar e pensar, tanto coletivamente como individualmente. As sociedades não são uma tábua rasa. São construções sociais em permanente mudança, da qual esta impermanência faz com que existam diversas interpretações, teorias e explicações sobre um mesmo termo. Embora à partida pareça simples de definir, no mundo das ciências sociais tem a sua complexidade desfolhada (Poiares, 2016).

O conceito de violência, de facto, parece à primeira vista um termo relativamente fácil de definir, mas a sua conceptualização tem vindo, desde sempre, a gerar uma certa controvérsia (Galtung, 1969; Lourenço & Lisboa, 1992; Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016), pois este é apresentado através das mais diversas representações ao longo do espaço e do tempo (Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016; Poiares, 2016). Sendo a violência considerada um produto da vida social (Lourenço & Lisboa, 1992), que está, segundo Dahlberg & Krug (2006, p. 1164), enraizado “no tecido social, cultural e económico da vida humana”, demonstrando-se através de diversas interpretações dependendo do contexto onde é vivenciado (Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016; Poiares, 2016).

A prática de um mesmo ato agressivo em dois países situados em continentes diferentes, ou até próximos, mas socialmente ou culturalmente distintos, pode num país ser aceite e no outro ser reprimido, acabando por ser considerado violento. Esta linha de pensamento explica-se pelo facto de que nenhum ato é naturalmente considerado violento. Passa a ser violento quando lhe é atribuída essa etiqueta social (Lourenço, Leote, Lisboa, & Frias, 2016). Para além desta diferenciação espacial, também é importante referir o diferencial

temporal. Certos atos considerados não violentos em décadas anteriores, hoje, são completamente reprimidos e condenáveis. Por exemplo, um pai dar uma bofetada a um filho, hoje é impensável, mas antigamente era visto como uma forma educativa, e até necessária (Lourenço & Lisboa, 1992). De forma a ser possível definir violência, é preciso ter em conta o contexto cultural, social, organizacional, político e criminal em que esta definição se irá inserir (Duarte, 2002), pois o conceito tem “diferentes níveis de expressão e de percepção” (Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016, p. 15), acabando por criar obstáculos massivos à sua conceptualização se for demasiado generalizado (Bonamigo, 2008; Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016; Straus, 1986).

Apesar deste problema de conceptualização, existem algumas definições que nos demonstram a dimensão e os limites do termo violência. Etimologicamente o termo deriva do latim *violentia*, que significa, segundo o dicionário online de língua portuguesa da porto editora¹, o “recurso à força física, à intimidação ou a outro meio para impor a própria vontade, coagir outrem ou causar dano”. Lourenço e Carvalho (2001, p. 100) dão uma visão mais sistémica de violência, considerando-a como “uma transgressão aos sistemas de normas e de valores que se reportam em cada momento, social e historicamente definido, à integridade da pessoa”.

Uma das definições mais aceites, dentro da comunidade científica, é da Organização Mundial da Saúde (OMS), que definiu violência como:

The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation (2002, p. 4).²

A violência sempre existiu, o que tem vindo a mudar é a nossa percepção perante certos atos, a mediatização da violência faz-nos pensar que a violência está a aumentar a nível geral. Este pensamento é considerado como uma falácia, pelo facto de que o que está a aumentar é a nossa “acuidade social relativamente

¹ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/viol%C3%Aancia>

² *World Report on Violence and Health: Summary* (2002)
https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf

a certos tipos de violência, dando-lhes visibilidade e retirando-os de universos reservados para o palco da sociedade, como acontece com a violência familiar” (Lourenço & Lisboa, 1992, p. 17). Cusson (2011 [2002]) completa esta ideia defendendo que é difícil saber se realmente a violência doméstica está a aumentar ou se existe apenas um aumento do conhecimento de casos de violência de foro familiar devido a uma maior procura do interesse do público em geral por estes temas.

1.1. A violência doméstica

Ao pensarmos na violência que existe dentro das sociedades, e a ideia de que a violência “está entre as principais causas de morte em todo o mundo para as pessoas entre 15 e 44 anos”³ (Dahlberg & Krug, 2006, p. 278). Imediatamente vem-nos à cabeça a violência perpetuada no ambiente doméstico, e a grande quantidade de vítimas mortais que ano após ano são feitas em território nacional. A célebre frase “*home sweet home*”, ou em português “lar, doce lar”, tinha agregado em si um simbolismo de que a casa era o conforto que não podia ser substituído em mais lugar nenhum (Kumagai, 1981). Hoje, o espaço familiar é visto como um espaço privilegiado para se perpetuar violência, ressalve-se a frase de Urra (2016, p. 55) “(...) a violência real, não estava nas ruas nem nas escolas mas em casa”.

O nosso espaço privado tem características únicas para a violência se criar, perpetuar, repetir, e dificilmente ser visível além das pessoas que nela habitam e sofrem com ela (Gelles & Straus, 1979; Matos, 2011 *in* Monteiro, 2016; Kumagai, 1981). No livro de Holt (2013) foram enumerados os fatores que tornam a violência doméstica, uma violência com características únicas comparativamente a outras formas de violência que não se reproduzem apenas no foro doméstico. O primeiro ponto prende-se pela grande quantidade de tempo diário que os membros da família passam uns com os outros e da qual tudo acontece num único espaço, embora muito desse espaço privado se tenha vindo a perder atualmente. Segue-se o tipo particular de conflito que existe dentro da

³ Expressão original: “Overall, violence is among the leading causes of death worldwide for people aged 15-44 years” (Dahlberg & Krug, 2006, p. 278).

família, em que “se um membro da família ‘ganha’, outro deve perder” (Holt, 2013, p. 16). As diferenças dos papéis sociais dentro do agregado familiar em função do género e da idade, também são um motivo de conflito; outro fator é a facilidade que os membros da família têm em se magoar uns aos outros devido a conhecerem as suas fragilidades. Por último temos o seu elevado grau de *stress* devido ao agregado familiar estar sujeito a discussões, discórdias, divórcios, problemas diários, etc.

Embora a violência do foro doméstico seja um problema que nos acompanhe desde há muito nas nossas sociedades, a violência doméstica não é algo novo. O que mudou foi a nossa perceção de que essa violência existe, foi assumida, e foi encarada como uma conduta que tem de ser punida, sendo este um dos crimes mais comuns dentro das sociedades (Lourenço & Carvalho, 2001). Esta forma de violência não era considerada um problema, e muito menos era vista como um problema intrínseco socialmente. Apenas recentemente é que a violência doméstica passou a ser tratada como um problema social. Nesta linha de pensamento, Blumer (1971) defende que um problema social, nada mais é que uma construção social, ou seja, ele só é um problema a partir do momento em que seja considerado como tal, não quer dizer que antes já não existisse. A nossa perceção coletiva perante o objeto é que se alterou, sobre um mesmo fenómeno. A violência doméstica tornou-se recentemente como um “grave problema em matéria de direitos humanos e de saúde pública” (Quaresma, 2012, p. 20). Pois falar de violência doméstica é falar de uma fragilidade biológica, social, cultural, amorosa, e familiar, coloca em causa a dignidade do indivíduo independentemente do contexto em que ele esteja inserido (Lourenço & Lisboa, 1992).

Surpreendentemente ou não, os dados do RASI⁴ de 2019, demonstram que os números de ocorrências de violência doméstica aumentaram cerca de 11,4% relativamente ao ano anterior, tendo-se registado o maior valor desde 2010. Também o Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica⁵

⁴ Relatório Anual de Segurança Interna 2019: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDA0sAAAQJ%2bleAUAAAA%3d>

⁵ Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica 2019: https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD_2019.pdf

demonstra que de 2013 a 2018 existiu um período de estabilização no que toca às denúncias de violência doméstica, não havendo oscilações marcantes, mas em 2019 verificou-se, nesse mesmo relatório, um aumento substancial.

O relatório sobre vítimas de homicídio de 2019, lançado pela APAV⁶, demonstra que em cerca de 88 casos de homicídio consumado em Portugal desse mesmo ano, 41 dos casos foram originados em contexto de violência doméstica. Números extremamente preocupantes para uma realidade da qual, embora recente, já se tem vindo a trabalhar no sentido de haver uma diminuição substancial do problema e uma maior consciencialização por parte da população. No entanto, o que os dados recentes demonstram é um aumento do número de casos conhecidos. Obviamente temos de contar com as cifras negras, contudo não deixa de ser uma realidade da qual nos devemos preocupar e combater sempre de forma acrescida, até porque para o ano de 2020, ou 2021 também é esperado um aumento, que muito se deve à pandemia e à consequente crise financeira, que poderão ser motivadores de aumento de *stress* dentro da família, sendo o *stress* um facilitador destes conflitos. Segundo Poiares (2020b, p. 39) “o confinamento das famílias veio aumentar os incidentes-rastilho: um pouco por todo o mundo surgiram relatos de aumento de tensão e violência entre casais”.

Alguns documentos criados durante a pandemia demonstraram o pensamento citado anteriormente, em que nas situações de confinamento e isolamento social, as pessoas estão mais sujeitas a atos violentos dentro da família, fazendo com que este crime aumente consequentemente. Se não estamos seguros na nossa própria casa, então onde é que estamos?

O relatório da ONU sobre o impacto do Covid-19 (2020)⁷ nas mulheres demonstrou, que em França as denúncias de violência doméstica aumentaram 30% desde março de 2020 com as políticas de isolamento e confinamento. Na Argentina aumentou 25%, assim como em Singapura aumentou 33%. Relacionado à violência filioparental, o artigo “*Experiences of Child and*

⁶ Relatório sobre vítimas de homicídio de 2019 da APAV: [Infografia Vitimas Homicidio 2019.pdf \(apav.pt\)](https://apav.pt/infografia-vitimas-homicidio-2019.pdf)

⁷ Policy Brief: The Impact of Covid-19 on Women: <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406>

Adolescent to Parent Violence in the Covid-19 Pandemic” (Condry, Miles, Brunton-Douglas, & Oladapo, 2020), realizado no Reino Unido, com uma amostra de 104 pais que experienciaram violência filioparental, contando ainda com 47 profissionais que experienciaram estes casos. Uma das conclusões do estudo é que 70% dos pais afirmaram que os episódios violentos dos seus filhos para com eles aumentaram durante o confinamento, e 64% dos profissionais disseram que a violência se tornou severa. Uma das razões para o aumento da violência durante o confinamento justifica-se predominantemente com fatores de *stress* (Condry, Miles, Brunton-Douglas, & Oladapo, 2020).

Farrington (1980), através de uma análise das características estruturais da família, percebe que comparativamente a outros núcleos sociais, a família é o grupo social que mais vivência o *stress*, e que comparativamente é o grupo com menor capacidade para gerir esse mesmo *stress*. O *stress* acaba por ser um facilitador de violência, mas esse padrão não é sempre linear. O *stress* não é um gerador exato de violência, e nem tudo o que é stressante acaba por ser gerido violentamente (Farrington, 1980). A violência, segundo Goode (1971, *in* Farrington, 1980) é utilizada dentro da família como uma resposta, apenas quando estão esgotados recursos como a imposição por estatuto e/ou economia. Durante o processo, o agressor sente que tem os seus recursos esgotados e parte para a violência, dando-se um momento de frustração. A frustração contrariamente ao *stress*, não está na tentativa de dar uma resposta, mas sim em não conseguir dar uma resposta. Ela é uma consequência do *stress*, situando-se entre o sentimento da falta de recursos e agir com violência (Farrington, 1980).

A violência doméstica tem uma particularidade acrescida e é nesta particularidade que ela se destaca das restantes formas de violência que existem na sociedade. A violência nasce e perpetua-se dentro da nossa casa e por aqueles que nos deviam proteger, podendo ser executada por qualquer um que habite no agregado familiar. Um estudo designado por *Behind Closed Doors: Violence in the American Family*, publicado em 1980, por Straus, Gelles e Steinmetz, demonstrou após uma pesquisa de 8 anos e um trabalho com cerca de 2,143 famílias que todos os sujeitos da família podem ser agressores ou vítimas. No mesmo estudo, foi encontrada violência entre cônjuges, de filhos

para pais, entre irmãos e de pais para filhos. Embora as proporções mais elevadas tivessem sido obviamente a violência entre cônjuges, não descarta o facto de que as outras formas de violência também foram presenciadas (Straus, Gelles e Steinmetz, 1980 *in* Straus, 1986; Cazenave, 1981).

Segundo Poiars, este tipo de violência está “muitas das vezes, oculta já que se desenvolve num espaço de intimidade e que, por essa via, está reservada àqueles que coabitam sob a suposta capa protetora e de afetos da família” (2016, p. 160), o que dificulta a sua perceção e consequentemente a sua denúncia.

Até à década de 70 a tendência era que os atos violentos perpetuados dentro do espaço privado, principalmente de marido para mulher, ou de pais para filhos fossem vistos como um recurso, recurso esse muitas vezes excessivo, com o fim de educar e estabelecer uma hierarquia (Dias, 2000). A partir dessa década começaram a surgir movimentos sociais que visavam chamar a atenção para problemas que até então não eram vistos como tal, e dar voz a grupos que não a tinham. Dentro destes movimentos destacam-se os movimentos feministas, que fizeram com que se começasse a perceber a violência doméstica como um problema social (Jackson, 2007), principalmente a violência contra as mulheres o que levou a um esforço dos Estados em consciencializar, responsabilizar e atuar dentro do espaço familiar. A família enquanto espaço de harmonia familiar foi colocada em causa (Urta, 2016) e aquele que era um espaço intocável por parte dos organismos sociais, passou a precisar de intervenção e de uma maior atenção nomeadamente de controlo social.

Os Estados, as sociedades e as pessoas, deixaram de ficar indiferentes a um ato que passou a ser visto como crime, e hoje a violência doméstica é reconhecida como um problema de atuação urgente. A casa passou a ser percebida socialmente como um espaço de risco, ao que Giddens (1996) chamou como um “ambiente de risco”, termo usado para designar espaços comuns que de uma forma ou de outra existe uma perpetuação da violência, que afeta um coletivo de indivíduos. Esta perceção da casa como um local de dicotomia entre paz e violência, tem vindo a ser alimentada mais por fontes indiretas do que por fontes diretas. Nem toda a gente sofre ou sofreu violência doméstica, mas todos nós acabamos por ganhar a perceção de histórias relacionadas com casos de violência doméstica, através do compartilhamento

de notícias de forma constante, que alimentam um “reforço de um imaginário social em que determinados grupos e/ou locais são representados como perigosos pela sugestão da possibilidade permanente de agressões” (Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016, p. 33). Indo ao encontro desta ideia a casa tornou-se, segundo Giddens:

O lar é o lugar mais perigoso nas sociedades modernas, já que uma pessoa de qualquer sexo ou idade tem maiores probabilidades de vir a ser fisicamente atacada dentro de casa, do que na rua e à noite. (*in* Poiares, 2016, p. 22).

Straus (1986), defende que existem quatro causas para o aparecimento e a manutenção da violência no seio da família. O primeiro fator é o alto nível de conflito. Embora este faça parte de todos os núcleos sociais, nota-se mais dentro da família, pois “os homens e as mulheres tendem a ter diferentes percepções, interesses e opiniões” (p. 144). O segundo fator foca-se no domínio masculino dentro e fora da família, sendo que o uso da força é utilizado como mecanismo de manter esse mesmo domínio. O terceiro fator são as normas sociais que permitiram que a violência dentro do seio familiar fosse objeto de uma violência oculta, considerada como normal e até necessária. Por último temos a forma violenta como os filhos são educados. Ambientes violentos geram mais ambientes violentos, através da aprendizagem e convivência neste tipo de ambiente, da qual o filho acaba por assimilar a violência como uma norma e irá acabar por reproduzir essa norma mais tarde, criando um ciclo. Assim como o título da presente dissertação “Filhos de pais são pais de filhos” procura demonstrar, pais violentos podem originar filhos violentos e consequentemente essa violência pode acabar por ser geracional, continuando posteriormente esse mesmo ciclo de violência, mais tarde, com os seus filhos e por aí adiante, através do processo educativo e social.

1.1.1. Conceito

Definir aquilo que entendemos por violência doméstica não é pacífico. Podemos definir o conceito de forma mais simplória, sendo todos os atos violentos que tenham a finalidade de atingir de forma direta ou indireta “(...) qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar” (CIG, 2016, p. 23).

Pensar o conceito por esta via torna-o mais fácil de ser usado globalmente dentro da sociedade (Miura, Silva, Pedrosa, Costa, & Filho, 2018). Contudo não estaríamos a ter o cuidado de englobar o maior número de dimensões possíveis do problema e consequentemente não nos focaríamos no seu todo, mas sim numa simples parte.

A problemática de conceptualizar o termo tem vindo a ser dificultada com perceção uniangular que existe do fenómeno, ao longo daquilo que tem sido o seu percurso histórico. É inegável que este amplo conceito (Poiares, 2016), não tem vindo a albergar todas as suas ramificações. O que tem vindo a ser a tendência é que quando se trata de violência doméstica fala-se quase exclusivamente de violência conjugal e mais especificamente da violência contra as mulheres. É facto que este tipo de violência é mais reproduzido sobre o género feminino (Gaspar, 2020). Assim como afirmou o ex. Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dr. Lee Jong-wook “(...) as mulheres estão mais expostas ao risco de violência em casa do que na rua (...)”. Os dados do RASI, anteriormente mencionado, demonstram que em 2019 a violência entre cônjuges foi a dimensão mais predominante, com cerca de 84% das ocorrências registadas, e 74% das vítimas eram mulheres, no total de quase 30 mil casos.

Embora a clara tendência para o espectro do problema da violência entre cônjuges e a violência contra as mulheres, é preciso não confundir os conceitos de violência doméstica, violência conjugal, e violência sobre as mulheres (Duarte, 2002; Poiares, 2016). O conceito de violência doméstica não pode ficar envolto apenas à violência de marido para mulher, ou contra as mulheres. Assim como Antunes (2002, p. 45 *in* Poiares, 2016, p. 164) expõe “vem sendo corrente a orientação de considerar apenas ou predominantemente a problemática específica das mulheres vítimas de violência doméstica, muito embora sejam diversos os grupos específicos que são vítimas de violência doméstica (...)”.

Embora exista uma semelhança entre os conceitos supramencionados, nem tudo o que é violência doméstica, é violência conjugal e nem tudo o que é violência conjugal é uma violência perpetrada contra as mulheres, sendo estes, conceitos que detêm diferentes particulares de um mesmo fenómeno que é a violência. Embora se toquem em alguns pontos, também divergem em outros tantos, e estas realidades terminológicas têm-se vindo a confundir, tanto no

senso comum como a nível científico (Poiares, 2016), o que acaba por prejudicar a sua perceção sobre o problema na sua amplitude.

A violência conjugal pode ser definida como um “abuso perpetrado por um dos membros do casal sobre o outro que ocorre de forma cíclica na esfera da conjugalidade” (Duarte, 2002, p. 231). Já a violência contra as mulheres é considerada segundo a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres⁸:

Qualquer ato de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.

O conceito de violência doméstica é mais amplo que os anteriores, e não podia ser o contrário. Definimos violência doméstica como:

Um comportamento violento continuado ou um padrão coercivo exercido direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó) ou que mesmo não co-habitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar. Este padrão violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou privação económica da vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009, pp. 10-11).

É preciso ter em atenção que, ao falar de violência doméstica, também é importante referir que as mulheres continuam a ser as grandes vítimas, e tentar colocar as vítimas todas no mesmo pêndulo, faz com que se equilibre uma balança que nunca foi, nem é equilibrada (Poiares, 2016). A violência contra as mulheres tem vindo a ser encarada cada vez mais como um problema de carácter universal, transversal e que continua a ter números expressivos em todo o mundo, e essa violência advém principalmente da violência conjugal (Lourenço & Carvalho, 2001).

⁸ Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres.

<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>

1.1.2. Tipos de violência

A violência doméstica detém, como vimos no seu contexto um amplo conjunto de formas de atingir a vítima. As diferentes tipologias de vitimação, segundo o Relatório Anual de Monitorização de Violência Doméstica de 2019, já referenciado em cima, podem ser: ascendente, descendente, cônjuge, ex-cônjuge, namorados e ex-namorados. Penso ainda que seja importante frisar mais um tipo de relação de violência doméstica entre vítima e agressor que é a relação de irmãos, que ainda é muito pouco estudada na literatura.

Segundo o mesmo relatório a violência psicológica/emocional é a mais usada em todas as tipologias de vitimação, exceto na violência do namoro, seguindo-se a violência física, e com uma grande diferença nas percentagens segue-se a violência social e a económica. Já na violência do namoro o tipo de violência mais reportado é a violência física e depois a psicológica/emocional. Um dado interessante é que na violência contra ascendentes o crime de violência económica é elevado (cerca de 21%), comparativamente às restantes tipologias de vitimação que ficam numa média de 8% para este mesmo crime.

Contudo é preciso conceptualizar aquilo que se entende por estas diversas formas de violência. A violência psicológica/emocional é o tipo de violência a que os agressores mais vezes recorrem, que é entendida como o ato por ação ou omissão que tem como finalidade causar dano de foro psicológico à vítima, através de *mind games*, muitas vezes com o recurso ou às palavras ou ao silêncio de forma a conseguir controlar o estado psicológico da vítima e deixá-la submersiva ao agressor, através de atos como gritar, ignorar, ofender, gozar, desvalorizar ou minimizar a vítima ou até chantagear através do medo. São das formas de violência mais usuais e da qual observamos constantemente (Gaspar, 2020; Silva, Coelho, & Caponi, 2007).

A violência física é o ato de infligir dor física no outro, através do uso da força, ou de algum outro meio que inflija uma dor física, que pode levar à morte dependendo da força dos atos. Já a violência social é o ato de querer exercer o controlo da vida social da vítima, nomeadamente controlar quem é o seu grupo de amigos, com que ela fala nas redes sociais, sobre o que é que ela fala, e acabar a pouco e pouco por fazer com que a vítima acabe por ficar socialmente

isolada e cada vez mais dependente socialmente do agressor (CIG, et al. 2016). A violência financeira é um tipo de violência que, assim como a violência social, pretende isolar a vítima, com a particularidade que esse isolamento advém de um controlo financeiro por parte do agressor sobre a vítima (CIG, et al. 2016; Gaspar, 2020). Acontece muito frequentemente com a violência de filhos para pais, como irá ser explorado mais à frente, pelo facto de que os filhos que comentem este tipo, serem economicamente dependentes dos pais, que depois origina roubos, chantagens ou situações de violência física. Por último temos a violência sexual que é a submissão de um indivíduo à prática, sem o seu consentimento, de atos de índole sexual (CIG, et al. 2016; Gaspar, 2020). Segundo Holt (2013) para além dos tipos de violência já citados, temos ainda a negligência. A negligência é o abandono ou o desleixo por parte do familiar cuidador em fornecer as condições necessárias e básicas a um outro membro da família dependente.

1.1.3. Evolução jurídica de Violência Doméstica, em Portugal

A nível nacional, e embora esta seja uma “das tipologias criminais mais registadas em Portugal” (Quaresma, 2012, p. 17), só no final do séc. XX, é que a violência doméstica começou a ser vista como um problema preocupante que precisa urgentemente de medidas públicas e intervenções políticas (Dias I. S., 2000; Poiares, 2016). Hoje, a violência doméstica, ocupa o primeiro lugar das preocupações sociais e políticas do país (Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016; Poiares, 2019).

Isabel Dias (2000) enumerou cinco razões que fizeram com que a violência doméstica, em Portugal, começasse a ser vista como um problema político-social. Segundo a autora 1) hoje existe cada vez mais uma intolerância social contra os comportamentos violentos e inaceitáveis na vida em sociedade; 2) a comunidade científica deu maior visibilidade tornando este tipo de assuntos conhecimento público; 3) as organizações não-governamentais têm vindo cada vez mais a ter um papel importante na visibilidade do fenómeno; 4) a comunicação social tem dado atenção e destaque a este tipo de problemas

sensibilizando as pessoas; 5) têm vindo a desenvolver-se melhores serviços de apoio e proteção da vítima nomeadamente a criação das CPCJ, Gabinetes de apoio, Cáritas, APAV, casas de apoio.

A nível legislativo temos vindo a observar, um desenvolvimento jurídico e penal daquilo que era antes e é agora a perceção do Direito, sobre a violência no espaço familiar (Poiares & Dias, 2019).

No campo jurídico, foi primeiramente Eduardo Correia, jurista e professor universitário, que sugeriu a autonomia do crime de maus-tratos (CIG, 2016; Poiares, 2020a). Em 1982, o Código Penal tipificou o crime de maus-tratos entre cônjuges. O artigo 153º nº3, situado na parte especial dos crimes contra as pessoas ao nível da integridade física (Carronda, 2014; Poiares, 2016). O artigo 153º referia que era punido quem infligir ao seu cônjuge o seguinte: alínea a) Lhe infligir maus-tratos físicos, o tratar cruelmente ou não lhe prestar os cuidados ou assistência à saúde que os deveres decorrentes das suas funções lhe impõem". Contudo e apesar do artigo 153º nº3, para este ato ser visto como doloso era preciso que a sua prática fosse originária de "malvadez e egoísmo" como tipifica o artigo 153º nº1, o que resultava numa lacuna ao nível da justiça neste tipo de casos (Carronda, 2014).

Segundo Poiares (2016, p. 184), foi a partir da década de 90, que a violência doméstica teve:

Avanços sérios no quadro normativo e que demonstraram, primeiro de uma forma tímida, mas depois inequívoca, que passou a existir uma preocupação crescente por parte dos decisores políticos e sociedade em geral, em quebrar com o passado e criar um novo paradigma de prevenção e combate ao crime de violência doméstica.

De facto, as mudanças penais de 1995 trouxeram mudanças significativas daquela que era a antiga perceção da violência doméstica do Código Penal de 1982 para o de 1995. O artigo 152º sofreu alterações passando a tipificar para além da violência física, a violência psicológica (Poiares, 2020a). Passou-se também a incluir, para além das relações conjugais, as relações em posição análoga à dos cônjuges, alargando a tipificação do crime a mais casos. Também ficou tipificada a violência contra idosos ou contra doentes dependentes (Carronda, 2014; CIG, 2016). O crime nesta altura era semi-público, e assim se

manteve até o ano de 2000. É importante frisar, que em 1998 houve a lei nº 65/1998, de 2 de setembro, que embora o crime de maus-tratos entre cônjuges fosse semi-público, o Ministério Público poderia iniciar procedimento independentemente da queixa da vítima. Contudo caso a vítima quisesse, e embora o processo tenha começado sem a sua queixa, ela podia requerer o encerramento do mesmo (CIG, 2016; Carronda, 2014).

Em 1999 foi aprovado o I plano nacional contra a violência doméstica, que vigorou até 2002, da qual define violência doméstica como:

Qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, bem como ascendentes ou descendentes (2000 *in* Lourenço & Carvalho, 2001, p. 100).

A lei nº7/2000, de 27 de maio, atribuiu ao crime de maus-tratos natureza pública, de forma a resolver a lacuna referida anteriormente, na lei nº65/1998, e contrariar aquela que era a tendência, onde, a vítima diversas vezes acabava por pedir o encerramento do processo (Carronda, 2014; Poiares, 2016; Poiares, 2019). Para além disso o artigo 152º nº3, veio abranger também os progenitores de descendente comum em 1º grau e incluir um leque mais específico de atos violentos para além da violência física ou psíquica tais como: castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, a) dirigidos ao cônjuge ou ex-cônjuge, b) pessoa de outro ou do mesmo sexo que esteja em uma posição análoga à dos cônjuges, c) progenitor descendente comum em 1º grau e d) pessoa indefesa (Carronda, 2014).

Em 2003 foi aplicado o II plano nacional contra a violência doméstica, que perdurou até 2006. O presente plano veio dar foco à violência contra as mulheres que se pratica dentro do espaço doméstico (CIG, 2016), referindo a criação de uma rede nacional de casas para mulheres que sofram deste tipo de violência (Poiares, 2016). A reforma penal de 2007 trouxe o termo “violência doméstica”, através do artigo 152º do Código Penal. Fazendo a distinção daquilo que era violência doméstica e os maus-tratos (artº 152-A), que até então eram vistos da mesma forma (Carronda, 2014; Poiares, 2016; Poiares, 2019). Neste mesmo ano

também foi implementado o III plano nacional contra a violência doméstica, de 2007 a 2010, da qual surge como objetivo dominante “informar, sensibilizar e educar; proteger as vítimas e prevenir a revitimação; capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica; qualificar os profissionais; aprofundar o conhecimento da violência doméstica” (Poiares, 2016, p. 188-189).

Em 2009, e de forma a atualizar a lei nº 107/1999, de 3 de agosto, entrou em vigor a lei nº 112/2009, de 16 de setembro, que é um passo importante, naquilo que tem vindo a ser a evolução jurídica da violência doméstica. Na presente lei estabelece-se o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, das suas vítimas e a sua assistência. Foi estabelecida a definição de vítima, e de vítima especialmente vulnerável, bem como de técnico de apoio à vítima, rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, organizações de apoio à vítima e programa para autores de crimes no contexto da violência doméstica. O decreto regula 1) estatuto de vítima, bem como a assistência dada à vítima; 2) o direito à proteção policial e a tutela judicial, nomeadamente ao nível das medidas de proteção, o recurso à videoconferência ou teleconferência, declarações para memória futura, 3) a tutela social, a nível do rendimento social de inserção, o acesso ao emprego, 4) o estabelecimento de uma rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica (casas abrigo, acolhimento de emergência, entre outros), que articulam com outras instituições, e por último 5) a educação para a cidadania, com o objetivo de falar nas escolas sobre a violência doméstica, de forma a se consciencializar os jovens desde cedo.

De 2011 a 2013 tivemos o IV plano nacional contra a violência doméstica, que veio “desenvolver e implementar um instrumento de avaliação do risco de violência doméstica” (CIG, 2016, p. 143), usado pelas forças de segurança com o intuito de facilitar a avaliação das situações de violência doméstica que chegam diariamente aos postos, quer por telefone ou presencialmente, da polícia. O artigo 152º sofreu uma alteração em 2013, com a lei nº19/2013, de 21 de fevereiro, onde se tipificou na alínea b) do número 1, as relações de namoro.

O V plano nacional de prevenção e combate à violência doméstica e de género demonstra traços da convenção de Istambul, realizada a 11 de maio de 2011, da qual foi aprovado o Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate

à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica⁹, onde se reconheceu que as mulheres dentro do seio familiar estão mais propícias a sofrerem atos violentos do que os homens, o que torna este tipo de violência sustentado com base no género. A violência de género é um obstáculo ao princípio da igualdade que está estipulado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa. O Conselho também reconheceu que, não só as mulheres, mas os homens são vítimas de violência doméstica, bem como as crianças, sendo estas últimas, diversas vezes testemunhas diretas da violência que ocorre dentro da família.

O V plano possui cinco áreas de atuação estratégicas, tendo como base o estipulado da convenção mencionada anteriormente. Entre elas, procura-se atuar na 1) prevenção, sensibilização e educação através de campanhas como “quem te ama, não te agrida!” campanha realizada em 2015 contra a violência do namoro; 2) proteger as vítimas e promover a sua integração, nomeadamente ao nível da proteção das crianças; 3) intervir junto de agressores/as através do programa para agressores de violência doméstica, com o objetivo de combater a reincidência deste crime por parte do indivíduo; 4) formar e qualificar profissionais, através da disponibilização de mais e melhores ações de formação que visem dotar os profissionais com ferramentas atualizadas e diversificadas, de forma a poderem intervir e atuarem na área da violência doméstica e de género com vítimas e também com agressores. Dentro destes profissionais incluem-se as forças de segurança, lembrando por exemplo o curso ao nível do policiamento de proximidade de 30 horas, que foi realizado por cerca de 235 elementos da PSP¹⁰. Por último, 5) investigar e monitorizar, sendo a área da violência doméstica um campo de investigação recente em Portugal (Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016), pretende-se culminar este problema através da promoção ao estudo da temática da violência doméstica e de género.

⁹ Aprovada a convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis

¹⁰ V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014- 2017):

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Relatorio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-Final-do-V-PNPCVDG-2017.pdf>

A lei nº16/2018, aprovado pelo Decreto-lei nº 400/82, 23 de setembro que tem como base na qualificação de homicídio, os crimes cometidos numa relação de namoro, e também contra jornalistas no exercício das suas funções.

Por fim, tivemos, mais recentemente a Diretiva nº5/2019, de 4 de dezembro que procura estabelecer os procedimentos específicos na área da violência doméstica, a observar pelos magistrados e agentes do Ministério Público, com vista à tentativa de adoção de uma atuação menos arbitrária e mais uniforme.

1.2. Violência filioparental

A violência doméstica tem vindo a ser retratada na literatura, como uma violência perpetuada quase exclusivamente pelos adultos, dirigida para o cônjuge ou para as crianças. Porém esta lente uniaxial faz com que se ignore a violência perpetuada pelos filhos, sejam eles crianças, adolescentes, jovens adultos, ou adultos, sobre os seus pais. A ideia de Coogan (2011, p. 348) retrata esta visão:

(...) largely ignoring a major type of under-reported family violence: various forms of emotional and/ or physical abuse carried out by child under the age of 18 years old against their parents, known as child-to-parent violence or parent abuse.

A violência contra os pais já foi retratada algumas vezes na literatura, contudo era com foco em casos pontuais, como de homicídio de filhos para os pais. Ressalte-se o famoso caso de Pierre Rivière que matou a própria mãe, bem como a irmã e o irmão com um machado em 1835, na França, retratado por Michel Foucault (1991 [1977]). No entanto, excluindo o retrato de casos pontuais na literatura, a violência filioparental só foi documentada pela primeira vez, em 1957, através de um estudo feito por Sears, Maccoby e Levin, designado por *Patterns of Child Rearing*. O presente estudo tinha três objetivos principais, o primeiro era perceber de que forma é que, famílias de estratos sociais e económicos distintos (classe baixa e média) educavam os seus filhos. O segundo centrava-se na forma como as crianças reagem ao estilo educativo imposto pelos pais, e por último, procurou perceber-se o porquê de as mães educarem os filhos daquela maneira e não de outra (Littner, 1957; Kerlinger,

1958; Block, 1959). No final do estudo concluiu-se que havia uma tendência para algumas crianças serem agressivas com os seus pais. Essa tendência advinha de dois estilos educativos extremos de polos opostos, quando se tentava educar de forma muito punitiva ou muito permissiva. Essa agressividade foi mais notada nas famílias de classe média (Littner, 1957; Block, 1959). Embora não tenha sido com a intenção de encontrar violência, este estudo foi importante porque, nas palavras de Montolíó (2010, p. 129), encontrou-se um novo “subtipo de violência familiar”.

A violência filioparental tem especificidades distintas da violência doméstica (Coogan, 2018; Ibabe & Bentler, 2016). Uma das principais é que é uma violência perpetuada de filhos para pais, em que o filho acaba por possuir mais poder que os pais. Outra especificidade segundo Coogan (2018) é que a violência filioparental, contrariamente, por exemplo à violência do namoro ou entre cônjuges, não é mantida por um vínculo social ou amoroso, mas sim por um vínculo biológico, o que acarreta obviamente outro tipo de implicações e apego. Os pais acabam por não se querer afastar do filho, mesmo sendo agredidos por ele. Para além disso, estes pais mesmo agredidos, continuam a ter responsabilidades aos olhos da sociedade perante o seu filho, principalmente se este for menor ou dependente.

Outra das principais questões colocadas por Coogan prende-se pela questão de que serão realmente as crianças as responsáveis por esta violência, ou será o seu comportamento um produto de uma educação frágil ou de um ambiente violento? Até que ponto é que realmente podemos culpar o filho agressor pelos seus atos? Ou culpar os pais? Isto leva a uma dificuldade e disparidade naquilo que é o entendimento dos profissionais pelo fenómeno e pelo seu tratamento, principalmente ao nível da responsabilidade criminal.

Embora o fenómeno tenha sido descrito pela primeira vez em 1957, foi através do trabalho de Habbin e Madden (1979), com o artigo *Battered Parents: A New Syndrome*, que foi identificado pela primeira vez o conceito de violência filioparental, designado-o como o síndrome dos pais maltratados. Considerando esta forma de violência, como uma nova forma de violência familiar, da qual “os perpetradores são os filhos que exercem violência contra os seus próprios pais” (Oliveira R. S., 2018). Habbin e Madden (1979) identificaram que o aparecimento

deste tipo de comportamento surgia por 4 motivos: 1) uma mudança hierárquica entre pais e filhos; 2) o papel da negação, por parte dos pais, de que se está a viver este tipo da violência, minimizando o ato agressivo; 3) uma interpretação errada dos atos violentos do filho, de forma a se pensar que é algo da idade, nomeadamente da adolescência; 4) a presença dos fatores socioculturais neste tipo de violência.

1.2.1. Conceito

A violência filioparental possui na literatura diversas terminologias do próprio nome, como vai ser apresentado, o que leva a que não exista consistência na própria designação do termo, o que acaba por dificultar a sua divulgação e perceção (Holt, 2013). Designada na literatura estrangeira por *child-to-parent violence*, é através desta desconstrução, que podemos ter a perceção de que este tipo de violência acontece nomeadamente de crianças para pais. Ainda assim, na literatura, surgem derivações desse mesmo conceito, como *adolescent-to-parent violence* (Cottrel & Monk, 2004; Holt, 2015; Ibabe, Jaureguizar, & Díaz, 2009; Ibabe, 2019; O'Hara, Duchscher, Beck, & Lawrence, 2017), ou *youth-to-parent violence* (Doran, 2007; Gabriel, et al., 2018; Kethineni, 2004). Embora se refiram ambos à violência filioparental, estas derivações acontecem porque as investigações focam-se em estágios muito específicos das etapas em que o filho se encontra, por exemplo na adolescência, ou na juventude. Mas obviamente estes campos etários variam muito de estudo para estudo. Por norma tendem a focar-se entre os 10 e os 18 anos de idade excluindo assim as crianças com menos de 10 anos e os jovens com mais de 18 (Cottrel & Monk, 2004). Posto isto, não existe concordância sobre uma definição geral de violência filioparental (Coogan, 2011; Coogan, 2018; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Pereira, 2017; Montolío, 2010).

As investigações dentro da temática da violência filioparental, para além de escassas, são divergentes quando comparadas. Isto deve-se ao facto de ser um fenómeno que só recentemente é que começou a despertar o interesse da comunidade científica, o que consequentemente provoca um despertar de opiniões e pesquisas com resultados díspares, principalmente porque o conceito

ainda não está cimentado, nomeadamente sobre aquilo que nele pode ser incluído. Para além disso os dados das investigações também demonstram, como vamos ver, uma diversidade de resultados e de amostras, que coloca a sua fiabilidade em risco. Isto explica-se pelo facto dos limites das pesquisas, nomeadamente a nível de população, a nível cultural, a forma de recolha e análise dos dados serem muito divergentes (Álvarez, 2012; Martínez, Estévez, Jiménez, & Velilla, 2015; Ortega, 2017; Patuleia & Alberto, 2016; Rodríguez, 2013; Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019).

Embora pouco documentado a nível científico em todo o mundo (Laurent & Derry, 1999) e principalmente em Portugal (Patuleia & Alberto, 2016), podemos observar que existiu, nos últimos anos, uma evolução académica e mediática do interesse por esta temática, principalmente dentro da psicologia, impulsionado pelo seu grave crescimento, o que levou a um desenvolvimento conceptual do problema nos últimos anos (Agustina & Romero, 2013; Rojas-Solís, Vázquez-Aramburu, & Llamazares-Rojo, 2016). Embora ainda seja arbitrário a forma como se observa e interpreta a violência filioparental (Calvete, Orue, Gámez-Guadix, Hoyo-Bilbao, & Arroyabe, 2015), existe muita variação daquilo que podemos considerar ou não como violência de filhos para pais por parte dos profissionais, académicos e mesmo do senso comum, o que leva a que diferentes abordagens, criem diferentes perceções do mesmo fenómeno (Coogan, 2018).

As primeiras definições descreviam o fenómeno de forma demasiado ampla, descrevendo esta forma de violência como os ataques físicos ou verbais de filhos para pais, com recurso ao termo de síndrome dos pais maltratados (Harbin & Madden, 1979). Seguiu-se depois uma visão de que este tipo de violência é perpetuada no tempo, e não se atribui a casos isolados, como por exemplo a definição de Garrido e Doménech (2016), que olham para a violência filioparental como uma violência que se repete no tempo, com o objetivo de criar um ambiente de intimidação, que faça com que a autoridade dos pais se torne inexistente e eles possam satisfazer as suas vontades. A definição mais usada e mais consensual na academia, é a de Cottrel (2001, *in* Aroca-Montolío, Lorenzo-Modelo, & Miró-Pérez, 2014), que entende o fenómeno como condutas que causam medo adotadas pelo filho, através da violência física, económica,

e/ou psicológica com o objetivo de ganhar mais poder ao mesmo tempo que os pais perdem esse mesmo poder.

Urra (2016), tem uma definição que consegue abranger de forma completa o fenómeno, definindo-o como o “ato verbal, psicológico, emocional, económico e/ou físico realizado intencional e conscientemente pelos filhos contra os pais (diretores de turma ou guardadores), com a finalidade de tiranizá-los” (p. 347). Esta definição demonstra que a violência filioparental não está restringida exclusivamente aos pais enquanto vítimas, mas sim aos pais e/ou a quem estiver numa posição análoga à figura parental. Assim como defendem Howard e Rottem (2011), que englobam na sua definição a violência contra os pais, cuidadores e irmãos. Ao encontro desta definição vai Ibabe (2019), que também inclui o papel dos cuidadores, sendo a violência física ou psicológica, causada por uma criança ou adolescente diretamente sobre os seus pais ou cuidadores. Barnett et al. (2011) exclui da sua definição a especificação de quais atos é que se inserem dentro do conceito de violência filioparental, referindo-se à violência de filhos para pais como abuso parental, considerando-a como quaisquer atos perpetrados por uma criança ou adolescente, que cause dor aos pais, atos como ameaça ou controle sobre os progenitores ou sobre apenas um progenitor.

Pereira (2017) faz uma distinção conceptual da violência filioparental tradicional e da violência filioparental moderna. Dentro da violência filioparental tradicional estão os casos isolados que hoje se devem excluir e demarcar daquilo que é o novo conceito de violência filioparental. O conceito tradicional inclui casos de violência pontuais, unos e singulares, ou seja, em que a violência só ocorre uma vez ou num contexto e/ou ambientes muito particulares. Os ataques dos filhos aos pais surgem na tentativa de saciar alguma necessidade, principalmente a toxicodependência. Também podem surgir em situações de legítima defesa, em contexto de agressão física, psicológica ou sexual ou no uso da violência na tentativa de proteger algum familiar que esteja a ser agredido por outro, onde o filho agride o agressor (pai ou mãe); a violência exercida através de ataques esquizofrénicos e/ou com origem em patologias graves. Por fim temos aquilo a que Pereira chamou de “retaliação” (2017, p. 7), onde os filhos que tenham vivido dentro de um ambiente familiar violento, perturbador,

negligente e traumático acabam, mais tarde, quando são adultos e têm um poder maior sobre os pais, por se vingar quando os progenitores se encontram em situações mais vulneráveis.

Contrariamente a este conceito tradicional, o conceito atual de violência filioparental exclui grande parte dos critérios caracterizadores da violência filioparental tradicional (Pereira, 2017). A nova violência filioparental caracteriza-se por já não ter um espectro etário restrito, tornando-se amplo. Esta surge em qualquer estrato social e económico, o consumo de estupefacientes ou de álcool embora visível, não é um fator decisor no momento da agressão (Pereira, 2017; Pereira & Bertino, 2009). Sobre a nova violência filioparental, Pereira (2017, p. 7) refere-se:

Agressões exercidas por crianças, adolescentes e jovens aparentemente “normalizados”, provenientes de qualquer estrato social, com condutas violentas mais ou menos estendidas que incluem sempre o ambiente familiar e, com muita frequência, reduzem-se a ele.

Pereira e Bertino (2009) excluem da conceptualização de violência filioparental, casos isolados como: homicídios, agressão sexual e assaltos com uso de armas, bem como casos em que existiu uma diminuição da consciência provocada por doenças, transtornos mentais, e também violência quando a pessoa está com efeitos de drogas ou álcool. Estas exclusões são motivadas pelo facto de terem características particulares que se distinguem daquilo que os autores entendem por violência filioparental. Um exemplo é o estudo realizado por Walsh e Krienert (2009) onde foi explorada a diferença de vítimas entre crimes de parricídio e de violência filioparental. A investigação demonstra que nas situações de parricídio, o agressor tende a ser mais velho comparativamente ao que acontece na violência filioparental, bem como a vítima também costuma ter mais de 45 anos, e tanto a vítima como o agressor costumam ser homens. Na violência filioparental a vítima e o agressor tendem a ter uma idade mais reduzida e o agressor é homem e a vítima por norma é mulher. O uso de armas de fogo, também explorado no mesmo estudo, na violência de filhos para pais é de cerca de 0.6%, já nos casos de homicídio de filhos para pais encontra-se superior a 50%, o mesmo padrão mantém-se no uso de facas.

O fenómeno da violência filioparental tem particularidades interessantes, em que o filho está dependente dos pais em diversos níveis, sejam económicos, emocionais, legais ou sociais. Contudo existe uma inversão na hierarquia familiar (Patuleia & Alberto, 2016), em que o filho embora continue a ser dependente dos pais, exerce violência sobre eles (Gallego, Sanmartín, & Vilariño, 2015).

A adolescência, de facto, tem vindo a ser apontada como a fase mais tendenciosa dos jovens a terem comportamentos desafiadores e de risco perante os seus pais (Nardi & Dell'Aglio, 2010). Porém tem-se vindo a observar que a violência de filhos para pais não é um comportamento normal e desafiante característico e exclusivo da etapa adolescente, devido à sua continuidade no tempo e escalada de violência (Cottrel and Finlayson, 1996 *in* Edenborough, Wilkes, Jackson, & Mannix, 2011). Passou-se a ver a violência filioparental como uma violência diária, excluindo atos agressivos unos que não sejam habituais, enfatizando que a violência filioparental é uma realidade assídua dentro do ambiente familiar. Coogan (2018) delimitou o conceito para que se concentre apenas até uma determinada faixa etária, englobando o abuso de poder das crianças ou adolescentes com uma idade inferior a 18 anos sobre os seus pais. Indo ao encontro da ideia de Coogan, segue-se Patuleia e Alberto (2016), que englobam crianças e jovens, excluindo a violência de filhos contra pais que já sejam considerados idosos. Todavia existe aqui um *gap* de idades que tem sido excluído da própria bibliografia que são os adultos emergentes, filhos que já têm mais de 18 anos. Pela lógica biológica e social já não são adolescentes, mas também ainda não se consideram adultos. Situam-se entre os 18 e os 25/30 anos, e muitos deles ainda não têm pais idosos (Arnett J. J., 2000; Arnett J. J., 2006; Arnett J. J., 2007; Arnett J. J., 2014).

Neste âmbito um estudo realizado no México com uma população de universitários (Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019), procurou explorar a prevalência da violência filioparental, nos adultos emergentes, com idades entre os 18 e os 25 anos, da qual se concluiu que de facto a adolescência é o período crítico no que toca à predominância neste tipo de violência. Diversos estudos acabam por se concentrar conceptualmente apenas na adolescência (Peek, Fischer, & Kidwell, 1985; Walsh & Krienert, 2007). Este impulso na adolescência dá-se pelo facto de que,

quando ainda são crianças existe um maior distanciamento entre a autoridade que se dá de pais para filhos. Distanciamento este que acaba por diminuir com o tempo, e esta diminuição acaba por ter mais repercussões na etapa adolescente, sendo considerada a mais desafiante (Pagani, et al., 2009).

Também é identificada a violência contra os pais em idades mais avançadas, não sendo exclusivo da etapa adolescente. Walsh e Krienert (2007) fizeram um estudo com uma amostra de jovens até aos 21 anos de idade, e concluíram que a grande fatia da violência gerada contra os pais advinha de filhos adolescentes, com idades entre os 14 e os 17 anos. Contudo era na idade adulta que, embora a violência fosse menor em escala, o seu grau de gravidade aumentou. O Estudo de Harbin e Madden (1979) observou que a idade da maioria dos agressores era entre os 13 e os 24 anos, embora se tenham encontrado casos incomuns, em que um agressor tinha 10 anos de idade, e em contrapartida havia um caso em que o agressor tinha 35 anos. Em todos os casos o agressor era dependente da vítima, sendo este um padrão comum desta forma de violência.

É assim questionável do porquê da faixa etária considerada como adulterz emergente ainda não ser objeto de estudo dentro da temática da violência filioparental (McManus, Almond, & Bourke, 2017; Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019).

O conceito de adulterz emergente é recente, e ainda mais recente é quando relacionado com a violência de filhos para pais. Coloca-se como hipótese que nas sociedades modernas, esteja a surgir uma nova etapa da vida, que é a adulterz emergente (García-Mendoza, Parra, & Sánchez-Queija, 2017; Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019). A adulterz emergente caracteriza-se por ter características distintas tanto da adolescência como dos adultos, fatores com o casamento tardio, a dependência prolongada, o desemprego jovem, o estudar até mais tarde, a falta de maturidade, a própria dificuldade em um jovem ter um emprego que o ajude a se autonomizar, a época de incerteza perante o futuro, são todos fatores modernos, que fazem com que exista aqui um fenómeno que antigamente era incomum. Não se sabe muito bem até que idade é que a adulterz emergente pode ir, segundo Arnett, dos 18 até 29 anos (Arnett, 2000; Arnett J. J., 2006; Arnett J. J., 2007; Arnett J. J., 2014),

contudo alguns autores vão apenas até aos 25 (Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019).

Para além das derivações conceptuais ao nível etário, também existem derivações conceptuais ao nível das vítimas, por exemplo estudos que se focam no conceito de *child-to-mother violence* (Hoyo-Bilbao, Orue, Gámez-Guadix, & Calvete, 2020; Edenborough, Jackson, Mannix, & Wilkes, 2008; Jackson D. , 2003; Edenborough, Wilkes, Jackson, & Mannix, 2011), ou no conceito de *child-to-father violence* (Hoyo-Bilbao, Orue, Gámez-Guadix, & Calvete, 2020), embora este seja menos comum de ser usado na literatura. Alguns estudos também se referem a este fenómeno como Abuso Parental ou *Parental Abuse* (Cottrel & Monk, 2004; Holt, 2012; Tew & Nixon, 2010; Kennair & Mellor, 2007). Curiosamente no Japão usa-se o conceito de violência doméstica para se referir exclusivamente à violência de filhos para pais, que tem vindo a ser interpretado como um problema grave no Japão, desde 1975 (Honjo & Wakabayashi, 1988).

1.2.2. Teorias explicativas

Ibabe (2019, p. 1) defende que a violência filioparental é “a forma mais oculta e estigmatizada de violência familiar” e que recentemente tem vindo a crescer, em diversas partes do mundo, de maneira “exponencial” (Pereira, 2017, p. 5), tendo vindo a ser assumido como um problema transcultural (Coogan, 2018). Têm vindo a surgir estudos no Canadá (Lyons, Bell, Fréchette, & Romano, 2015; Pagani, et al., 2009), Estados Unidos (Evans & Warren-Sohlberg, 1988; Cottrel & Monk, 2004; Kethineni, 2004; Routt & Anderson, 2011; Walsh & Krienert, 2007), Inglaterra (Condry, Miles, Brunton-Douglas, & Oladapo, 2020; Edenborough, Jackson, Mannix, & Wilkes, 2008; Holt, 2012; Wilcox, 2012;), Espanha (Calvete, Orue, Gámez-Guadix, Hoyo-Bilbao, & Arroyabe, 2015; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Ibabe, Arnoso, & Elgorriaga, 2014; Ibabe, Jaureguizar, & Díaz, 2009; Pereira, 2017; Urra, 2016), Japão (Honjo & Wakabayashi, 1988), Austrália (Howard & Rottem, 2011; Simmons & McEwan, 2019; Stewart, Burns, & Leonard, 2007), Hawai (Hartz, 1995), Sri Lanka (Perera, 2006), entre outros.

Todos estes estudos têm vindo a demonstrar que a violência filioparental é um fenómeno emergente, em crescimento, e da qual ainda se sabe muito pouco (Howard & Rottem, 2011). É preciso reconhecê-lo como um problema social, de forma a ser possível criar políticas sociais para dar resposta a este problema (Blumer, 1971). Neste sentido, e apesar da complexidade do problema, têm vindo a surgir algumas teorias que tentam explicar a emergência do fenómeno, embora se aponte que a origem do problema resida dentro da família e nas mudanças da sociedade nos últimos anos (Howard & Rottem, 2011; Urra, 2016; Pereira, 2017). Podemos considerar uma teoria como um caminho que nos ajuda a explicar o porquê das pessoas se desviarem daquilo que são as normas e as regras societárias (Akers, 2012 [1999]). Vão ser agora explanadas as principais teorias explicativas da violência filioparental.

1.2.2.1. Modelo Ecológico

O Modelo Ecológico pressupõe uma análise holística de todos os fatores que influenciam determinada temática. Por norma esses fatores dividem-se em quatro: o macrossistema, microssistema, ecossistema e fatores ontogénicos. A análise destes quatro campos dimensionais permite que se torne possível perceber o fenómeno de forma muito mais completa (onde se incluem os fatores culturais, sociais, e individuais), permitindo perceber em qual das fases é que a violência é mais provável de ocorrer, após todos os fatores serem reunidos e comparados (Montolío, 2010).

Este modelo foi adaptado ao fenómeno da violência filioparental, pela primeira vez, por Cottrel e Monk (2004), tendo como base o trabalho de Belsky (1980), que propôs uma integração ecológica aos maus-tratos infantis, e de Dutton (1985), que estudou a relação dos fatores individuais, familiares e culturais que predis põem a que um marido seja violento com a sua mulher.

O macrossistema é o reflexo da influência de estruturas sociais amplas como a estrutura social, económica, os valores culturais e as crenças que influenciam a existência de violência. Um exemplo são os media que são transmissores e influenciadores de violência, ou o exemplo dos estereótipos que

são produções culturais (Arias-Rivera & García, 2020; Coogan, 2018; Cottrel & Monk, 2004; Montolío, 2010). O ecossistema engloba as estruturas sociais que influenciam a dinâmica familiar e o nível individual, que levam à violência. Um exemplo comum atualmente é o *stress* económico gerado em algumas famílias e em algumas pessoas, sendo um potenciador de violência (Cottrel & Monk, 2004; Montolío, 2010). O microssistema é visto como o sistema social de primeiro nível (Coogan, 2018), e traduz-se pela interação que os atores familiares têm entre si e que leva à violência. Dentro do microssistema temos três fatores: 1) a existência de uma dinâmica de poder desigual, 2) uma relação comunicativa negativa entre os membros da família, e por último 3) a incapacidade para a resolução de conflitos, o que faz com que se agrave ainda mais a violência. No microssistema, como fatores de risco temos por exemplo o divórcio ou estilos parentais negativos (Arias-Rivera & García, 2020; Cottrel & Monk, 2004; Montolío, 2010). Para concluir, temos os fatores ontogénicos, que são um produto influenciado pelo total das três dimensões: o microssistema, o macrossistema e o ecossistema. Os fatores ontogénicos são as características e experiências individuais que o indivíduo acrescenta dentro da relação, por exemplo: sintomas de depressão, a existência de um carácter de oposição, pouca autoestima, impulsividade quando colocado em situações de frustração (Arias-Rivera & García, 2020; Cottrel & Monk, 2004; Montolío, 2010).

Através da formação deste modelo de observação e interpretação do fenómeno percebemos que a violência tem mais probabilidade de ocorrer quando os fatores de cada um destes campos estão coletivamente presentes dentro do seio familiar (Cottrel & Monk, 2004). Embora também se tenha percebido que a dimensão predominante para o aparecimento da violência é o macrossistema, pois esta dimensão tem influência no aparecimento e no crescimento das restantes (Montolío, 2010).

Pereira e Bertino (2009), também fazem uma abordagem ecológica da violência filioparental através de três campos de análise. Em primeiro lugar, temos o campo social, onde se inserem as mudanças sociais recentes, como: uma sociedade mais permissiva do que punitiva, os estilos educativos em que a violência filioparental se torna mais comum de surgir, que se prende por uma educação mais permissiva, onde não sejam impostos limites, ou então muito

punitiva em que embora exista uma possível punição, esta é momentânea e continua a haver uma falta de limites impostos pelos pais. Em segundo, estão fatores individuais dos agressores, a baixa autoestima, egocentrismo, impulsividade, a existência de transtornos. Por último, os fatores familiares, onde se inserem as dinâmicas familiares relacionais, como a existência de um histórico de violência dentro da família, acabando por influenciar que o filho se torne violento, ou pais super protetores.

Contudo o modelo ecológico tem certas limitações, segundo Montolíó (2010) como: 1) a dificuldade em medir os fatores macro que influenciam a violência; 2) devido à multiplicidade do modelo ecológico, pode-se acabar por não prestar tanta atenção às restantes nuances que tentam explicar o fenómeno; 3) por último, a maior dificuldade depara-se com a amplitude necessária para se conseguir estudar o fenómeno dentro de todos os ramos da teoria ecológica.

1.2.2.2. Síndrome do Imperador

Garrido (2009 [2005]) caracteriza a problemática da violência filioparental através do conceito da síndrome do imperador. No seu livro *“Los Hijos Tiranos: El Síndrome Del Imperador”* (2009 [2005]). Ele percebe que tem havido um drástico aumento de casos de violência de filhos para pais, *“se trata de una auténtica epidemia (...) «un fenómeno nunca visto»”* (Garrido, 2009 [2005], p. 25). Ao longo do seu trabalho, Garrido, diz que existem crianças que geneticamente têm uma dificuldade acrescida em perceber aquilo que são os limites e as normas sociais e morais, sendo crianças com uma maior falta de empatia perante os outros. A síndrome do imperador caracteriza-se pela existência de uma predisposição cognitiva que algumas crianças e adolescentes têm, que os leva a agredirem os seus pais, sem haver um motivo aparentemente, pois estes pais não são, na sua grande maioria, considerados maus, nem a família possui um histórico de violência. Esta violência tem origem na personalidade (Montolíó, 2010), nomeadamente em crianças que querem ser o centro da atenção dos pais, que não toleram a frustração, têm pouca autoestima, dificilmente sentem culpa ou rancor dos seus atos, e não se sentem emocionalmente próximas das pessoas, incluindo dos seus pais. Situações, por

exemplo, em que existe um transtorno de personalidade antissocial (Molleda & Díaz, 2007; Urra, 2016).

Embora a existência de uma predisposição cognitiva, esta não serve só por si como motivador para agredir os pais, mas sim como um facilitador. É preciso também ter em conta que para além da psicopatia também existem ingerências externas como o problema em educar, os pais não sabem como educar os seus filhos, acabando por negligenciá-los, e não é efetivamente culpa apenas deles, mas sim da sociedade, *“no es simplemente que los padres no queiran educar, o que no hayan aprendido a hacerlo”* (Garrido, 2009 [2005], p. 34).

Este modelo mostra que a psicopatia pode ter um papel fundamental na predisposição da agressão de filhos para pais, mas esta predisposição, não deve ser entendida apenas como a única razão, pois os fatores externos, principalmente a educação também acabam por contribuir para essa violência (Montolío, 2010).

1.2.2.3. Aprendizagem social

A violência que existe dentro da família, é uma das explicações mais suportadas, entre os investigadores, para explicar a origem da violência nas crianças (Boxer, Gullan, & Mahoney, 2009). Os seres humanos reproduzem comportamentos assimilados através da observação e imitação de figuras de referência, como a figura parental (Meltzoff & Williamson, 2017). A imitação segundo Akers (2012 [1999]) é a reprodução de um comportamento semelhante a um outro comportamento reproduzido anteriormente, por uma figura de referência, comportamento esse que foi observado, interiorizado, e posteriormente reproduzido. Um ambiente violento gerado pelos pais faz com que os filhos aprendam, através da socialização com grupos primários como a família, que a resposta para os problemas é a violência e interiorizem isso como uma norma através do hábito (Akers, 2012 [1999]). A violência gerada em casa pode incidir diretamente sobre a criança violentando-a, ou indiretamente como sendo uma testemunha. Contudo em ambos os casos é uma vítima e obviamente acaba por ter repercussões no comportamento do jovem mais tarde (Calvete,

Orue, Gámez-Guadix, Hoyo-Bilbao, & Arroyabe, 2015). Urra (2016, p. 29) tem uma frase que descreve a relação entre a violência filioparental e a teoria da aprendizagem social “os pequenos ditadores não nascem, fazem-se”.

A teoria da aprendizagem social advém de Bandura (1971). O investigador defende que “novos padrões de comportamento podem ser adquiridos por meio da experiência direta ou pela observação do comportamento de outras pessoas” (p. 3). Existe uma interação mútua entre o agente ativo e o meio envolvente, o que faz com que resulte um comportamento apreendido socialmente (Urra, 2016). Segundo Urra (2016), os primeiros tempos de vida da criança são determinantes para tentar moldar o seu comportamento, é necessário que a criança se torne ativa e que exista um ambiente que permita isso. A pessoa comete delitos porque os interiorizou através da educação (Akers, 2012 [1999]).

Esta teoria rejeita a concepção inata de violência, atribuindo essa característica à produção, assimilação e reprodução da violência vivenciada (Montolío, 2010; Montolío, Moreno, & Robles, 2012). A vivência neste tipo de rotinas faz com que crianças violentadas se possam tornar adultos violentos. Assim como demonstra o estudo de Relinque, Arroyo, León-Moreno, & Jerónimo (2019), onde foram comparados dois estilos de ambiente familiar: um ambiente familiar autoritário e um ambiente familiar protetor; o ambiente familiar autoritário era de facto o que despoltava mais agressões, principalmente verbais, por parte das crianças. Isto pode ser explicado porque o indivíduo desenvolve-se, enquanto pessoa, através do seu ambiente e das suas experiências pessoais, segundo Poiars (2016, p. 149):

O ser humano, como sabemos, é um produto do somatório das suas vivências desde que nasce até que lhe colocam termo à vida. É o resultado das experiências positivas e negativas que foram percebidas ou transmitidas pelos pais, os avós, os irmãos, o grupo de amigos (...). Somos, pois, um produto do nosso contexto histórico, social, económico, político e familiar.

O trabalho de Maxwell & Maxwell (2003) com 1379 estudantes, situados em etapas escolares diferentes, e em zonas habitacionais divergentes, alguns vivendo em zonas urbanas e outros em rurais, concluiu que a violência dirigida diretamente à criança, ou apenas visualizada por ela acaba por influenciar a que

o jovem cometa agressões. No estudo não houve divergências de género, pois este tipo de vivências afeta ambos os géneros. Para além disso, também se chegou à conclusão que ser uma testemunha de violência leva a que o adolescente tenha mais comportamentos violentos comparativamente aos que sofreram violência direta. O estudo de Calvete et al. (2015), demonstra através de entrevistas feitas a 15 adolescentes que cometeram violência filioparental, que cerca de 11 dos 15 adolescentes sofreu maus-tratos familiares, e 9 sofreram *bullying* na escola. Cerca de 5 relataram que os pais têm problemas com álcool, que depois acabou por expor os filhos a situações violentas e 13 sofreram de ausência/negligência por parte dos pais. A investigação de Jouriles et al. (1998) observou que quando os pais tendem a se violentar com armas (por exemplo uma faca, ou pistola) e a criança observa esse comportamento, o risco de vir a ter problemas de comportamento é superior comparativamente quando os pais se violentam sem esse tipo de armas. Na amostra da investigação de Routt e Anderson (2011) cerca de 53% dos casos de violência filioparental, os filhos foram expostos a violência doméstica, e 38% foram fisicamente agredidos pelos pais.

Podemos ver que o fator familiar é importante, mas também existem estimuladores sociais para além da família, como a escola. Os resultados do estudo sugerem que as altas exposições à violência em ambos, na família e na escola, fazem com que a criança acabe por interiorizar que aquele comportamento é a norma.

1.2.2.4. Bidirecionalidade

Segundo Cornell e Gelles (1982, *in* Peek, Fischer, & Kidwell, 1985) as vítimas de violência na infância, começam a expressar comportamentos violentos, onde os aprenderam e contra quem os ensinou.

O modelo da aprendizagem social é a base da teoria da bidirecionalidade. Uma grande maioria das investigações nesta temática demonstram que a violência dos filhos para os pais existe pelo facto de ter existido anteriormente um ambiente de violência, quer diretamente sobre o filho, quer indiretamente (Calvete, Orue, Gámez-Guadix, Hoyo-Bilbao, & Arroyabe, 2015), da qual um filho

que sofra violência por parte dos pais, acabará por replicar essa violência contra os mesmos mais tardiamente, como uma espécie de vingança. Urra (2016) afirma que não nos podemos esquecer que, embora existam filhos violentos perante os pais, também existem pais que maltratam os filhos, logo a probabilidade de apresentarem problemas comportamentais no futuro aumenta. Lohman et al. (2013, p. 500), tem uma frase que, de forma simples, descreve a presente teoria: *“violence in the family of origin leads to violence in the family of destination”*.

A investigação de Boxer, Gullan e Mahoney (2009) demonstrou que a probabilidade de um jovem agredir fisicamente o seu progenitor, sem que este tenha sofrido violência física, é de 25%, contrariamente, se houver violência por parte dos pais para os filhos, essa probabilidade aumenta para os 75%. Também se chegou à conclusão que viver numa família em que o pai agride a mulher, pode fazer com que o filho acabe, também, por agredir a mãe, isto porque filhos do género masculino têm mais tendência a replicar o comportamento do pai, e filhas tendem a replicar mais o comportamento da mãe, acabando por ser mais passivas. O estudo de Ibabe e Jaureguizar (2011) com cerca de 485 jovens de 12 a 18 anos observou que existe mais bidirecionalidade da violência em filhos do género masculino. Isto é explicado por Stith et al. (2000, *in* Ibabe & Jaureguizar, 2011), em que, devido a uma maior aproximação do filho masculino com o pai, este adquire pela observação de um modelo que ele considera como referência, e da qual tem uma convivência mais direta. Contrariamente a filha terá uma maior aproximação com a mãe. Este fator, aliado à vertente de que o género masculino, tem uma maior tendência para ter atitudes mais agressivas, pode explicar uma maior bidirecionalidade nos rapazes.

O estudo de Hartz (1995) sobre quatro grupos étnicos no Havai (americano-polinésios, europeus, japoneses, filipino-americanos) demonstrou quando as mães eram agressivas com os adolescentes, estes também eram agressivos com a mãe. Contrariamente, quando os pais eram agressivos com os filhos, os adolescentes demonstravam uma resposta menos agressiva contra estes progenitores (masculinos). Estes dados vão ao encontro com os resultados do estudo de Ulman e Straus (2003), em que as mães que agredem os filhos acabam por gerar revolta que desencadeia uma violência mútua entre ambos.

Contrariamente quando um pai agride um filho, o filho tende a responder de forma mais branda para com este. Para além disto também se chegou à conclusão que as maiores percentagens de violência filioparental contra as próprias mães advinha de famílias em que existiu violência de mulher para marido.

Através de uma análise conjunta donexo causal, percebemos que a sociedade e principalmente a família são o impulsor chave desta violência, e da violência em geral. Segundo Straus e Hotelling (1980, p. 4), a “família é o cenário predominante para todas as formas de violência desde bofetadas até à tortura e o assassinato”. Também o trabalho de Cottrel e Monk (2004), através de entrevistas a pais, profissionais e agressores, concluiu que a mãe era a vítima predileta dos filhos. Esta violência surgia devido à existência de um padrão violento do marido para com a mulher, e era bidirecional em duas circunstâncias diferentes. A primeira prende-se com o facto de o marido ter saído de casa, e o filho começar a adotar o padrão abusivo que era do pai, como forma de manter a figura paterna em casa, e culpabilizar a mãe por ter deixado que a família se desfizesse. Segundo, percebeu-se também que, a violência do filho para o pai, surgia, por vezes, em situações de proteção da mãe para com a violência do pai. Contrariamente aos filhos do género masculino, não se percebia muito bem o motivo das filhas também agredirem as suas mães, contudo uma hipótese plausível tem a ver com fatores sociais, em que as filhas tentam afastar-se do rótulo social agregado às mães por natureza e aproximando-se das características paternas. Os filhos que eram agredidos de forma direta pelos pais quer física, quer psicologicamente em criança, acabavam por serem também agressivos para com os pais numa idade mais avançada.

1.2.3. Caracterização dos sujeitos

1.2.3.1. Os Agressores

O género do agressor tem tendência a variar conforme os estudos feitos e a metodologia usada nesses mesmos estudos (Walsh & Krienert, 2009; García & Pereira, 2006). Contudo é observável uma primazia do género masculino ao

longo dos estudos em comparação com as filhas que agredem os pais (Agnew & Huguley, 1989; Boxer, Gullan, & Mahoney, 2009; Harbin & Madden, 1979; Ibabe & Jaureguizar, 2011; McManus, Almond, & Bourke, 2017; Routt & Anderson, 2011; Stewart, Burns, & Leonard, 2007) embora não seja uma questão exatamente firme na bibliografia.

No estudo de Ibabe, Jaureguizar e Díaz (2007) 85% dos casos, os perpetradores eram do género masculino, e o restante do feminino. Assim como no estudo de Routt e Anderson (2011), em 1,339 jovens que praticaram violência doméstica, 65% são rapazes, e 35% são mulheres. Um estudo levado a cabo na Austrália percebe que 70% dos filhos que agrediam os seus progenitores eram do género masculino (Stewart, Burns, & Leonard, 2007).

Já o estudo de McCloskey e Lichter (2003) com uma amostra de 296 mães, não encontrou diferenças de género entre os agressores na violência filioparental. Contrariamente a estes dois estudos anteriores, o relatório de Snyder e McCurley (2008) com dados do FBI, sobre os incidentes de violência doméstica perpetrada por jovens, percebeu que em 2004, 16% das filhas agrediam os seus pais, e apenas 10% dos filhos agrediam os seus pais, havendo aqui uma maior percentagem das filhas em comparação com os filhos. Neste sentido, um estudo realizado a 445 jovens, entrevistados 3 vezes a cada 18 meses, num período de 5 anos demonstrou que, 12% dos rapazes eram agressivos com os seus pais. Já a percentagem das raparigas era superior, cerca de 15%. Embora as diferenças não sejam muito díspares, sendo a maior percentagem dos agressores adolescentes (Paulson, Coombs, & Landsverk, 1990), também um estudo realizado em Portugal com 176 indivíduos, da qual 19 perpetravam violência contra os pais, 11 (57.9%) eram do sexo feminino e 8 (42.1%) do sexo masculino. No entanto, não existem diferenças significativas tendo em conta a amostra reduzida de casos (Oliveira R. S., 2018).

Segundo o estudo de Pagani et al. (2003) as raparigas tendem a usar mais violência verbal (54%) e os rapazes mais violência física (14%), em prole da violência psicológica ou económica, embora as margens de diferença de um género para o outro não sejam grandes. Contrariamente, o estudo de Nock e Kazdin (2002) não encontrou diferenças de género relacionadas com o grau de

agressão e a regularidade do ato. Todavia existe um reduzido número de estudos sobre as diferenças ao nível da violência exercida por cada género.

A etapa em que mais se observa a violência filioparental, no agressor é principalmente na adolescência, contudo os dados variam muito, podendo ir desde os 4 até aos 24 (García & Pereira, 2006), existindo também estudos que apontam para o facto de a criança começar a ter comportamentos desviantes e a demonstrar sinais de violência filioparental por volta dos 2/3 anos de idade (Urta, 2016; Nock & Kazdin, 2002).

Walsh e Krienert, (2007) demonstraram com o seu estudo que o maior grupo que perpétua violência contra os pais são os adolescentes (53,7%), sendo grande parte com idades situadas entre os 14 e os 17 anos, depois os jovens adultos (30,9%) e por fim com menos de 13 anos (15,4%). O estudo de Edenborough et al. (2008) teve uma amostra de 185 mães, que demonstravam sofrer violência filioparental. Segundo os questionários feitos, a idade em que começaram os ataques do filho(a), foi quando tinham entre 13-15 anos (31,4%), seguindo-se a idade dos 10 aos 12 anos (22,7%). Também foram reportados casos em que a violência começou quando os filhos tinham de 18 a 24 anos (8,1%). No mesmo estudo também se conseguiu apurar a idade em que os ataques começaram a ficar piores, da qual a grande percentagem situava-se no fim da adolescência, entre os 16-18 anos (27%). Igualmente havia uma pequena percentagem de casos, 2,7%, que começaram a ficar pior a partir dos 25 anos.

Embora a discussão sobre a faixa etária dos filhos, em que a violência contra os pais começa a tomar contornos graves, seja relevante ao nível da intervenção, é preciso ter em conta que este comportamento violento, mesmo que só apareça aos 15 anos, aos 17 anos, aos 20 anos, ou até antes aos 12 anos, em grandes proporções, foi adquirido e esboçado, como Urta (2016) defende, nos primeiros anos da criança, através da educação, ou a falta de transmissão da mesma. O trabalho de Patuleia e Alberto (2016), onde foram entrevistados grupos de profissionais, demonstrou que os profissionais tiveram dificuldade em estabelecer uma faixa etária em que este tipo de violência possa começar, porque não é algo padronizado. Porém a maioria das respostas obtidas demonstrava que a adolescência era o marco, embora não se saiba quando começa nem quando termina. Os profissionais do estudo alertaram para o facto

de que, os sinais desta forma de violência têm vindo a revelar-se em faixas etárias cada vez mais prematuras. Routt e Anderson (2011), observam que a primeira vez que houve agressão por parte dos filhos, 23% tinha menos que 12 anos, 17% tinham 12 anos, 15% tinham 13 anos, entre 11% e 12% tinham 14 a 16 anos, e por último apenas 9% tinham 17 anos.

Algumas pesquisas concordam que não existe relação entre a idade e a violência de filhos para pais (Cornell & Gelles, 1982 *in* Walsh & Krienert, 2007), embora, outros autores demonstrem que os comportamentos agressivos tendem a mudar com a idade, por exemplo filhos mais velhos costumam ter menos tendência para pontapear os seus pais em comparação com idades anteriores (Nock & Kazdin, 2002). O estudo de Nock e Kazdin (2002) demonstra que a severidade e a regularidade das agressões não tende a aumentar com a idade, no entanto, a investigação teve limitações ao nível da amostra. Para além disso, este estudo também demonstrou as principais características dos filhos agressores, que eram essencialmente duas: 1) pouca capacidade em se adaptarem a situações de *stress* e em lidar com a frustração e 2) são filhos mais exigentes, com os pais, comparativamente a outros filhos. No mesmo âmbito, o estudo de Routt e Anderson (2011) identificou que o principal fator desta violência existir é a existência de diagnósticos de saúde mental. Cerca de 39% dos casos encontrados, os adolescentes apresentavam problemas de foro psiquiátrico, principalmente bipolaridade (18%) e défice de atenção ou hiperatividade (13%).

Barnett, Miller-Perrin e Perrin elaboraram no seu livro “*Family Violence: across the lifespan*” (2011), os fatores de risco que afetam que um adolescente cometa abusos contra os próprios pais: 1) a sua idade, 2) ter mais força em muitas das situações comparativamente à mãe; 3) a existência de um distanciamento afetivo entre os pais e o filho, 4) ter demonstrado atitudes e comportamentos desviantes na infância, 5) exposição a um ambiente familiar violento, 6) abuso de substâncias, 7) influência negativa dos pares, 8) ser, segundo as palavras do autor “*white race*”.

Um estudo realizado em Boston (Cochran, Brown, Adams, & Doherty, 1994), demonstrou que a violência contra membros da família é maioritariamente dirigida de filhos para pais em 76.6% dos casos, seguindo-se contra irmãos com

11.7%. Também se observou que a quantidade de adolescentes que agredem os seus pais sobe conforme a idade, por exemplo com 13 anos temos 1.5% de adolescentes, com 14, 5.3%, com 15 anos temos 15.3%, seguindo-se de 16.7% com 16 anos, e os 17 que é a idade mais predominante temos 61.2%; 64% são filhos a violentar as suas mães, 21% são filhas a violentar as suas mães, e 14% são filhos a abusar dos seus pais. Contrariamente, muito poucos casos de filhas a abusar dos seus pais foram denunciados. Em 18% dos casos denunciados foram usadas armas contra os pais, da qual as filhas usam mais armas que os filhos, a arma mais usada foi a faca seguindo-se arma de fogo.

O trabalho de Kethineni (2004), demonstra que o grupo etário que mais tende a perpetuar violência situa-se entre os 15/16 anos com 54.2%, e depois desce com 17/18 anos para 15.7%, a percentagem mais baixa foi entre os 11/12 anos, em 3.6% dos casos, e por fim com 13/14 anos, registaram-se 26.5% dos jovens da amostra. O trabalho de Pagani et al. (2004) demonstra que a idade média dos agressores tende a ser dos 15 aos 16 anos.

1.2.3.2. As Vítimas

Quando se fala da caracterização das vítimas, é impossível não referir que este fenómeno é muito ocultado devido à vergonha que os pais sentem em serem agredidos pelos seus filhos, o que leva a um maior encobrimento dos dados e a uma maior dificuldade de denúncia (Urra, 2016), pois o sentimento de culpa é incalculável, pelo facto de acharem que falharam na sua educação e que o comportamento do filho é plena responsabilidade deles, pelo que tentam ocultar a situação tentando normalizá-la, ou tentando resolvê-la sozinhos, enquanto a violência acaba por se agravar (Gallagher, 2008; Moulds, Day, Mildred, Miller, & Casey, 2016).

A vítima predominante é apontada como a mãe em diversos estudos (Evans & Warren-Sohlberg, 1988; García & Alberola, 2010; Gallagher E. , 2004a; Garrido, 2009 [2005]; Harbin & Madden, 1979; Kethineni, 2004; Moulds, Day, Mildred, Miller, & Casey, 2016; Nock & Kazdin, 2002; Perera, 2006; Pereira, 2017; Routt & Anderson, 2011; Ulman & Straus, 2003; Urra, 2016; Walsh & Krienert, 2007).

O trabalho de Evans e Warren-Sohlberg (1988) demonstrou que 82% dos casos de violência de adolescentes era dirigida a mãe, da qual 49,3% dessa percentagem era perpetrada pelo filho e 32,9% pela filha, seguindo-se de filho para pai com 16,4% e por fim de filha para pai com 1,4%. A investigação realizada por Ulman e Straus (2003) sublinha que as mães são as predominantes vítimas e sublinha que a agressão dos filhos ao pai tem a mesma percentagem que a agressão dos filhos a ambos os pais, ambas percentagens inferiores à agressão contra a mãe. O estudo Ibabe, Jaureguizar e Díaz (2009) refere que em 62% dos casos estudados a vítima era a mãe, seguindo-se 18% em que era a mãe e outras pessoas com o papel semelhante, 15% ambos os pais e 5% apenas o pai. Também Kethineni (2004) observou que cerca de 44.6% dos casos de violência filioparental eram quando o jovem vivia apenas com a mãe, sendo a percentagem seguinte 18.1% em que vivia com ambos os pais. A investigadora também decidiu analisar o fator filho único e descobriu que estes casos acontecem mais quando o filho agressor tem irmãos, sendo o agressor o irmão mais velho em cerca de 42.2% dos casos, seguindo-se o filho do meio com 25.3% e o filho mais novo com 16.9%. A violência filioparental tem mais tendência para surgir quando se tem um ou dois irmãos, ambos com cerca de 25.3%.

Contrariamente a estes dados o estudo de Peek, Fischer e Kidwell (1985) relatou quando os filhos iam para o último ano do ensino secundário, os pais tornavam-se nos principais alvos da violência. Estes dados seguem o mesmo seguimento que o trabalho de Agnew e Huguley (1989). Ainda que as mães sejam as mais agredidas, os rapazes têm tendência com o aumento da idade de vir agredir o seu pai, em prole das filhas. O estudo dizia que rapazes de 15 anos ou mais têm mais probabilidade de agredir o pai, do que a mãe, contudo as mães em geral continuam a sofrer mais violência.

Gallagher (2004b) elabora critérios que tentam justificar o porquê da predominância das mães como vítimas privilegiadas. O primeiro motivo centra-se nas diferenças biológicas, nomeadamente ao nível da força. Um homem biologicamente tem mais força que uma mulher, o que faz com que as mães se tornem alvos mais fáceis, visto que por norma os agressores são crianças ou adolescentes, logo supostamente terão menos força que o pai, mas talvez já

poderão ter mais que a mãe, e consequentemente para esta será mais custoso defender-se. O segundo motivo prende-se pelo facto de as mães serem as cuidadoras, e terem mais o papel de educar a criança que o pai. O estudo de García e Alberola (2010) demonstrou que a discrepância entre o papel de educar da mãe e do pai é muito grande, e que sempre que o pai está presente para cuidar ou educar o filho, a mãe também está presente. Já o contrário não se aplica, pelo menos com a mesma frequência. Logo se a mãe passa mais tempo com o filho, e sozinha sem a presença do pai, tem uma maior probabilidade de ser agredida. O terceiro motivo é que em muitos casos a violência filioparental surge em famílias monoparentais.

Ibabe, Jaureguizar, & Díaz (2009), percebe que cerca de 51% dos casos de VFP, correspondem a famílias monoparentais. Estes resultados também são observados no estudo de Pereira (2017) e no estudo de García e Alberola (2010) onde a família monoparental constituía 38,3% dos casos observados, mas continuava a ser a maior percentagem. Routt & Anderson (2011), observou em cerca de 1,339 famílias com um histórico de violência filioparental, que 49% dos casos eram famílias monoparentais. Observou-se também que 72% dos casos de violência eram por ameaçar agredir, ou agredir fisicamente a mãe, 16% contra o pai, 5% contra o seu irmão e 5% contra a sua irmã. Uma das explicações que levam a que a VFP exista mais em famílias monoparentais do que nucleares, é que na maioria das vezes, sendo só um progenitor, este acaba por ter de lidar com diversas situações onde normalmente haveria auxílio do parceiro, e isto acaba por causar um nível de *stress* mais alto, o que faz com que o *stress* seja um possível impulsionador de violência. O *stress* ligado à violência filioparental foi estudado por Nock e Kazdin (2002), onde é demonstrado que, os pais que eram violentados pelos filhos tinham um *stress* parental superior, comparativamente aos pais que não sofriam desse tipo de violência. Todavia, não houve diferenças ao nível da agressão física, sintomas depressivos ou a nível da patologia. Já o ambiente familiar, no mesmo estudo, era caracterizado por ser muito mais frio e distante ao nível das relações interpessoais.

Contrariamente aos dados que demonstram que a família monoparental é a predilecta deste tipo de violência temos as seguintes pesquisas. Perera (2006) observa que em 84,4% dos casos de violência filioparental, ambos os

pais viviam juntos, indo ao encontro do estudo de Edenborough et al. (2008), onde 55% dos casos de violência por parte dos filhos, surgiam numa família com os dois pais, seguindo-se 29% de família monoparental. Também o estudo de Oliveira (2018), ao nível da população portuguesa, percebeu que cerca de 52.6% dos casos de violência de filhos para pais, aconteciam dentro de uma família nuclear, e 15.8% monoparental, curiosamente também 15.8% dos participantes que cometiam violência, afirmavam viver fora da casa dos pais por motivos nomeadamente escolares, contudo a agressão continuava a existir.

O estudo de Nock e Kazdin (2002) concluiu que a violência de filhos para pais era mais visível em famílias nucleares. Contrariando os resultados em que é mais frequente em famílias monoparentais.

Ibabe, Jaureguizar e Díaz (2007) observaram que esta forma de violência existia com praticamente a mesma frequência nas famílias nucleares (36%) como nas famílias monoparentais (33%). Por isso ambas deviam ser consideradas como cenários propícios ao aparecimento de violência filioparental, embora isto não seja suficiente e tenham de haver outros mecanismos impulsionadores como a educação, ou violência por parte dos pais.

O quarto e último motivo de Gallagher (2004b) centra-se em a mãe ser o alvo mais fácil devido a dois pontos essenciais: o primeiro, é a mãe já ter sofrido violência no passado por parte do marido, e o filho acabar por assimilar essa forma de maus-tratos contra a mãe, vendo-a como o elo mais fraco. O segundo ponto prende-se, pelas etiquetas sociais que colocam o homem num patar superior ao da mulher em diversos aspetos, e o filho acaba por achar que tem mais poder perante a mãe simplesmente por ele ser homem e ela ser mulher.

O relatório da APAV de violência filioparental¹¹ revela que o género da vítima em 81,35% dos casos é feminino e que o tipo de família onde acontecem mais casos de violência filioparental é a nuclear, e em segundo a família monoparental. A idade da vítima em cerca de 47% dos casos tinham 65 ou mais anos.

¹¹ Estatísticas APAV. Crimes de Violência Doméstica, violência filioparental 2013-2018: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Violencia_Filioparental_2013_2018.pdf

Já na bibliografia internacional, a idade da vítima tende a ter uma média de 54 anos, com a idade mínima a rondar os 29 anos e a máxima nos 68 anos (Álvarez, 2012; García & Tercero, 2006; Cottrel & Monk, 2004). Walsh e Krienert (2007) chega à conclusão que as mães agredidas costumam ter mais de 40 anos. No trabalho de Edenborough et al. (2008) a vítima predominante que era a mãe, em cerca de metade dos casos (50.8%) a sua idade estava entre os 40 e os 49 anos, seguindo-se 22.7% entre 50-59 anos. Os dados de Pagani et al. (2004) vão ao encontro dos dados anteriores, onde a idade das mães estava numa média de 42.8 anos. McManus, Almond e Bourke (2017), concluem que a idade média da vítima era de 51 anos.

1.2.3.3. Nível socioeconómico

A presença socioeconómica tem sido pouco clara na bibliografia (Cottrel & Monk, 2004). Entretanto, autores como Erostarbe (s.d) e Cottrel e Monk (2004) concordam que o nível socioeconómico não é uma característica diferencial neste tipo de casos. Alguns autores referem que a violência filioparental é inerente a todos os estratos socioeconómicos (Agnew & Huguley, 1989; Peek, Fischer, & Kidwell, 1985). Cottrel e Monk (2004) através de entrevistas a profissionais, percebeu-se que a violência de filhos para pais não é específica de uma classe socioeconómica, no entanto, as entrevistas realizadas aos pais concluíram que famílias economicamente desfavorecidas, em que os filhos acabam por ter menos oportunidades de fazer certas coisas que as famílias de classe média e classe média alta fazem, e isso pode fazer com que os filhos vejam essa desigualdade com uma certa frustração e ressentimento contra os pais. Embora não seja um fator decisivo ser de uma família desfavorecida, existe uma influência.

O estudo de Ibabe, Jaureguizar e Díaz (2007) demonstrou que o nível socioeconómico da família tende a ser maior em comparação com o nível socioeconómico das famílias estudadas que não sofrem de VFP. Ao encontro destes dados vai o investigador Urra (2016) que defende que o perfil dos filhos que tiranizam os pais aparece com maior intensidade nas famílias de classe alta ou média alta, apesar de não ser um dado rigoroso, visto que esta forma de

violência “não atende a classes sociais” (Urra, 2016, p. 353). O estudo de Nock e Kazdin (2002), demonstra que as famílias onde os filhos eram mais violentos com os pais, situavam-se num nível socioeconómico mais elevado. Dentro da mesma linha de resultados está a investigação de Barnett, Miller-Perrin e Perrin (2011), que também observa que uma família socioeconómica média alta é um facilitador deste tipo de violência, comparativamente com famílias de classes socioeconómicas mais baixas.

1.2.3.4. Uso de Armas e Drogas

Walsh e Krienert (2007) perceberam que a maioria da violência envolvia adolescentes com armas pessoais e raramente havia ferimentos, e quando havia eram leves. Os adolescentes também na maioria dos casos não estavam sob efeito de drogas ou álcool. O estudo de Nock e Kazdin (2002) demonstrou que no campo das agressões físicas, as mais comuns são as menos agressivas e as menos comuns são as mais agressivas. Como demonstram os dados retidos na sua investigação, em 90% dos casos de violência contra os pais existiam empurrões, seguindo-se bater em 77%, atirar objetos contra os pais 56.8% e morder com 47%, o uso de armas ou facas não foi visualizado em nenhum caso, tendo sido atribuído o valor de 0%. O motivo para a agressão segundo os pais foi irritação em 85.1% dos casos, dificuldade de autonomia dos seus problemas em 74.3%, pouca tolerância à frustração 64.9%, a tentativa de controlar os seus pais foi vista em 51.4% dos casos, seguindo-se de ansiedade com 27%, bidirecionalidade por abusos sofridos na infância com 16.2%, tristeza 13.5% e medo 8.2%. O trabalho de Oliveira (2018) demonstrou que a violência mais frequentemente exercida é a violência psicológica, seguindo-se da física. Cerca de 57,1% da violência psicológica exercida advém das mulheres, e 42,9% dos homens. Também não foram encontradas diferenças significativas sobre se os participantes tinham consumido substâncias ou não.

O abuso de substâncias está diretamente relacionado com a violência doméstica em geral (Livingston, 1986), e embora não seja um fator determinante por si só, faz com que aumente a probabilidade de um membro da família agredir outro membro, nomeadamente um filho agredir um pai (Contreras & Cano, 2015),

Haw (2010 *in* Álvarez, 2012) refere que em 66% das situações de agressão de filhos a pais, os jovens consumiam algum tipo de substância. O trabalho de Kennair e Mellor (2007), demonstrou que havia uma ligação entre o abuso dos adolescentes para com os pais e o uso de substâncias. Mesmo que não houvesse um túnel causa efeito entre esses ataques e o uso de substâncias, este tem sido observado como um possível fator de risco. No estudo de Walsh e Krienert (2007) cerca de 3.4% dos filhos estavam sobre o efeito de estupefacientes durante os atos violentos contra os pais. Harbin e Madden (1979) revelam que a grande maioria destes jovens não tinham tomado drogas nem álcool durante o momento dos ataques. Ibabe e Jaureguizar (2010) percebe que é possível que os adolescentes que abusam dos seus pais demonstrem um alto abuso de substâncias em comparação com outros agressores, contudo é difícil ver essa relação. Dentro da mesma linha de pensamento Routt e Anderson (2011) observaram que 22% dos casos de adolescentes que agridem os seus pais são relacionados com o abuso de substâncias. Kethineni (2004) na sua amostra observou que mais de metade dos jovens que violentavam os pais usavam drogas ou álcool antes de cometerem as agressões, usando mais droga do que álcool, e a droga mais usada foi marijuana. Ao encontro da pesquisa de Kethineni vão os dados recolhidos por Contreras e Cano (2015), que observaram que 46.7% dos jovens estavam sob efeito de drogas ou álcool no momento dos ataques violentos. A relação entre a agressão verbal à mãe e o consumo de substâncias ilícitas foi explorado por Pagani et al. (2004), onde se percebeu que o consumo de substâncias aumenta a agressão verbal em cerca de 60%.

2. A violência filioparental como uma patologia social

Os filhos não nascem tiranos, eles acabam por tornar-se, e o responsável por isso somos todos nós (Urra, 2016; Villalba, 2020). A sociedade foi a grande impulsionadora desta forma de violência, e apesar de ela ser criada dentro do seio da família, atualmente observamos que esta 'nova' violência atingiu proporções enormes. Em Espanha, as denúncias de violência de filhos para pais aumentaram, em 2002 de 3.433, para cerca de 5.111 em 2007 (Montolío, Leonhardt, & Robles, 2012). Em Portugal o número também aumentou

significativamente, segundo as estatísticas da APAV do relatório de violência filioparental¹². Entre 2004 e 2012, no espaço de 12 anos, houve cerca de 3988 denúncias de pais agredidos, o mais recente relatório da APAV¹³ demonstra que de 2013 a 2018, em apenas 5 anos, existiram mais de 4 mil processos, ou seja, o número de denúncias que existiram no espaço de 12 anos, foi ultrapassado apenas no espaço de 5 anos.

Em duas décadas, a cultura, a nossa sociedade, e a família mudaram (Aroca, Miró, & Bellver, 2013), e com a mudança ficamos predispostos a que o próprio crime se adapte e se impulsionem novas formas de violência que antigamente estavam menos propícias a acontecerem. Aconteciam, mas em menor número. Como Olivencia (2020, p. 11) defende “mudanças sociais aceleradas e inovações tecnológico-digitais redefinem a cultura, os padrões de interação social e até os próprios processos de socialização e interação familiar”.

Assim, é necessário e importante ao estudar a violência filioparental, estudar também a sociedade e consequentemente a família, pois nas palavras de Urra (2016, p. 125), “a família é um termómetro do sistema, o seu fracasso equivaleria a uma desordem geral” (Urra, 2016, p. 125), e sendo a violência filioparental um fenómeno emergente, torna-se cada vez mais complexo dar uma resposta a este problema (Olivencia, 2020). O crime deve ser estudado dentro do contexto em que ele se encontra, como defende Cusson: “(...) o crime está no coração da criminologia. No entanto, por muito importante que seja, o coração é apenas um órgão entre outros. O seu papel só pode ser compreendido no contexto do organismo de que faz parte” (2011 [2002], p. 28).

Urra (2016, p. 34), caracteriza a violência filioparental como uma “patologia social”, caracterizando este problema como uma doença da sociedade, aludindo ao facto de ter sido criada pela própria. A sociedade sofreu mudanças socioculturais profundas nos últimos anos, mudanças sociais, culturais, económicas, políticas, familiares, individuais que acabaram por ter impacto nos alicerces da sociedade, entre esses pilares temos a família

¹² Estatísticas APAV Crimes de violência doméstica: filhos que agredem os pais (2000-2012):

https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_VD_FQAP_2004-2012.pdf

¹³ Estatísticas APAV Crimes de Violência Doméstica Violência Filioparental (2013-2018):

https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Violencia_Filioparental_2013_2018.pdf

(Montolío, Leonhardt, & Robles, 2012; Pereira, 2017; Zúñiga, 2016). A instituição familiar teve a sua estrutura alterada (Poiares, 2016) e hoje vivemos numa realidade onde os pais têm dificuldade em educar os filhos, e muitas vezes não o sabem fazer, ou a sociedade não os deixa fazer (Garrido, 2009 [2005]; Urra, 2016).

As crianças começaram a ganhar mais visionamento, mais poder, e também mais proteção pelo Estado. A educação tornou-se mais branda, e a sociedade mais permissiva. Os pais deixaram de ter tempo para os filhos, e a taxa de natalidade baixou. Todos estes fatores juntos fizeram com que esta forma de violência eclodisse com uma maior facilidade (Urra, 2016). O conceito sociocultural, no presente trabalho, é usado no sentido de se tentarem perceber os fatores resultantes da interação entre a sociedade e a cultura que levaram a que determinado fenómeno acontecesse ou escalasse (Mota, 2008).

No trabalho de Patuleia e Alberto (2016), onde foram realizadas entrevistas a profissionais, pode observar-se que os profissionais destacavam os fatores sociais e familiares como facilitadores da VFP. Urra (2016) afirma que a violência de filhos para pais é:

Este é um problema relacional do séc. XXI, que se estende pelos diferentes continentes e culturas, e dá a sensação de que «brotar» na adolescência, mas tem as suas raízes na infância, ninho de dor latente durante anos, sedimentando rancor (p. 349).

2.1. A Família

A família enquanto instituição sempre existiu nas sociedades e ao longo da nossa história, sendo ela própria um produto da sociedade em que está inserida (Dias M. O., 2000), e embora ela já tenha sido vista, com a chegada da modernidade, como uma realidade perto da extinção (Petrini, 2003), e esteja cada vez mais deslocada daquilo que costumava ser o seu papel principal dentro de uma sociedade (Olivencia, 2020), a família continua a ser um dos organismos sociais mais importantes, pelo facto das suas funções principalmente de socialização primária, bem como de reprodução, educação, e afetividade (Avenel, 2003). A família é, assim, uma instituição sociobiológica primária, que liga os indivíduos de uma forma tão íntima como mais nenhuma outra instituição

o consegue fazer, o mais perto desta ligação sendo o casamento, mas que apesar de tudo, pode ser desfeito, sendo apenas uma conexão duradoura até onde os indivíduos quiserem (Hansluwka, 1978; Noronha & Parron, 2012).

A palavra família é de origem latina “*famulus*”. Surgiu na Roma Antiga e significa “servidor”, que era usada para designar os escravos ou servidores que viviam numa casa e eram ordenados pela família dessa mesma casa. Para além disso, os romanos também usavam a palavra “*domus*”, que significa casa, para designar os indivíduos que dentro dela viviam. Estes indivíduos, tirando os servos, partilhavam bens e tinham uma hierarquia imposta, onde estava o chefe da casa que era o marido e que era quem tinha a autoridade, e depois a mulher e os filhos que mandavam no servo (Leandro, 2006). Assim o termo “*domus*” também tinha uma vertente extremamente importante na época romana que era a ligação direta entre a casa, o *status* social e o prestígio do homem da casa. Quanto maior, melhor, e mais abastada fosse a casa maior era o *status* social (Leandro, 2006; Saller, 1984).

A tentativa de definir aquilo que é uma família desperta mais uma vez um paradoxo, embora todos saibamos e tenhamos uma visão daquilo que é o significado de família. É pouco viável ou seguro e torna-se impossível a qualquer tipo de nível definir ‘família’ através de um prisma universal, devido às mudanças sociais e estruturais que a sociedade e todos os grupos que nela habitam têm sofrido. Maria Gonçalves (2007, p. 165) defende que a dificuldade da definição de família está “(...) em parte na relação que as famílias, em cada momento histórico e em cada sociedade concreta, estabelecem com a sociedade global”. Segundo Montolío (2010) o seu conceito remete para um complexo labirinto de dimensões e interpretações díspares. Aliás Pedroso e Branco (2008) afirmam que cada dia que passa é mais difícil escrever sobre a família devido à sua ascendente complexidade, que tem tendência para continuar a problematizar-se num mundo cada vez mais diversificado e abstrato. Assim como Leandro (2006) afirma, o termo ‘família’ é comum em todos os lugares do mundo, e usado de forma diversa e intensiva, mas torna-se difícil tentar explicá-lo em todos os seus sentidos e contextos.

A família pode ser definida através de dois momentos históricos, a família tradicional e a família moderna. A família tradicional, que se caracterizava por

um modelo familiar patriarcal cujos alicerces estavam fundamentados em função do género, independentemente daquilo que era a vontade dos que no lar habitassem, estando implementado um modelo extremamente rígido e autoritário (Alberdi, 1982; Dias M. O., 2000; Santos, 1969). O pai era o chefe da família, trabalhava e consequentemente a mulher criava e educava os filhos. A educação exercida na época era rígida e bem padronizada, recorrendo muitas vezes aos castigos corporais como recurso à disciplina. Havia também uma clara divisão de papéis e poderes entre os pais e os filhos (Alberdi, 1982; Dias M. O., 2000; Fonseca, 2004; Leandro, 2006).

Este modelo foi substituído com a chegada da família moderna, que tal como o nome indica é um produto da modernidade. O novo modelo familiar caracteriza-se por a passagem de “experiência total e permanente em experiência parcial e transitória da vida individual” (Pedroso & Branco, 2008, p. 54), ou seja, as pessoas passaram a querer satisfazer principalmente as suas necessidades individuais. Têm uma maior independência individual visto que a mulher está no mercado de trabalho, tem um salário, tem uma voz e merece ter as suas próprias escolhas e planos. Os indivíduos, pensam e agem de uma forma mais individual e menos coletiva, o que fez com que se comesse a ganhar uma maior liberdade de escolher como, quando e com quem eles querem casar ou simplesmente estar. Deixou de existir a obrigação de constituir família com quem os seus progenitores decidissem, nem a ter um grande número de filhos. A família “perdeu, em parte, o seu carácter institucional e estrutural” (Dias M. O., 2000, p. 93).

A família deixou de ser a única instituição com a função de proteção, educação, e cuidado dos mais novos, passando a ser feito através de um conjunto amplo de outras instituições, como escolas, creches, organismos de apoio à criança, o que faz com que os pais e principalmente a mulher conseguissem apostar na sua vida profissional (Dias M. O., 2000). Uma das características impulsionadoras das famílias modernas caracteriza-se por um maior afastamento da religião, o que proporcionou o aumento dos divórcios, das famílias reconstruídas, o filho único, novos modelos educativos, a ausência de limites, uma maior preocupação com a felicidade da criança em prole da sua educação, etc. (Dias M. O., 2000; Leandro, 2006). Assim o modelo moderno

familiar fez com que novos hábitos fossem criados, e com que as pessoas passassem a construir um grupo pequeno “fechado e isolado” (Santos, 1969, p. 69).

Hoje, vivenciamos o aumento do poder dos filhos e uma diminuição do poder dos pais, aquilo a que Olivencia (2020) designou como uma infantilização do papel dos adultos e contrariamente existe uma adulteração do papel das crianças, uma ideia que demonstra de certa forma uma inversão nos papéis, na hierarquia família, que depois pode levar a que os casos de sobreposição de poder aconteçam de filhos para pais.

Ao nível da educação tivemos mudanças profundas não só na família, como também na sociedade, assistimos a um declínio ao nível da educação não só na escola como em casa (Villalba, 2020). A sociedade tem vindo a caminhar para um modelo educacional baseado “mais na recompensa do que na punição e na tolerância do que na disciplina” (Pereira, 2017, p. 9). Não ensinamos os jovens a respeitar o próximo, existe um fracasso no aspeto da educação e na transmissão de valores e normas. Passámos de um modelo educativo bastante rígido por parte dos pais e dos professores para um modelo educativo imposto pelo próprio filho/ aluno em vez de ser estabelecido pela figura autoritária (Urra, 2016). Existe uma dificuldade grande em educar e em saber educar. Hoje os jovens não possuem limites, têm uma autonomia fictícia, e uma dependência que perdura até tarde. A educação tornou-se mais difícil hoje, do que era antes (Olivencia, 2020), e muito disso deve-se a uma sociedade tecnológica. A deseducação está acessível a todos e de maneiras mais rápidas do que a educação. Temos por exemplo o acesso fácil por parte dos adolescentes a grupos com temáticas como o suicídio, o *cyberbullying*, ou então as *fakenews* que são uma arma muito forte ao nível da desinformação (Aroca, Miró, & Bellver, 2013).

O estilo parental tem vindo a ser estudado dentro da violência filioparental de forma a ser possível encontrar um padrão educacional que leve a que um filho fique violento. Estilos parentais são definidos como atitudes, normas, valores, comportamentos reproduzidos e transmitidos dos pais para os filhos (Darling & Steinberg, 1993; Relinque, Arroyo, León-Moreno, & Jerónimo, 2019). O trabalho de Peek, Fisher e Kidwell (1985), realizado ao longo de 3 anos,

encontrou quatro estilos educativos relacionados com esta matéria (Pereira, 2017), entre eles temos: 1) o estilo punitivo e não estrito, 2) estilo não punitivo mas estrito, 3) estilo não punitivo e não estrito e 4) estilo violento. Através da sua análise percebeu-se que dos quatro estilos encontrados, o exercício do estilo violento e o estilo punitivo e não estrito por parte dos pais na educação dos filhos, aumenta a probabilidade de aparecimento da violência filioparental. Baumrind (1991, *in* Ibabe I. , 2015), refere também quatro estilos parentais: 1) o estilo autoritário que se caracteriza por um maior controlo e afastamento sentimental e afetivo entre o filho e os pais; 2) o estilo democrático, que contrariamente ao anterior, existe afeto contudo também existe controlo; 3) o estilo afetivo, que tem um controlo menor, e um afeto e proximidade entre os pais e o filho maior e 4) o estilo negligente que se caracteriza por ter baixos níveis de controlo e disciplina, bem como baixos níveis de afeto.

Em sintonia com os autores anteriores, Urra (2016) também divide os modelos parentais em quatro tipos diferentes. O modelo permissivo que se caracteriza pela excessiva liberdade dada às crianças e pela passividade dos pais, o que torna a adaptação do filho em grupos hierarquicamente bem estruturados difícil, porque não está habituado a um controlo social. Os filhos mandam e controlam o ambiente familiar e quem nele habita. O modelo autoritário, é exatamente o contrário do modelo permissivo, caracteriza-se pelo excessivo uso da força, o abuso psicológico por parte dos pais para o filho, o que faz com que o filho adote essa agressividade como norma, neste modelo o controlo é dos pais. O modelo de superproteção, caracteriza-se por aquilo a que se chama de “mãe galinha” mas de uma forma excessiva, onde os pais preocupam-se mais em satisfazer a vontade imediata do filho do que em educá-lo, não para o presente, mas para o futuro. Os filhos neste modelo tornam-se dependentes dos pais, e acham que podem tudo. Por último temos o modelo democrático que se caracteriza pelo diálogo entre a família, a prioridade é dar espaço aos filhos para que consigam tomar as suas próprias decisões e sofrer as consequências dessas decisões. Os filhos têm uma liberdade controlada pelos pais, o que os faz crescer e tornarem-se, na maioria das vezes, indivíduos socialmente adaptados. Cottrel e Monk (2004) demonstram que o estilo parental baseado na permissividade contribui para o aparecimento da violência de filhos

para pais, muito pelo facto da ausência de limites. O estudo de Suárez-Relinque et al. (2019), chegou à conclusão através de um estudo realizado com cerca de 2119 estudantes espanhóis, que a predominância da violência filioparental encontrava-se principalmente em adolescentes que tinham sido educados num ambiente familiar autoritário, e/ou com um estilo parental negligente.

Apesar de não ser consistente, muitos investigadores vêm o estilo permissivo e/ou negligente como o estilo parental que mais propicia e alimenta a violência de filhos para pais (Bertino, et al., 2011; Ibabe, Jaureguizar, & Díaz, 2007). A negligência parental segundo Gomide (2004) é tão prejudicial quanto a violência física sobre um filho, isto porque uma criança negligenciada torna-se um adulto problemático, e mal adaptado socialmente. Calvete, Orue e Sampedro (2011) percebem através de um estudo feito a 1427 adolescentes dos 12 aos 17 anos, que os adolescentes que cometeram violência contra os pais, tiveram um estilo parental menos punitivo e mais liberal ou permissivo. Comparativamente com outros jovens que não demonstraram um historial desse tipo de violência, os adolescentes violentos demonstraram ter sofrido menos punições.

A educação tem-se vindo a tornar mais permissiva, o respeito pelo professor tornou-se raro, o respeito pelas forças de segurança, pelos idosos, por todos os indivíduos que antigamente os jovens viam como uma fonte de sabedoria, de respeito e de admiração acabou por mudar, rompendo-se com o respeito que era incutido aos jovens de antes (Urra, 2016). Isto dá-se porque antigamente a educação era mais rigorosa, procurava-se trabalhar o filho para o futuro e não apenas para o presente (Gomide, 2004).

Este rompimento deu-se por diversas razões. O primeiro contacto que a criança tem com a educação é efetivamente dentro da família e mais tarde na escola, e muitos pais têm dificuldades em lidar com os filhos desde cedo e não têm ajudas para o fazer (Almasan & Álvaro, 2006). Para além disso, o número de filhos tem vindo a diminuir, tornando estes, cada vez mais, uma preciosidade não só para a família como para o Estado, procurando protegê-los, e essa sobreproteção acaba por ser prejudicial. “Para «não traumatizar» fazem cedências, permitem-lhes e oferecem-lhes tudo. Existe hoje em dia uma falta total de autoridade dos pais em relação aos filhos” (Urra, 2016, p. 64). Para além de menos filhos, temos filhos cada vez mais tarde, acabando por não ter a

paciência e a energia necessárias para dizer muitas vezes que não, cedendo com mais frequência, papel este que estava agregado por norma mais aos avós do que aos pais (Pereira, 2017). Os pais acham-se cada vez mais amigos em vez de pais, acabando por abdicar do seu papel enquanto educador e enquanto pai, para ser ‘amigo’ do filho e o colocar em pé de igualdade numa relação que deve ser desigual (Gomide, 2004).

Quando vemos um filho mal comportado consideramos à partida que os pais são os únicos culpados do seu comportamento, o que se apresenta como uma falácia (Aroca, Miró, & Bellver, 2013). A sociedade também influenciou. Um pai punitivo é um mau pai, mas um pai que cria um filho desajustado socialmente devido à dificuldade em educar também é criticado (Gomide, 2004). Esta dicotomia baralhou as dinâmicas familiares.

Pereira (2017) enumerou os fatores sociais que levaram a que a violência filioparental aumentasse nos últimos anos, entre eles temos: 1) a passagem de um modelo autoritário para um modelo democrático, marcado com o fim da segunda guerra mundial, onde todos começaram a ser vistos como iguais, mesmo dentro da família; 2) a diminuição da família nuclear, e o aumento da família monoparental, que torna mais propício ao aparecimento desta violência familiar (Peek, Fischer, & Kidwell, 1985), como vimos anteriormente; 3) a cultura do hedonismo (Urra, 2016), que aponta para a necessidade de se trabalhar exclusivamente para a satisfação imediata, para o prazer do agora; 4) vivemos numa geração cada vez mais velha, com filhos dependentes dos pais até mais tarde, principalmente a nível económico, logo acabam por ter filhos mais tardiamente e consequentemente têm menos paciência para dizer o ‘não’; 5) o grande número de horas que se passam hoje a trabalhar, e a necessidade de trabalhar mais tempo e dar mais de si no trabalho, faz com que o tempo e a paciência para os filhos se tornem escassos; 6) a hipocrisia social em relação aos educadores sociais, muitas vezes observamos professores a tentar impor regras a alunos problemáticos e os pais acabam por agredir os professores. Vemos filhos a serem chamados à atenção na rua por um indivíduo e este acaba por ser ofendido pelos pais. Vivemos numa hipocrisia educativa, onde os pais não sabem educar, e não permitem que outros indivíduos o façam; 7) a sociedade está a transmitir constantemente violência para os mais jovens.

Temos as notícias, os jogos, as próprias músicas, a televisão, são um meio social de transmissão de violência e de revolta; 8) a intervenção do Estado, e dos sistemas de controlo do Estado dentro do espaço da família acabou por causar uma inversão de papéis, embora tivesse sido positivo, nomeadamente no combate ao abuso de menores e à violência doméstica. Também teve aspetos negativos, como limitar de certa forma o poder dos pais, e condená-los muitas vezes pelo trabalho educativo que vinham a fazer. Este limite imposto aos pais, acabou por aumentar a permissividade aos comportamentos das crianças e diminuiu-se o poder de controlo dos pais sobre esses comportamentos.

Um facto curioso para percebermos o impacto cultural da violência filioparental, é chamado à atenção por Urra (2016), que se centra na cultura cigana. A cultura cigana é mais fechada às mudanças sociais e culturais, logo acaba por não absorver certas transformações que os restantes grupos sociais absorvem, mantendo assim as suas tradições, as suas formas de pensar e de agir, e também os seus estilos educativos. Embora se veja muitas das vezes, num panorama geral, a cultura cigana com desconfiança e algum estigma a ela associados, temos de a admirar em certos aspetos que a nossa cultura acabou por deixar cair comparativamente com a deles que se mantém firme até hoje. Fatores como o respeito pelos mais velhos, o cuidar dos pais, a união comunitária, a ajuda mútua, neste aspeto podemos segundo o investigador, de facto admirá-los.

3. A adulterez emergente dentro da violência filioparental

É necessário olhar para o problema da violência filioparental desde infância, pois um filho com 4 anos pode já demonstrar alguns sinais de violência, que os pais decidem negligenciar. O problema, embora se comece a vivenciar aos 15 anos, ele já vem de trás, apenas teve tendência para escalar de tal forma que se tornou cada vez mais perceptível, e quando este filho se tornar adulto o problema tende a se agravar mais. A violência acaba por, escalar e se tornar num hábito, e os hábitos são difíceis de mudar, principalmente quando o jovem viveu a sua infância com essas normas violentas (Urra, 2016).

Foi falado que a violência filioparental tem o seu foco principalmente na adolescência, que se explica pelo facto de a adolescência ter vindo a ser apontada como a fase mais tendenciosa dos jovens, a terem comportamentos desafiadores e de risco perante os seus pais (Nardi & Dell'Aglio, 2010; Urra, 2016), mas tem-se vindo a observar que a violência de filhos para pais não é um comportamento exclusivo da fase adolescente, devido à sua continuidade no tempo e escalada de violência (Cottrel and Finlayson, 1996 *in* Edenborough, Wilkes, Jackson, & Mannix, 2011), ou seja, uma criança que se torne violenta, e que essa violência ecluda na adolescência, caso não se consiga tratar a tempo, ela irá ser violenta também para os pais na vida adulta.

Tem-se vindo a colocar a hipótese de que nas sociedades atuais, tem surgido um novo estágio da vida dos jovens, que antigamente não existia, que é a adulter emergente (García-Mendoza, Parra, & Sánchez-Queija, 2017; Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019). O conceito de adulter emergente é recente, e começou-se a revelar pelo facto de a idade adulta ter-se tornado mais tardia, e com dimensões ou fases distintas (Plug, Zeijl, & Bois-Reymond, 2003). Esta nova fase caracteriza-se pelo facto de os jovens serem considerados “adolescentes tardios e adultos jovens” (Keniston, 1971, p. 6).

A adulter emergente começou a surgir com as mudanças sociais dos últimos 20 anos, e situa-se entre a adolescência e a idade adulta, mas tem características distantes de ambos estes estágios (Arnett J. J., 2000). Segundo Arnett (2000), esta etapa distingue-se por já não se ser adolescente, onde existe uma dependência obrigatória nomeadamente devido a se ser ainda menor de idade. Contudo ao se atingir o patamar etário de adulto, nomeadamente a partir dos 18 ou dos 21, deixou-se de facto de ser adolescente, e também não podemos ainda afirmar que o jovem já entrou na fase adulta, visto que neste ‘espaço’ ele encontra-se num limbo entre a adolescência e a adulter, onde a incerteza é bastante sentida, devido à falta de emprego, aos problemas económicos, à dependência ainda dos pais, o estudo cada vez mais prologado, entre outros.

Não se sabe muito bem até que idade é que a adulter emergente pode ir, segundo alguns autores, nomeadamente Arnett, dos 18 aos 29 anos (Arnett J.

J., 2006; Arnett J. J., 2007; Arnett J. J., 2014; Barrera-Herrera & Vinet, 2017; García-Mendoza, Parra, & Sánchez-Queija, 2017). Outros autores vão apenas até aos 25 (Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019), ainda há quem veja esta fase até aos 33 anos como Levinson (1978, *in* Arnett J. J., 2000). Levinson (1986) defende que a fase dos 17 aos 33 anos, é a fase do novato, em que os jovens ainda se preparam para entrar na fase adulta. É a fase de transição da adolescência para a adultez. Os jovens que se encontram nas faixas etárias supramencionadas não se sentem adolescentes, mas também não são ainda adultos, situando-se num lugar entre estes dois estágios (Arnett J. J., 2006).

O percurso dos jovens começou a ganhar interesse por parte dos sociólogos em 1960 (Plug, Zeijl, & Bois- Reymond, 2003). Um dos primeiros investigadores foi Keniston (1971), ao perceber que, na sociedade americana, havia jovens que não se situavam nem no grupo dos adolescentes, nem nos adultos, que estavam a sentir-se deslocados da sociedade americana, e ele percebeu que estes jovens situados entre os 20 e poucos anos estavam num estágio de vida que até então nunca se tinha apercebido que existia, ao que ele chamou de “*youth*” ou juventude traduzido. Havia uma diferença entre a visão tradicional de ser adulto e a visão pós modernista de se começar a ser um adulto (Plug, Zeijl, & Bois- Reymond, 2003).

Keniston (1971) percebeu que os estágios de vida de uma pessoa, não são fixos, podendo surgir novos estágios de vida que dependem de mudanças nomeadamente ao nível social, cultural, económico, político, familiar, educacional, geracional, entre outros. A diferença entre a juventude e a adolescência segundo Keniston, é que os adolescentes tendem a aceitar as regras e os padrões sociais, mas na juventude o conflito entre o indivíduo e a sociedade, o questionamento, o sentimento de não haver um futuro próspero e um lugar para o jovem, começa a surgir, sendo uma época de estranhamento do *self* e de onde o *self* se encontra. Este novo estágio descreve-se como uma tensão “*between self and society*” (Keniston, 1971, p. 8), aumentando assim a probabilidade de potenciais conflitos e rebeliões, por exemplo os movimentos *hippie* ou os movimentos radicais, alusam todos a esta faixa etária.

A teoria da adulterez emergente foi proposta por Arnett (2000; 2006; 2014), onde se percebe que a adulterez emergente é distinta tanto da adolescência quanto da vida adulta. A modernidade e consequentemente as mudanças culturais e sociétais, têm feito com que as responsabilidades, os compromissos, a estabilidade familiar e económica característicos da vida adulta acabassem por se atrasar, e a incerteza do futuro característica da adolescência acaba por se arrastar pelo corredor dos 20 anos, onde ainda estão abertas todas as possibilidades para o futuro. Esta nova fase é caracterizada por ser uma etapa transitória, um “*re-centramiento*” (Tanner & Arnett, 2009 *in* Barrera-Herrera & Vinet, 2017, p. 54), onde o indivíduo procura conhecer-se e enquadrar-se dentro da sociedade e de um contexto social específico, é uma procura pela reconstrução identitária.

O conceito de adulterez emergente surge com as mudanças sociais recentes que foi falado no capítulo anterior e tem características e estímulos novos, nomeadamente ao nível da “*formação identitária*” (Arnett J. J., 2000, p. 473). Arnett (2000) defende que é importante não confundir a adolescência e a adulterez emergente, porque são ambas diferentes. Os jovens adolescentes são, por norma, obrigados a morar com os seus pais, a ficar dependentes deles, dificilmente arranjanho trabalho devido à idade, e têm a escola obrigatória para fazer; mas com os 18 anos, isto tudo torna-se facultativo. Legalmente já se é independente, mas socialmente não se consegue ser, e isto é diferente. Assim como não se deve confundir adolescência com adulterez emergente, também se deve distinguir a adulterez emergente daquilo a que se pode chamar de jovens adultos, porque isto, segundo o autor pressupõe que já se tenha entrado dentro da fase adulta, e a adulterez emergente é considerada como uma fase de transição, não uma fase de iniciação.

Arnett (2000), defende que a adulterez emergente é um período que não é culturalmente universal, sendo um estágio restrito a certas culturas, nomeadamente às ocidentais, ou seja sociedades em que existiu um adiamento da entrada da idade adulta, por fatores sociais e culturais. Contudo, hoje vivemos cada vez mais numa era globalizada, e a fase da adulterez emergente tem-se vindo a encontrar em cada vez mais culturas (Arnett J. J., 2000).

Uma das características da violência filioparental é a dependência tanto emocional, económica, e social que existe entre o filho agressor, e os pais vítimas, e essa dependência é estendida no conceito de adulter emergente (Nixon, 2012). As características da violência filioparental acabam por ser semelhantes entre adultos emergentes e adolescentes, como foi observado no estudo de Sánchez et al. (2019). A existência de estudos, que relacionem as características da violência filioparental com a adulter emergente, são escassos. É possível encontrar breves pesquisas por exemplo no trabalho de Harbin e Madden (1979). Onde foi encontrado um caso de violência filioparental em que o agressor tinha 35 anos, contudo o padrão de violência e a dinâmica familiar era semelhante ao de um adolescente com a mesma tipologia de violência, nomeadamente ao nível da dependência, que este adulto tinha, que era similar à fase adolescente.

Walsh e Krienert (2007) fizeram um estudo com uma amostra de jovens até aos 21 anos de idade, e concluíram que a grande fatia da violência gerada contra os pais provinha de filhos adolescentes, com idades entre os 14 e os 17 anos. Mas é na idade da adulter emergente que, embora a violência sobre os pais tendesse a diminuir, quando esta continuava acaba por escalar de violência simples a agravada, ou intimidação, tendo sido observado principalmente em jovens entre os 18 e os 21 anos. Também se observou que a idade influenciava a violência exercida, e em quem a violência era exercida, por exemplo na investigação levada a cabo, percebeu-se que os homens que agrediam os pais tendem a ser mais velhos do que as mulheres que também agrediam os pais, pelo facto de que os homens acabam por ganhar uma maior maturidade física, em comparação com as mulheres, e acabam por causar uma violência mais severa e mais difícil de ser tratada.

Na investigação de Stewart, Burns e Leonard (2007), procurou-se comparar a violência exercida de filhos contra as mães em três períodos históricos distintos: a grande depressão, a 2ª guerra mundial e o *baby boom*. Percebeu-se que uma grande fatia de filhos que violentava a mãe situava-se na adolescência. Contudo também se encontraram casos em menor escala de filhos com idades situadas nos 20 para cima, que nunca tinham saído de casa, ou, os que saíram acabaram por voltar. Este retorno de um filho, que já era violento

com os pais antes, acabava por gerar uma violência ainda mais agravada. Questionou-se nas entrevistas feitas às mães acerca dessa violência por parte dos filhos, e organizaram-se possíveis explicações para o problema. Apesar da explicação dada mais frequentemente pelas inquiridas fossem os problemas na dinâmica familiar, entre elas estavam os fatores sociais e culturais, que eram vistos pelas mães como um fator explicativo para a violência dos seus filhos. Percebeu-se que as mães que nasceram na grande depressão (historicamente mais cedo que os outros dois períodos) são menos propícias ao conflito com os filhos devido a estes já terem saído de casa e começado a sua vida de forma independente. Um problema comum que se encontrou foi o retorno dos filhos a casa dos pais. Filhos que já eram violentos antes, mas que já tinham começado a sua vida independente, contudo, acabaram por voltar por causa de situações como o divórcio ou problemas económicos. Este retorno acabou por fazer com que o filho comesse a agir como se fosse o dono da casa dos pais, e dos próprios pais, acabando por criar um ciclo de conflitos. A presente investigação demonstra a vantagem de estudar vários grupos etários de forma a encontrar características próprias de cada um.

Também no âmbito da adulterz emergente, um estudo realizado recentemente no México (Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019), com uma população de universitários procurou explorar a prevalência da violência de filhos para pais, na adulterz emergente, entre os 18 e os 27 anos, a investigação contou com uma amostra de 561 estudantes. Observou-se que a violência mais exercida sobre os pais é a violência psicológica cometida contra a mãe, e que o género feminino comete mais este tipo de violência do que o masculino. Contrariamente a violência menos registada contra os pais, foi a violência física. Não foram encontradas diferenças no tipo de violência exercida pelos filhos, quando estes vivem com ambos os pais, só com a mãe, só com o pai, ou quando já vivem fora de casa. Comparativamente à violência filioparental cometida por adolescentes ou jovens na adulterz emergente, observou-se que quando um jovem está na fase em que tem mais de 18 anos, como é o caso de um universitário, o conflito com os pais tende a diminuir. Todavia, foram observados comportamentos violentos mesmo nessa faixa etária, que podem ser explicados por, segundo os investigadores,

“aspetos da dinâmica familiar anterior” (Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019, p. 2546). Os dados do presente estudo vão ao encontro dos dados recolhidos sobre a violência de adolescentes para pais, demonstrando que a VFP “não é um fenómeno exclusivo da fase da adolescência” (Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019, p. 2547).

McManus, Almond & Bourk (2017), na sua amostra com cerca de 1,125 filhos que cometeram violência contra os pais, da qual 913 indivíduos tinham 19 ou mais anos, e 212 tinham entre 16 e 18 anos, percebeu-se que a média dos agressores era de 24 anos. Embora seja uma amostra desequilibrada no sentido etário, percebeu-se que se estava a estudar na investigação uma faixa etária que tinha sido excluída da pesquisa geral que se focava na VFP e também das investigações feitas sobre o abuso de idosos. Também se percebeu durante a investigação que o álcool era o único fator de risco acrescido em comparação com a violência de adolescentes para pais ou de adultos emergentes para pais. As explicações da prevalência da violência filioparental na adultez emergente prendem-se com as mudanças sociais da família, em que os filhos têm de ficar em casa até mais tarde, existe uma maior instabilidade económica e um maior desemprego.

É assim questionado o porquê de agressores na faixa da adultez emergente, ou mesmo filhos adultos, ficarem excluídos das investigações no âmbito da violência filioparental (McManus, Almond, & Bourke, 2017; Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019).

4. Método

No presente capítulo serão expostas as opções metodológicas para a presente investigação, especificamente os instrumentos de recolha de dados utilizados, a amostra e a forma como os dados foram recolhidos e tratados.

Sapere Aude, audácia de aprender (Kant, 2019 [1784]), termo usado por Kant para realçar a atitude que é preciso ter para se obter conhecimento, não é

qualquer um que o consegue fazer. Ao estudar mais aprofundadamente um fenómeno acabamos por dar uma nova abordagem a esse fenómeno, e até refutamos teorias antigas sobre o mesmo. Veja-se por exemplo Lombroso e as teorias bioantropológicas, que defendiam que o criminoso era inato e não devido a estímulos externos (Dias & Andrade, 1997). Hoje esta teoria é desacreditada por uma grande parte da comunidade científica, pelo principal motivo de que o conhecimento sobre o fenómeno evoluiu. É preciso vontade para, em qualquer área científica, se quer aprender, obter conhecimento e criar conhecimento sobre um determinado fenómeno, com as nossas investigações. A este processo designamos de investigação científica (Bryman, 2016).

A investigação é, segundo Fortin (1999), um meio de obter algo, neste caso conhecimento. Segundo Gonçalves (2004), uma investigação é um processo em que se procura delinear um caminho, que irá resultar na produção de conhecimento, processo esse que se traduz num “conjunto hierarquizado de atividades interdependentes” (p. 35). Na ideia de Baptista e Sousa (2011) uma investigação é:

O processo de estruturação do conhecimento, tendo como objetivos fundamentais conceber novo conhecimento ou validar algum conhecimento preexistente (...). Trata-se, portanto, de um processo de aprendizagem – não só para o indivíduo que a realiza, mas também para a sociedade em geral (p. 3) .

A investigação científica segundo Fortin (1999) está assim diretamente ligada à produção de conhecimento científico, através do uso de métodos rigorosos delineados e testados previamente. Autores como Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019 [1995]) comparam a investigação científica ao trabalho da extração de petróleo, o que é uma analogia que faz de facto sentido, pois em ambos os casos tem de existir um plano, um conjunto de procedimentos e técnicas já testadas anteriormente de forma a ser possível retirar o que se pretende e do local exato onde se pretende. Este rigor preza-se pela obrigatoriedade de se obedecer a determinados procedimentos que tornam a investigação válida (Baptista & Sousa, 2011). É importante salientar que investigar dentro da área das ciências sociais é particularmente complexo, pelo facto de que se está a estudar o “comportamento humano enquanto inserido na sociedade” (Baptista & Sousa, 2011, p. 4), e estudar uma realidade social é

enigmático pelo facto da sua complexidade e mutabilidade, tornando sempre um desafio levar a cabo uma investigação no âmbito social (Gonçalves A. , 2004).

Bryman (2016) vê a investigação científica como sendo uma pesquisa de âmbito académico que procura explorar e explicar determinados fenómenos relevantes dentro de um campo científico específico como a sociologia ou a criminologia, com o objetivo de acrescentar sempre algo ao conhecimento científico já existente sobre a temática. A investigação científica é um processo sistemático e rigoroso de aquisição e renovação de conhecimento sobre fenómenos (Fortin, 1999). Já Seaman (1987 *in* Fortin, 1999, p. 17) defende que a investigação científica é “um processo sistemático de colheita de dados observáveis e verificáveis, a partir do mundo empírico (...), com vista a descrever, explicar, prever ou controlar fenómenos”.

É necessário distinguir senso comum e conhecimento científico, pois ambos existem e são distintos, embora necessários dentro dos seus próprios papéis (Haro, et al., 2016; Vilelas, 2020). Etimologicamente a palavra conhecimento, originária do latim *cognitio*, designa aprender, saber (Baptista & Sousa, 2011). O conhecimento produzido através do senso comum, designado como conhecimento vulgar ou popular (Delizoicov, 1991; Lopes, 1993) tem a sua própria validade criada pela sociedade e pelos indivíduos que nela habitam, através das opiniões, dos costumes, não sendo necessário uma submissão aos pares para ser visto como conhecimento válido. No entanto, acaba por ser pouco explicativo e por vezes cientificamente errado (Haro, et al., 2016; Vilelas, 2020). Contrariamente o conhecimento científico, segundo Galliano (1979) e Haro et al. (2016) caracteriza-se por ser sistemático, metódico, replicável, racional, empírico, objetivo, comunicável e cumulativo, e da qual depende exclusivamente do método científico para este conhecimento ser produzido. Para chegar ao conhecimento científico, temos de recorrer ao método. A conceção de método, aliado ao raciocínio lógico, válido e comprovado, surgiu com a revolução científica, apenas no séc. XVI, impulsionada por figuras como Descartes ou Copérnico que davam primazia ao conhecimento comprovado, algo que era pouco comum para a época em que a religião era a grande dominadora (Vilelas, 2020). Segundo Vilelas (2020) o método não é simplesmente o caminho da pesquisa, mas sim “explicitar quais são os motivos pelos quais o pesquisador

escolheu determinados caminhos e não outros. São esses motivos que determinam a escolha de certo modo de fazer ciência” (p. 31).

O método científico é o esqueleto de uma investigação, pois sustém a investigação planeada (Jackson, Camara, & Drummond, 2007). Nas palavras de Castán (2014), a ciência é o resultado do método. O método científico não é uno, dependendo da área de investigação, do problema que se pretende responder e dos objetivos que se pretendem realizar, a “organização dos procedimentos de trabalho variam com cada investigação específica” (Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995], p. 21)

O termo Método, originário do latim *methodus* significa “um caminho em direção a um objetivo” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 11), ou um de diversos caminhos percorridos que permitem alcançar um determinado conhecimento (Descartes, 2009 [2005]). É através do método que se consegue criar e atingir o conhecimento científico (Prodanov & Freitas, 2013). Dentro do método, temos segundo Campenhoudt, Marquet e Quivy uma “hierarquia dos actos epistemológicos” (2019 [1995], p. 29), que se dividem em três momentos durante a investigação: 1) a rutura, que se explica pelo contraste entre as nossas ideias preconcebidas antes de proceder à revisão bibliografia e às ideias que foram assimiladas após a revisão bibliográfica.

A revisão bibliográfica deve ser a mais extensa e completa possível tendo em conta o fenómeno em estudo. Esta fase é o nosso primeiro contacto com a problemática, bem como, a base para fundamentar o nosso trabalho. Procederam-se assim, na presente investigação, às leituras, sobretudo de fontes primárias e à delineação do problema, objetivos e construção dos instrumentos de recolha de dados (Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995]; Haro, et al., 2016); 2) a construção do problema, nesta fase foi delineada a pergunta de partida, bem como os seus objetivos, que foram testados através de duas entrevistas exploratórias, para perceber o quão exequível era o tema da forma como estava a ser pensado e elaborado. Estas entrevistas diferem das realizadas já no âmbito da recolha de dados final para o trabalho, pois têm perguntas mais abertas de forma a se reter mais conhecimento sobre o fenómeno (Prodanov & Freitas, 2013).

As entrevistas exploratórias ajudam em cinco aspetos fundamentais (Babbie, 2008; Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995]; Creswell, 2009): 1) na construção e experimentação da nossa pergunta de pesquisa; 2) ao termos um contacto mais direto com o fenómeno podemos perceber aspetos que não tínhamos percebido anteriormente e que podemos abordar no trabalho; 3) percebemos o quão pertinente a nossa temática é, ou não, e ajustamo-la em função da informação recolhida nas entrevistas; 4) ajuda-nos a não perdermos tempo num caminho que não é exequível, visto que o tempo numa investigação científica tem um prazo e é um processo demorado e 5) ajuda-nos a termos, de forma embrionária, uma noção das respostas ao nosso guião de entrevista.

As entrevistas exploratórias realizadas eram não-estruturadas e foram realizadas a dois profissionais que trabalham na área da violência filioparental. A opção pela entrevista não-estruturada permitiu que o informante qualificado falasse sobre o fenómeno em estudo com o objetivo da aquisição de uma visão mais geral do problema (Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995]; Haro, et al., 2016). As entrevistas exploratórias realizadas acabaram por me ajudar a mudar o foco da amostra, que estava centrado nas vítimas da violência filioparental. Todavia, percebi em conjunto com os entrevistados que iria ser pouco exequível contactar as vítimas deste tipo de violência, por fatores que já vieram a ser abordados ao longo do trabalho, devido a ser um fenómeno ainda muito oculto, que mexe com a vergonha da vítima, e que continua a ser socialmente estigmatizado. Tornou-se assim necessário reorganizar o pensamento do trabalho e mudar a população alvo, acabando por optar pelas entrevistas aos profissionais e investigadores que têm contacto com casos de violência filioparental; 3) por último temos a verificação que se prende com a recolha dos dados, a sua posterior análise e possíveis conclusões.

É importante frisar que a presente investigação é de carácter exploratório devido ao tema ser, como se tem vindo a salientar ao longo da investigação, recente na literatura, principalmente através da população que se pretende estudar que é a adulter emergente e contracenando com uma abordagem sociocultural do problema da violência filioparental. Em Portugal não existe nenhum trabalho feito até à data com a proposta de estudar os fatores socioculturais que influenciam um filho na fase adulta, nomeadamente na adulter

emergente, a agredir os seus pais, e a literatura a nível internacional também é muito escassa neste âmbito (McManus, Almond, & Bourke, 2017; Vázquez-Sánchez, Romo-Tobón, Rojas-Solís, González, & Yedra, 2019; Walsh & Krienert, 2007). O objetivo de uma investigação exploratória é expor “as características de uma determinada população ou fenómeno” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 127), que tem vindo a ser negligenciada ao longo das investigações. Pretende-se chamar a atenção para um determinado fenómeno que até então tem vindo a ser negligenciado nas investigações (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019 [1995]).

Ao nível dos métodos de investigação, existem três abordagens de investigação: o método quantitativo, o método qualitativo e o método misto, sendo este último uma junção dos dois métodos anteriormente citados. Ambos os métodos têm utilidades diferentes para contextos diferentes e recolhas de dados diferentes (Fortin, 1999). Segundo Haro et al. (2016), um dos maiores desafios na elaboração de uma investigação “é saber como obter e recolher a informação empírica fidedigna e pertinente para o avanço da pesquisa” (p. 71).

O método quantitativo costuma ser mais usado quando se pretendem fazer levantamentos estatísticos com uma amostra grande, sendo assim “um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Fortin, 1999, p. 22). É usado normalmente em inquéritos por questionário, onde se pretendem comparar resultados e retirar uma conclusão que se possa aplicar ao todo (Creswell, 2009; Dalfovo, Lana, & Silveira, 2008; Haro, et al., 2016). Este método é ligado à análise matemática, numérica, estatística e ao paradigma experimental (Bernard, 2011; Guba & Lincoln, 2005; Patacho, 2013).

Em contrapartida o método qualitativo, é a abordagem adotada no presente trabalho, preocupa-se em investigar “«com» e não «para» as pessoas” (Fortin, 1999, p. 148). Desta forma o presente método consegue facilitar ao investigador uma compreensão mais aprofundada do fenómeno em estudo, em comparação com o método quantitativo. Pretende-se ter um contacto próximo com a população que se está a estudar com o objetivo de observar de forma participante ou não, o fenómeno ou a população alvo. Assim consegue-se ter uma perceção de “ida ao terreno”, de forma a ser possível analisar, no seu meio natural, procurando não enviesar o estudo. Usa-se neste método a observação

participante, entrevistas, histórias de vida, diário de campo, etc. (Bernard, 2011; Creswell, 2009; Fortin, 1999).

O método misto concilia algumas nuances dos dois métodos anteriores de forma a poder retirar as vantagens de um e do outro, a designada triangulação dos dados, a partir da qual se procura fortalecer as desvantagens que o uso de cada método tem através das vantagens do uso de ambos os métodos, o quantitativo e o qualitativo, fazendo assim com que os contras do uso dos inquéritos por questionário sejam culminados com o uso similar de uma história de vida por exemplo (Creswell, 2009).

4.1. Problematização da investigação

A violência filioparental tem vindo a tornar-se num problema social e cultural grave, porém, em alguns países ainda não se dá a este fenómeno a notoriedade necessária (García, Pérez, Contreras, & Cano-Lozano, 2020). É neste seguimento de pensamento no campo sociológico e criminal, que entra a pergunta de partida que guia esta investigação: Que fatores socioculturais contribuem para a existência de violência filioparental na adulterez emergente?

A pergunta de partida, primeiro de tudo, tem de pressupor a existência de uma solução ao fenómeno que nós queremos retratar dentro da ciência (Fortin, 1999). Para ser uma pergunta de partida exequível ela deve ter em conta três fatores, segundo Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019 [1995]), para estar formulada corretamente. O primeiro fator é a clareza da pergunta: a pergunta tem de ser perceptível e o leitor deve conseguir à primeira vista perceber o que se está a querer tratar. O segundo fator é exequibilidade da pergunta. Perguntas demasiado ambiciosas tornam trabalhos pouco prováveis de ser realizados. É preciso enquanto investigadores termos a humildade de investigar sempre aquilo que está ao nosso alcance, no momento da investigação. Por último temos a pertinência da pergunta. Se a pergunta já foi estudada em alguma investigação, quantas vezes foi estudada, em que áreas foi abordada, qual a população estudada, e quais as conclusões retiradas.

De forma a ser possível responder à pergunta de partida, foi delineado o objetivo principal que passa por identificar e compreender, por via da recolha direta de testemunhos dos profissionais de intervenção e de investigadores, quais os aspetos socioculturais que mais têm vindo a contribuir para o crescimento da violência filioparental, mais especificamente na adulter emergente, em Portugal.

Ao objetivo principal estão ligados 3 objetivos específicos, que servem de *guidelines* para a investigação:

1. Interpretar e caracterizar o fenómeno da violência familiar e da violência filioparental;
2. Caracterizar os fatores socioculturais que têm influência nas dinâmicas familiares atuais;
3. Perceber e explicar a perceção dos profissionais acerca da fase adulta, nomeadamente da adulter emergente, dentro do fenómeno da violência filioparental.

Devido ao tema ser recente, principalmente a nível de dados em Portugal, que são praticamente inexistentes tirando os relatórios da APAV que têm vindo a ser citados ao longo da investigação, tornou-se difícil estabelecer hipóteses. As hipóteses são possíveis respostas elaboradas pelo investigador, na tentativa de explicar certas nuances da problemática em estudo que na análise dos resultados irá confirmar essas hipóteses ou refutá-las com base dos dados que adquiriu (Prodanov & Freitas, 2013). As hipóteses acabam por ser uma resposta antecipada que irá ser comprovada ou não, no fim do trabalho sendo na visão de Poiares (2016, p. 212) “uma especulação, uma conceção prévia que vai sempre e necessariamente um pouco mais além daquilo em que temos autoridade para acreditarmos”. Sendo assim, e com base na pouca bibliografia existente sobre a adulter emergente relacionada com a violência filioparental, foram estabelecidas 3 hipóteses para a presente investigação: A) a violência filioparental não começa exclusivamente na idade adulta, começando com uma malformação na infância, o que faz com que acabe por se arrastar até idades tardias; B) é possível sustentar que a fase adulta possui fatores facilitadores de VFP diferentes da adolescência ou infância; C) os fatores económicos são os que mais facilitam a manutenção da violência filioparental na adulter emergente.

4.2. Recolha dos dados

Ao nível da recolha dos dados, recorreu-se numa primeira fase à análise e pesquisa documental. Isto justifica-se pelo facto de que através da pesquisa documental ou bibliográfica, seja possível extrair informações que nos permitam ter uma visão mais aprofundada do problema, nomeadamente a nível do enquadramento histórico (Sá-Silva, Almeida, & Guindani, 2009). Segundo Chaumier (1974, *in* Bardin, 2011 [1977], p. 51) a análise documental é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, sua consulta e referência”.

Esta análise documental recai sobre os mais variáveis materiais de obtenção do conhecimento, desde obras e artigos até atas de reuniões ou relatórios (2019 [1995]). Foram assim analisados relatórios, dissertações, dados estatísticos e principalmente trabalhos científicos, que abordavam os conceitos estudados. Procurou-se também que a escolha dos documentos para análise fosse diversificada, tanto a nível histórico, procurando documentos antigos e recentes, quanto ao nível geográfico de forma a se juntarem trabalhos produzidos em diferentes países e contextos. Também se procurou alienar trabalhos de diversas áreas do saber.

Após a análise bibliográfica, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas e na sua posterior análise recorreu-se à análise comparativa. A recolha de dados através de entrevistas é uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais e dentro da abordagem qualitativa (Gonçalves A. , 2004; Prodanov & Freitas, 2013), e é vista como um instrumento chave dentro da abordagem qualitativa (Ruquoy, 1997).

A entrevista caracteriza-se por uma recolha de dados com recurso à comunicação cara a cara, ou contacto direto entre o investigador e o interlocutor, por norma através de uma conversa sobre o fenómeno a estudar (Babbie, 2008; Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995]), com o propósito de recolher “dados relativos a motivações, atitudes, sentimentos, experiências, opiniões, representações mentais ou histórias de vida” (Haro, et al., 2016, p. 92). A

entrevista não precisa de depender estritamente de uma amostra rigorosa, pois as entrevistas serão executadas à medida que se torna necessário saber mais sobre o fenómeno (Haro, et al., 2016). Heinemann (2003) delineou as vantagens e as desvantagens deste tipo de técnica. Segundo o autor, ao nível das vantagens, temos a elevada flexibilidade e adaptação. É mais fácil aprofundar certas questões que o investigador ache necessário a meio da recolha de dados comparativamente com o uso de outras técnicas; acaba por se tornar numa conversa, deixando de existir assim um rigor no padrão das perguntas, o que torna mais rica e deixa o entrevistado mais descontraído. As desvantagens referidas prendem-se com a questão da dificuldade em verificar a credibilidade da informação dada, visto que acabamos por reter a visão e opinião da pessoa sobre um determinado fenómeno, e as opiniões acabam por ter enviesamentos como é natural, por norma é sempre uma amostra mais pequena, e a recolha de dados bem como a sua análise requerem imenso tempo.

Goldenberg (2004 [1997]) enumerou, também, algumas desvantagens na realização das entrevistas: 1) o investigador pode enviesar as respostas do entrevistado, pelo facto de o guiar a dar uma determinada resposta, ou simplesmente a sua presença o deixar mais nervoso, ou por o entrevistado ser um amigo do investigador e não haver o distânciamento que deve haver na recolha de dados; 2) a entrevista acaba por ocupar mais tempo tanto para a sua realização como ao nível da transcrição e posterior análise em comparação com outros métodos de recolha de dados como os inquéritos por exemplo; 3) torna-se difícil comparar as respostas devido a serem respostas extensas e abertas e por vezes as opiniões sobre determinado assunto acabam por não ficar claras; 4) por último temos a dependência que nós enquanto investigadores dependemos exclusivamente dos entrevistados específicos para obter resultados.

O tipo de entrevista pela qual se optou por fazer foi a entrevista semiestruturada, sendo a entrevista mais usada dentro das ciências sociais e dos métodos qualitativos (Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995]), pelo facto do grau de liberdade que consegue dar ao entrevistado, e simultaneamente o entrevistador continua a ter o controlo da própria entrevista através de um guião previamente elaborado, com poucas perguntas, mas que oferece uma

flexibilidade que dá a possibilidade de colocar mais perguntas, caso seja necessário, ao longo da entrevista, não sendo caracterizado por um guião rígido como acontece na entrevista estruturada, nem demasiado instável e pouco estruturado como na entrevista não-estruturada (Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995]; Creswell, 2009; Haro, et al., 2016).

A entrevista semiestruturada apresenta diversas vantagens, segundo Fortin (1999). Uma delas é que se pode aplicar, por norma, a toda a população em geral, contrariamente aos inquéritos por questionário, acrescentando que também se revela uma vantagem as suas respostas serem extensas e completas. Os entrevistados têm margem para ter um discurso fluente, completo, e sem limitações. Como Babbie (2008) defende se o investigador, durante a entrevista falar mais do que 5% do tempo então já é demasiado, pois o objetivo é que os entrevistados consigam falar de forma ampla sobre a problemática de estudo. Já o investigador pode fazer comentários e sugestões pequenos, sem ter a obrigação de seguir a ordem exata do guião e consegue colocar novas perguntas, o que torna a entrevista mais dinâmica e rica (Quivy & Campenhoudt, 2013).

As entrevistas realizadas ao longo desta investigação foram uma dualidade, no sentido de que apenas duas foram feitas cara a cara, e as restantes 12 foram realizadas por telefone e videochamada, através da aplicação *zoom*, devido à dificuldade de contacto por causa do Covid-19. Segundo Gonçalves (2004), as entrevistas embora sejam cara a cara, não perdem a credibilidade caso sejam executadas por outros meios como o telefone por exemplo. Tal como reforça Fortin (1999), a entrevista realizada por meios telefónicos apresenta vantagens particulares, como um custo menor ao nível da deslocação e consequentemente a possibilidade de entrevistar pessoas que estejam territorialmente mais dispersas.

4.3. O guião de entrevista

O guião de entrevista teve a sua elaboração através de uma sequência lógica de temas, da qual se começou com as perguntas mais fáceis e abertas,

para perguntas mais particulares e específicas sobre o tema, de forma a que a conversa acabe por fluir naturalmente do geral para o particular, fazendo com que o informante privilegiado comece a falar sobre o seu trabalho e o seu contacto com a temática a VFP, e só depois começam as perguntas, de forma a tornar a entrevista como uma “conversa de café” sem perder o fio condutor da mesma (Gonçalves A. , 2004).

O guião foi testado através de duas entrevistas exploratórias, com o intuito de perceber os possíveis problemas que existiam no guião e de forma a ser possível solucioná-los previamente. As entrevistas exploratórias ou pré-teste como Prodanov e Freitas (2013) designam, tiveram de ser fundamentalmente feitas cara a cara, porque assim era possível avaliar as reações dos entrevistados às perguntas do guião. Percebeu-se com o pré-teste que seria necessário acrescentar duas perguntas necessárias no guião de entrevista, passando de 8 perguntas para 10. Após esta alteração procedeu-se à recolha dos dados. Foi escrita uma declaração de consentimento informado, que continha os dados do investigador, explicou-se em que é que consistia o tema da presente investigação e qual a sua pergunta de partida, bem como o seu objetivo geral, a instituição universitária, o orientador (Poiares, 2016) e os direitos de desistência do entrevistado. A declaração de consentimento foi assinada presencialmente, através de um documento online e posteriormente enviada ou consentida oralmente, com recurso à gravação, de forma a ser possível comprovar a sua veracidade.

Todas as entrevistas foram gravadas e a autorização foi obtida, através de um consentimento informado lido e aceite no início de cada gravação. O recurso ao registo áudio foi fulcral pois na realização de entrevistas, que por norma costumam se prolongar por algumas horas, o investigador está mais propositado a perder o rumo da entrevista e a deixar escapar informação relevante (Campenhoudt, Marquet , & Quivy, 2019 [1995]). Para além disso foi assegurado o anonimato e a confidencialidade de todos os dados obtidos para o uso exclusivo da presente investigação. A duração das 14 entrevistas feitas situou-se entre os 34 minutos até à 1 hora e 48 minutos.

4.4. Amostra

A amostra é segundo Fortin (1999, p. 202) “o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno”. A amostra pode incluir ou toda a população ou parte da população. Contudo por norma a investigação utiliza um grupo populacional mais restrito e usa-o como parte de um todo, generalizando-o (Ameida e Freire, 1997 *in* Haro, et al., 2016).

No caso da presente investigação, foram estabelecidos alguns critérios que elaboraram a amostra, da qual o objetivo era reter o testemunho de investigadores e profissionais de intervenção ou de saúde, que trabalhem, não de forma exclusiva com a temática, porque em Portugal não existe esta singularidade, mas profissionais que tenham tido contacto com casos de violência filioparental, ou no caso dos investigadores, que tenham conhecimentos sobre a temática envolvente. Para além disso foi estipulado mais um critério, da qual os informantes privilegiados teriam de ter mais de 3 anos de trabalho na área de apoio e da intervenção, de forma a já terem alguma bagagem de conhecimento sobre o fenómeno, algo que não se aplicou para os informantes que não eram profissionais, mas investigadores. O terceiro critério foi o único critério que não se conseguiu cumprir, por motivos externos ao investigador, neste critério procurava-se ter uma igualdade entre géneros ao nível dos informantes privilegiados, contudo, por mais que insistisse e tentasse, foi-me impossível estabelecer essa igualdade, devido à disparidade de género a trabalhar nestas áreas da violência.

Foram planeadas fazer cerca de 10 entrevistas no mínimo, contudo acabámos por conseguir fazer cerca de 14 entrevistas. A tabela seguinte mostra o número de entrevistas e as diferenças de género.

Tabela 1: Sexo dos Inquiridos

<u>Sexo</u>	Nº de Inquiridos	Percentagem
Masculino:	2	14,2%

Feminino:	12	85,7%
Total:	14	100%

Foi possível chegar aos inquiridos através da amostra bola de neve, esta amostra é usada em investigações da qual existe um conhecimento muito limitado sobre o fenómeno em si, e para além disso quando o investigador não tem uma rede de contactos sobre o fenómeno que ele quer estudar a priori, e consequentemente o contacto com a população em estudo é difícil, devido a estes fatores, a amostra escolhida permite-nos ultrapassar estas dificuldades (Almeida e Freire, 1997; Barreiro e Albandoz, 2001; Fortin, 2009 *in* Haro, et al., 2016). Esta é uma amostra não probabilística, e consiste segundo Haro et al. (2016, p. 144):

A seleção dos sujeitos que compõem a amostra é feita sucessivamente, através de indicações fornecidas pelos inquiridos. O investigador escolhe um grupo inicial de indivíduos e pede-lhes o contacto de outros indivíduos pertencentes à mesma população.

O primeiro contacto estabelecido com a população em estudo foi através de uma página do *facebook* sobre a temática e após estabelecido um primeiro contacto. Este primeiro contacto acabou por me conduzir a um congresso em que eu consegui começar a delinear uma rede de contactos fornecida pelos entrevistados (Vinuto, 2014; Haro, et al., 2016). A cada entrevista realizada era solicitado no fim uma sugestão de um outro possível contacto. O contacto estabelecido entre o investigador e os informantes privilegiados era feito principalmente através do email, e depois as entrevistas foram realizadas pessoalmente, por telefone ou *zoom* (videoconferência).

Após chegar às 14 entrevistas, foi minha opção parar, pelo facto de que, o investigador ao fazer a recolha de dados deve ter em conta a diversidade de respostas que obtém, principalmente dentro dos métodos qualitativos e dentro das entrevistas (Fortin, 1999). Ao chegar às 9 entrevistas percebi que algumas respostas já começavam a ser semelhantes, e conforme foram realizadas mais entrevistas, havia uma variedade de respostas muito pouco reduzida, então e ultrapassado o número pretendido da amostra foi decidido parar de fazer a recolha de dados e passar à análise. A recolha dos dados durou cerca de 10

meses, tendo a primeira entrevista exploratória começado em dezembro de 2019, contudo existiu um período de paragem por motivos da pandemia.

A área de formação dos inquiridos divide-se principalmente em serviço social (4 indivíduos, 28,5%) e psicologia (9 indivíduos, 64.2%), uma entrevistada tinha formação em história (7,1%). Esta concentração académica nas áreas do serviço social e da psicologia prende-se pelo facto de, e Gaspar (2020) explica este mesmo pressuposto também encontrado no seu trabalho, em que os indivíduos com maior prevalência no terreno, principalmente ao nível do atendimento e da intervenção nos casos de violência advém sobretudo das áreas de psicologia e serviço social. Para além da área de formação a idade dos entrevistados variou entre os 31 e os 59 anos.

4.5. Análise dos resultados

Segundo Poiares (2016, p. 255) “em investigação social as entrevistas estão sempre associadas a um método de análise de conteúdo”. Para Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019 [1995], p. 323) a análise de conteúdo é “submeter as informações recolhidas a um tratamento metódico”. Bardin (2011 [1977]) divide a análise do conteúdo em 3 fases: a primeira é a pré-análise, a segunda a exploração do material e a terceira é o tratamento dos resultados, e a interpretação. Na análise dos resultados obtidos encontramos-nos na fase do tratamento e interpretação dos resultados, em que vai existir uma descodificação “dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (Bardin, 2011 [1977], p. 134).

Esta descodificação foi feita através da elaboração de grelhas de análise. Numa primeira fase foram ouvidas as entrevistas, duas vezes, e transcritas de forma a garantir a fidelidade dos dados, para um documento *word*, sendo transcritas na íntegra e depois aplicadas no trabalho apenas as partes necessárias. Não foi possível descrever de forma completa as reações não verbais, devido a uma grande parte das entrevistas ter sido feita por telefone. Após a sua transcrição foi feita uma grelha de análise para ser possível comparar

os resultados obtidos entrelaçando as perguntas e as respostas. Segundo Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019 [1995], p. 300) “o conteúdo das grelhas não será analisado em função dos valores e da subjectividade do investigador, mas sim em função dos elementos e da estrutura da grelha”, o que permitiu os resultados serem comparados. O recurso ao método comparativo na análise de dados permite “analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 38). Desta forma serão analisados os aspetos em que os entrevistados concordaram ou divergiram, de forma a ser possível retirar uma conclusão mais generalizada de cada pergunta feita.

Para se realizar a comparação é preciso proceder à categorização. A categorização pressupõe um agrupamento com o critério base da existência de características comuns entre as entrevistas, de forma a tornar a grelha cada vez mais organizada principalmente para o investigador (Bardin, 2011 [1977]).

Após este caminho, foram analisados os dados das entrevistas e comparados de forma a ser possível retirar conclusões sobre a visão dos profissionais sobre o problema da violência filioparental, em Portugal, na adulterez emergente.

5. Análise e Discussão dos resultados

A discussão e análise dos resultados irá focar-se nas perguntas mais relevantes do guião de entrevista utilizado, bem como na verificação das hipóteses supramencionadas. Pretende-se retirar conclusões de quatro temas fundamentais: a perceção dos inquiridos sobre o conceito de violência filioparental; se consideram ou não que a violência filioparental se estenda até a idade adulta, quais os fatores socioculturais que mais têm influência na problemática e por último de que forma é possível prevenir o fenómeno. Todos os nomes mencionados são fictícios e não correspondem à verdadeira identidade do entrevistado, sendo-lhes garantido o anonimato.

5.1. Definição de violência filioparental

A bibliografia tende a ver, cada vez, mais a problemática da violência de filhos para pais como “uma abordagem relacional e não estritamente individual” (Pereira e Bertino, 2009 *in* Alberto, Pereira, & Patuleia, 2016, p. 100). Coogan (2018) clarifica que não existe uma simples definição para um conceito ainda emergente e pouco estudado dentro das sociedades, logo cada pessoa acaba, segundo o autor, por definir esta temática através da sua visão particular do fenómeno. Contudo o aumento recente de casos tem vindo a preocupar os profissionais, levando à existência de diversas percepções e definições de descrever o fenómeno (Contreras, Bustos-Navarrete, & Cano-Lozano, 2019).

Foi notável uma dificuldade acrescida em alguns entrevistados quando lhes foi colocada esta questão, fazendo breves momentos de silêncio, que se explica, segundo Vanessa, que devido a trabalhar com estes casos, é difícil ao mesmo tempo caracterizá-los, pois existem uma ampla gama de possibilidades. Segundo a entrevistada “é difícil, é difícil dizer isso”, também Dulce reagiu a esta pergunta da seguinte forma “boa pergunta, não é fácil não é?”.

Vanessa definiu violência filioparental como “a perda total do respeito pela vida humana, total mesmo. Principalmente sobre os ascendentes”. Já Dulce defendeu que se caracterizava por maus-tratos “seja negligência, seja aproveitamento, seja agressão física, verbal, com algum tipo de maltrato ou de negligência”.

Já Sara definiu a violência de filhos para os pais, através da ligação filho-progenitor, sendo “a violência exercida sobre um pai, e é violência física, psicológica, de manipulação e é sempre com o objetivo de, não de denegrir, é de desvalorizar o pai como autoridade parental (...)”. Dentro da mesma ideia Cátia definiu esta forma de violência como “os maus-tratos exercidos, sejam eles físicos, psicológicos, emocionais etc. exercido pelos filhos para os pais”. Também Francisco definiu no mesmo âmbito, contudo de forma mais completa sendo “todo o ato de violência seja ele físico, emocional, psicológico, económico, de restrição de movimento, (...) todo o tipo de ato que de alguma maneira viole ou reduza os direitos e liberdades do (...) nosso pai, a nossa mãe”. Anabela

define-a como “um exercício de poder e de controlo dos filhos para com os pais numa inversão completa da hierarquia”.

Andreia deu uma abordagem interessante ao conceito de violência filioparental, em que desconstruiu o conceito, numa primeira fase, através daquilo que não se engloba nele:

Não é violência filioparental o tipo de comportamentos de violência que surgem no contexto de uma alteração cognitiva, por exemplo em situações de autismo, deficiência mental ou situações de violência que ocorrem fruto do consumo de substâncias psicoativas, ou não se considera violência filioparental comportamentos violentos que ocorrem de forma ocasional portanto num único momento e não se repete.

Posto isto, a sua definição de violência filioparental pressupõe a violência de filhos para os pais sendo “comportamentos reiterados e nessa violência podemos ter coisas muito diferentes, podemos ter desde chamar nomes, a empurrar, a atirar coisas, ir subindo nesta escala de agressividade e de violência”.

Sandra defende que “para haver violência filioparental tem de haver pelo menos 3 áreas disfuncionais” entre estas áreas a entrevistada citou que era a hierarquia, a proteção, e por último temos a autonomia. A hierarquia porque se caracteriza por uma inversão hierárquica, em que os filhos acabam por ter mais poder que os pais; a proteção relaciona-se com o dever que os pais devem ter em proteger os filhos; a autonomia porque segundo as palavras da investigadora, na violência filioparental “há uma pseudo-independência (...)” onde os filhos acabam por ficar dependentes dos pais mesmo quando já deviam estar num processo de independência.

Os dados recolhidos ao nível da definição acabam por ir ao encontro das definições encontradas dentro da bibliografia e da definição da APAV, da qual a violência filioparental define-se como:

Atos intencionais de filhos em relação aos pais envolvendo ameaça, intimidação e domínio para obtenção de controlo e poder sobre eles. Pode assumir a forma de dano físico, psicológico, emocional ou financeiro nos pais ou adultos que ocupem este lugar e manifestar-se de forma repetida nos seguintes comportamentos: físicos (...); verbais

(...) ou não verbais (...). Excluimos os casos isolados de violência relacionada com o consumo de tóxicos, psicopatologia grave, deficiência mental e de parricídio¹⁴.

É de notar que a opinião dos profissionais divergia em alguns aspetos, nomeadamente ao nível do que é que eles percecionam como violência filioparental, quais os critérios adotados. Vimos que Sandra tem critérios mais restritos e fixos, bem como Anabela. Contrariamente a Vanessa que tem uma visão mais ampla do que pode ou não ser violência filioparental, a nível geral todos os profissionais souberam definir a violência filioparental na sua base que é violência de filhos para pais.

5.2. A violência filioparental e a idade adulta

A questão da violência filioparental relacionada com os agressores maiores de idade, nomeadamente na adultez emergente, tem sido pouco estudada na literatura. É assim objetivo do presente trabalho contribuir para colmatar este ramo dentro da violência filioparental. Procurou-se, através das entrevistas, reter a opinião dos profissionais no que toca à violência filioparental dentro da idade adulta, com foco na adultez emergente.

Neste tópico conseguimos obter opiniões muito diversas, e alguns profissionais não conseguiram responder à questão, devido à falta de dados. As estatísticas da APAV sobre violência filioparental¹⁵, na descrição da idade do autor do crime, acabam por revelar que existe uma subida do número de casos significativa a nível etário, nomeadamente na idade adulta. Temos cerca de 172 casos de agressores entre os 12 e os 17 anos, após os 18 até aos 25 tivemos cerca de 585, tendo uma subida mais do que o dobro, mantendo-se assim até ao agressor ter 56 anos, acabando depois por descer significativamente.

Sandra não concorda que a violência filioparental possa existir na idade adulta, argumentando que a terminologia *child-to-parent violence* engloba apenas as crianças e os adolescentes, afirmando que “a violência filioparental não

¹⁴ APAV: Folha Informativa, Violência Filioparental:

https://apav.pt/apav_v3/images/folhas_informativas/fi_violencia_filioparental.pdf

¹⁵ Estatísticas APAV Crimes de violência doméstica Violência Filioparental 2013-2018:

https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Violencia_Filioparental_2013_2018.pdf

corresponde aos adultos”. Podendo corresponder a casos em que os agressores sejam:

São miúdos de 18/19/20 anos onde são diagnosticados com esta dinâmica, só que a verdade é que já vem de alguns anos atrás, portanto é identificado nessa altura porque deu-se uma escalada e só nessa altura pedem ajuda, mas é uma dinâmica que tem origem na infância, na adolescência.

A distinção feita entre, até que ponto é que um jovem adulto ou adolescente entra na violência filioparental, e um adulto não, é explicada por Sandra através de três pontos essenciais, em que para ser considerado violência filioparental o filho tem de estar: 1) dependente dos pais, 2) os pais são, ainda, responsáveis por esse filho e 3) por serem crianças ou adolescentes, o seu desenvolvimento enquanto indivíduo é colocado em causa. Contrariamente, quando o agressor já se encontra na idade adulta, a dinâmica violenta perante um pai idoso “não tá a comprometer o desenvolvimento de ninguém (...) há um aproveitamento de uma situação com impacto muito nefasto na vida das pessoas, mas logo estas características nos dizem que são coisas completamente diferentes”, acrescentando que é o filho neste caso que está responsável pelo pai, estando ele vulnerável, e não o contrário como acontece na violência filioparental, caracterizando-se neste caso por abuso de idosos. Segundo a entrevistada “o importante mais do que a idade mínima e a idade máxima é nós percebermos qual é a dinâmica”.

Sara, contrariamente, acha que a violência filioparental alberga todas as idades, “na filioparental, se for um filho para pais, para mim, é sempre violência filioparental”. Tânia partilha da mesma opinião “eu acho que em qualquer idade isso pode ser considerada a violência filioparental”, mas também revela que tem pouca informação para falar sobre o fenómeno neste aspeto etário, pois recebe mais casos vindos de crianças e adolescentes neste tipo de situações. Contudo não descarta o envolvimento da adulter emergente ou dos adultos dentro da problemática.

Filipa, no seu trabalho, liga o conceito de violência filioparental ao abuso de idosos, afirmando que o próprio abuso de idosos pode ser um traço de violência filioparental. O mesmo se considera se for abuso de netos contra os avós, visto estes estarem a substituir o papel de cuidadores. Vanessa também

relaciona o conceito de violência filioparental ao abuso de idosos, através da questão da dependência. Em muitos dos casos que a mesma recebe, o que acontece é que o idoso, embora tenha 70 anos, ele ainda é autónomo e o filho é que por diversos motivos, está dependente deste pai considerado idoso, acabando por o agredir: “As vezes é o contrário, é o filho que está dependente da reforma do pai”. Cátia defende da mesma opinião.

Já Adriana conta que da sua experiência, a maioria dos casos que lhe chegam às mãos são de agressores com idades até aos 30, 35 anos, afirmando que muito se deve à adolescência ter-se vindo a arrastar, e muitas das características dos adolescentes acabam por transparecer para os jovens adultos. Mas não faz sentido estarmos concentrados na importância da idade, mas sim no fenómeno em si. Dulce, tal como Adriana, recebe casos de violência filioparental nas fases em que o agressor está já na idade adulta “há muito mais na adultez e na 3 idade, muito mais”. Andreia, não possui conhecimento sobre a violência filioparental dentro da adultez emergente, contudo ela acha de facto é importante estudar esta faixa etária.

Eu nunca tinha pensado sobre isso, mas o Daniel com a sua investigação e com as suas questões, fez-me pensar sobre isso e de facto eu tenho uma família em que ocorre violência filioparental, eu tenho um filho de 15 anos ou um filho de 25 não é a mesma coisa, e, portanto, se não é a mesma coisa, eu tenho que perceber o que é que está aqui (...). Portanto eu creio que tem, que tem particularidades, tem especificidades, mas o chapéu de chuva eu diria que seria o mesmo.

Maria, também não tem conhecimento sobre a temática da violência filioparental em agressores adultos, visto que o trabalho dela se concentra em jovens até aos 18 anos, tendo a percepção que cada faixa etária tem as suas particularidades, o que não impede que seja considerado violência filioparental em idades adultas. Frisando a importância de distinguir as faixas etárias. Ana respondeu claramente à questão afirmando que existe na sua ótica violência filioparental em idade adulta. Franciso vê a necessidade de elaborar uma grelha de análise, em vez de se falar em faixa etária, ou até que idade é que podemos ou não considerar violência filioparental, visto que nada mais é do que violência familiar. A grelha permitiria assim perceber que tipo de violência é que estamos a falar e em que contextos se aplica, se for violência de:

De filhos para pais e esta, independentemente dos pais serem idosos ou dos pais não serem idosos se é um filho a agredir um pai é violência familiar de filho para pai, tenha a idade que tiverem (...) e isto, eu acho que cria uma maior liberdade, porque maior liberdade e maior proatividade na ação, porque eu acho que em todo o tipo de problemáticas e então nestas sociais mais ainda, nós temos muito a tendência de ficar presos a conceitos com qual é que seria o melhor quando no fundo, no fundo isto é tudo violência e a violência é uma coisa só, é um comportamento só, tem um padrão específico, tem um conjunto de características que englobam (...) (Francisco).

Anabela, percepciona que a literatura não trata a violência filioparental na adulterz emergente, afirmando que “a literatura de facto passa de um para o outro”. A profissional também considera que para além do contexto etário, é necessário que os filhos estejam dependentes dos pais nesta forma de violência, se isso acontecer então é violência filioparental independentemente da idade. Paulo revela que embora o tratamento e abordagem ao fenómeno agressor tenha de ser diferente quando se fala em diferentes faixas etárias, ele considera que a violência filioparental alarga-se a todas as idades, afirmando que “é sempre violência filioparental”.

É importante salientar, que no panorama geral todos os entrevistados que incluíram no seu conceito de violência filioparental todas as idades do agressor, também perceberam que esta violência tem a sua origem sempre na infância, tal como Anabela afirma: “não quer dizer que a violência tenha começado naquela época, portanto e aí cumpre o critério da VFP, portanto começa cedo com pequenas chantagens, os pontapés (...), e depois chega à adolescência e a coisa tem outra dimensão”. Enfatiza-se assim o fator educacional como um fator decisivo neste aspeto como vamos ver no ponto seguinte.

Foi notável uma disparidade de opiniões e formas de ver o fenómeno por parte dos informantes privilegiados, tendo diferentes nuances de considerar o que é violência filioparental e o que não é. Houve quem considerasse que um filho abusar de um pai idoso é violência filioparental e quem não o fizesse, cingindo-se apenas à adolescência ou a infância, podemos concluir que de facto a perceção do fenómeno varia muito consoante o tipo de pessoa que o vê (García A. L., 2020). Porém tivemos abordagens que nos procuraram demonstrar que, seria mais interessante considerarmos a criação de um determinado padrão que se possa aplicar aos vários tipos de violência de forma a se identificar mais

facilmente e de maneira mais prática, em vez de nos basearmos em fatores como a idade.

5.3. Fatores socioculturais que influenciam a violência filioparental em jovens maiores de idade

Segundo Urra (2016, p. 32) “vivemos num mundo cada vez mais complexo. Aparecem novas doenças, novos conflitos, novas relações, novas realidades. E uma delas, impensável há uns anos é a denominada violência filioparental.” Pereira (2017, p. 8) defende que as mudanças sociais que se têm vindo a produzir nos últimos anos, vieram “promover a alteração dos equilíbrios de poder dentro do interior da família, assim como em outro grande sistema educativo: a escola”.

Todos os entrevistados tiveram a perceção de que a violência filioparental tem uma forte origem nas mudanças socioculturais que se têm vindo a sentir recentemente. Segundo Anabela “esta parece ser uma problemática que tem uma base sociocultural muito forte”. Afirmando ainda que ao longo do tempo “caiu-se num outro extremo, passou-se do 8 para o 80, só se inverteu os polos”, as crianças passaram de ser vistas como uma propriedade, para serem percecionadas como preciosas e possuírem uma liberdade que antigamente era limitada, hoje é excessiva e pouco criticada.

Contudo não foi comentado só um fator como a causa da violência de filhos para pais, tendo sido apontados nomeadamente a educação, a economia, o *stress* e a dependência como fortes influenciadores desta temática. Os informantes afirmaram que a violência filioparental não se deve apenas a um fator, mas sim a um conjunto de fatores, tal como a bibliografia defende (Coogan, 2018; Patuleia & Alberto, 2016; Pereira, 2017; Urra, 2016). A educação foi apontada como o fator primordial deste tipo de violência, por todos os entrevistados, os restantes fatores divergiam da visão de cada um. Por exemplo Dulce deu primazia à problemática da educação e do abuso económico por parte dos filhos pelos pais, nomeadamente com a dependência económica e a própria

exploração que o filho fazia dos rendimentos da mãe. Já Vanessa entende a temática como um percurso cultural que não se relaciona tanto com a economia, mas exclusivamente com a educação e a visão que os jovens acabam por ter dos mais velhos incluindo os pais, sendo o “percurso muito cultural, ou seja tudo aquilo que é mais fraco, tudo aquilo que é diferente, tudo aquilo que já não dá tanta produtividade, as pessoas utilizam um falso poder”.

Filipa vê a VFP como uma questão essencialmente cultural, como a educação e a mudança de valores a ela agregados, fatores que se relacionam com a saída do regime e a entrada na era da modernidade, onde os valores estão menos cimentados dentro da sociedade, o que vai ao encontro dos dados obtidos no trabalho de Patuleia e Alberto (2016) em que alguns profissionais também apontaram que passagem da ditadura para uma democracia acabou por mudar a dinâmica familiar.

Sara, apontou que os fatores socioculturais mais ligados a esta forma de violência, prendem-se com 3 pilares sociais: a educação, a economia e a impunidade do sistema. Hoje, em Portugal, os filhos estão cada vez mais dependentes dos pais até mais tarde, e não são educados no caminho de se autonomizarem e se desprenderem dos mesmos, acabando por agravar essa dependência com os problemas económicos do país. Aliado a estes 2 fatores temos a impunidade que segundo Sara “a impunidade é a justiça, porque tudo é impune, as pessoas não têm consequências pelos atos que têm”. Um filho que seja mal educado e que violenta os pais ou até um professor acaba por não sofrer consequências, existindo uma inversão de valores atualmente na sociedade portuguesa que leva a que os filhos acabem por tyrannizar os seus pais. Sara deu o exemplo dos países nórdicos em que os pais educam os filhos para se autonomizarem e se tornarem independentes mais cedo comparativamente com os restantes países europeus, logo este fenómeno é mais difícil de crescer dentro deste tipo de culturas, como as de leste também, em que a educação é mais rígida e os pilares estão mais cimentados. Também Maria evocou o exemplo dos países nórdicos e das diferenças culturais e educacionais que eles possuem, para os países em que a violência filioparental se está a tornar mais séria. Se formos a ver os estudos de violência filioparental nestes países temos uma acrescida dificuldade em encontrar bibliografia sobre

o fenómeno, o que não significa que de facto ele não exista, contudo não tem os mesmos números que Espanha, França, Inglaterra têm nesta temática. Segundo Weissbrot-Koziarska e Kania (2020), existe uma inexistência de estudos científicos sobre estas matérias, por exemplo na Polónia os únicos dados disponíveis são os relatórios policiais acerca desta forma de violência.

Sandra e Ana colocam a questão educacional, nomeadamente os modelos educativos, aliados às mudanças hierárquicas e à dificuldade em colocar limites, como uma das principais causas desta forma de violência, em que, segundo Sandra, começou-se a confundir o termo da autoridade com autoritarismo, contudo “são coisas diferentes, numa família é preciso haver autoridade e tem de haver quem mande, quem oriente, é por isso que os adultos existem numa família”. Também foi citado que existe um maior afastamento geracional entre os pais e os filhos “há um iate maior geracional não é? (...) é natural que as pessoas tenham mais dificuldade em criar pontes”, o que faz com que “a principal preocupação de muitos pais é que os filhos gostem deles, pronto”, aliando esse fator, vivemos numa cultura cada vez mais virada para o consumo, onde os pais oferecem tudo aquilo que os filhos desejam. Ana para além da questão da falta de limites, coloca a questão da economia, em que existem mais momentos de *stress*, uma maior crise dentro da família e aliado a uma pressão social, pode levar a este tipo de violência. Também existe a questão dos filhos estarem ligados a consumos e precisarem de roubar dinheiro aos pais para o vício.

Ao nível educacional, os testemunhos dos profissionais incidiam principalmente com a questão de os pais atualmente quererem ser amigos em vez de pais (Ana, Dulce, Francisco, Sandra, Sara); a passagem de um modelo autoritário para um modelo democrático (Filipa, Andreia, Sandra). Maria aponta a principal causa para as alterações da dinâmica familiar dentro da família, nomeadamente os filhos que vivem em famílias agressivas acabam por ser mais agressivos. Contudo também foi apontado que os problemas económicos funcionam como um mecanismo facilitador deste tipo de violência, embora não seja o fator predominante, assim como Cátia, que defende que a questão económica é de facto importante, contudo não é decisiva:

Acho que se resolvermos os problemas económicos eu não acredito que o problema deixasse de acontecer, porque acho que isso relativamente não é só a questão económica, que está aqui em causa, muitas vezes é efetivamente uma questão de dependência, uma questão de poder, uma questão de fragilidade.

Francisco aponta para a questão das dinâmicas familiares como o propiciador deste tipo de violência. Embora, a dinâmica familiar por si, não serve para explicar a violência, pois segundo o mesmo é preciso aliar uma malformação educacional a outros fatores externos “depois junto de fatores externos e sociais e momentâneos na vida das pessoas leva a que isso aconteça”, aliado a isto, segundo o mesmo existem:

Fatores moderadores que levam a que nunca tenha acontecido, mas derrepente há um contexto externo, um desemprego, um ter de voltar para casa dos pais no caso dos adultos (...) e isso vai implicar na nossa vida normal e se houver uma predisposição, o tal modelozinho interno cria-se o contexto externo e a oportunidade e eu acho que a violência ocorre aí, eu acho que tem muito a ver com isto tem a ver com os modelos que nós temos, mas depois tem a ver com fatores de *stress*.

Anabela vê a questão sociocultural da violência filioparental como um problema da perda de autoridade, não só dentro da família, mas a nível social, “a perda de reconhecimento de autoridade das forças de segurança, mas por exemplo também à uma perda do reconhecimento de autoridade dos professores, portanto é isto em vários patamares”. Paulo revela que o fator sociocultural que mais acaba por influenciar a violência de filhos para pais é a invisibilidade do assunto, podendo “promover uma invisibilidade desta violência e perpetuar estes ciclos de violência”

Adriana toca num ponto que tem vindo a ser pouco explorado que tem a ver com a saúde mental dos jovens: “estamos também com uma população jovem com muitos sintomas quer ao nível da ansiedade, quer ao nível, não é? Da depressão, que é assustador, e que vai falpar as próximas gerações”. Também referiu que a aprendizagem social é um fator muito notório nos casos que recebeu: “aquilo que lhe posso dizer é que secalhar 80% dos processos em que exista, portanto, este tipo de violência também existiu violência doméstica nos próprios cônjuges, portanto já foi um modelo muitas vezes que é fatal para os próprios filhos, isso acontece”. Para além disso também a sociedade tem vindo a contribuir para este desfasamento do conceito de família tradicional “esse

poder que a família tinha, tem sido esvaziado até pelo próprio estado e pelas leis e pelo legislador”. Vanessa também cita que “a saúde mental em Portugal também vai muito mal”.

Os fatores socioculturais mais centrados na adulter emergente centram-se principalmente, segundo a maioria dos entrevistados, com o fator socioeconómico aliado à dependência, embora estes fatores sejam considerados apenas como potenciadores de atos violentos, não sendo a causa em si da violência, mas um fator acrescido para o filho ser violento com os pais, numa idade mais avançada.

Esta pergunta deu alguns problemas, pois nem todos os entrevistados possuíam conhecimento para responder à questão, e alguns acabaram por responder de um panorama geral, não focando a resposta apenas nos jovens adultos. Os fatores socioculturais que mais levam os adultos a cometer violência filioparental, na opinião dos profissionais é importante para perceber de facto em que parâmetros é que se poderá atuar neste sentido, visto que os jovens que se situam na fase da adulter emergente, ou mesmo na fase adulta estão em fases diferentes da vida comparativamente com os adolescentes ou as crianças. Logo tentou perceber-se se os estímulos para agredirem os seus pais podem se diferenciar ou não das etapas mais estudadas dentro do fenómeno.

Anabela afirma que na fase da adulter emergente “Pode nestes casos efetivamente a condição socioeconómica atual e particularmente do jovem adulto, pode ajudar a manter a situação e de facto até ampliá-la”. Segundo Filipa o agressor maior de idade relaciona-se “muito pela questão económica sim, acho que é muito a questão económica”, relacionando também a questão dos consumos, assim como Filipa, Tânia também relaciona a questão da toxicodependência com a dependência económica e consequentemente a violência.

Vanessa relaciona a violência filioparental na idade adulta à economia em que vivemos numa sociedade onde a taxa de desemprego é alta e consequentemente:

Onde as pessoas adultas muitas das vezes e não só e as mais jovens adiam a saída de casa e onde as pessoas adultas, é um retrocesso, não é? têm de regressar muitas

vezes por questões económicas ao seio de origem, ou por divórcio e atendendo ao preço da nossa vida, tudo é caro, portanto e, todo esse conjunto de fatores eu acho que aliados secalhar a uma cultura também pobre no sentido, não é pobre de dinheiro, pobre no sentido de valores, acho que tudo isso junto fazem disparar os números.

Andreia também refere que é na adulterez emergente que os filhos se conseguem finalmente tornar independentes e autónomos, e acabam por sofrer um choque de realidade, nomeadamente do “ponto de vista do emprego, do ponto de vista económico e serem muito dependentes da família tudo isto eu acredito que possam propiciar a violência filioparental”. Contudo ela acha que isto não é obviamente suficiente para fazer com que um filho adulto agrida um pai, visto que as condições económicas de um país afetam a sua população no geral. Acaba é por ser considerado como um mecanismo facilitador para dar continuidade ou agravar uma violência que já vinha a ser vivenciada antigamente. Segundo a entrevistada “não acredito é que ela aconteça só por essa razão, ela deve estar agregada aquela indefinição de limites aquela falta de autoridade”.

Dentro da mesma linha de pensamento Cátia, na pergunta sobre quais os fatores que acha que pode levar um filho maior de idade a agredir os seus pais, a resposta foi “honestamente da nossa experiência, essencialmente a dependência económica no nosso contexto essencialmente associado a consumos”. Ana também defende que dentro da violência filioparental é principalmente a questão educacional, mas quando os agressores entram na idade adulta, a questão fica mais associada aos consumos, acabando assim por agredir os seus pais, aliado à questão da educação que já era uma problemática que se arrastava. A questão do consumo e da falta de dinheiro é apenas o gatilho.

As dependências, as adições que sejam um dos fatores que levam muitas vezes a esta agressão filioparental, é o facto de o adulto que esta numa situação de desemprego, que não tem nenhum recurso económico, que não tem nenhum apoio financeiro e tem um consumo frequente em abstinência ou em falta (Ana).

Sara revela que o fator da dependência económica é importante. Todavia, o fator educativo que tem vindo a acompanhar desde cedo uma malformação do jovem que agora é adulto, acaba por ter mais peso, pois se o jovem tivesse

recebido uma educação plena, mesmo dependente economicamente dos pais ele não os agrediria na fase adulta, segundo a profissional “claro que a economia tem um peso grande, mas é essencialmente a educação”. De facto, os dados da APAV¹⁶, indicam-nos que na grande maioria dos casos que receberam, o agressor estava desempregado. O relatório anual de monitorização da violência doméstica de 2019¹⁷, demonstrou que, comparativamente às outras formas de violência como, violência entre casais, contra ascendentes, namorados, entre outros; a violência económica estava destacada especialmente nas situações de violência contra ascendentes.

Ao nível dos fatores socioculturais que mais influenciam a violência filioparental de filhos para pais, quando estes se encontram na adulteriz emergente ou em idades superiores a esta, são principalmente a dependência económica e ao nível da toxicodependência. Embora obviamente isto acabe por sofrer estímulos de outros fatores centrados em idades mais precoces, como foi citado também. Segundo as palavras de Poiares, e tendo em conta o que foi retido dos entrevistados ao nível dos fatores socioeconómicos e da dependência que marcam a VFP na fase adulta, segundo o investigador “a maior proximidade das pessoas, associada a fatores como o consumo de álcool e o desemprego, por um período mais prolongado, potencia um quadro de violência” (Poiares, 2020b, p. 39).

5.4. Pais com medo de educar

Gomide (2004) defende que a sociedade atual, e a nova forma de educar a ela agregada, que se baseia no diálogo e que repudia a violência física como mecanismo educacional, e que defende que é necessário sermos mais amigos dos filhos, levou a que “os pais modernos, para conquistar este novo tipo de relacionamento, abriram mão, muitas vezes do seu papel de educadores (...). Romperam com a punição e se tornaram permissivos” (p. 11), acabando por

¹⁶ Estatísticas APAV. Crimes de Violência Doméstica, violência filioparental 2013-2018: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Violencia_Filioparental_2013_2018.pdf

¹⁷ Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica 2019: https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD_2019.pdf

produzir novos problemas educativos em diversos contextos, países e culturas (Coogan, 2018). Foi assim perguntado aos informantes privilegiados se entendiam que, atualmente, os pais têm medo de educar.

Anabela, Maria, Cátia, Andreia, Dulce, Filipa, Sara, Sandra e Paulo concordam que os pais atualmente têm medo de educar os filhos. Segundo Sara “os pais hoje em dia têm medo de dizer que não”. Contrariamente a estes resultados, Vanessa defende que não é medo de educar, mas falta de conhecimento para o fazer, segundo as suas palavras: “eu não acho que os pais têm medo de educar eu acho que muitos pais, e eu falo por mim, não sabe às vezes como educar”. Ana e Tânia compartilham a mesma opinião que Vanessa, acrescentando que para além dos pais não saberem como educar, também não têm oportunidade para o fazer, devido à falta de tempo, “se não têm tempo para ser pais, não aprendem, de alguma forma não exercitam” (Ana).

5.5. Perfil do agressor e da vítima

Ao nível do perfil, e embora já se tenha estabelecido o perfil da vítima e do agressor no presente trabalho, é preciso salientar que existem muito poucos trabalhos que se focam apenas em encontrar o perfil dentro da violência filioparental, acabando por encontrar apenas certos aspetos desse perfil (Armstrong, et al., 2018). Todavia, a bibliografia existente, refere que o perfil do agressor tende a ter alguns traços comuns, tais como: patologias, pouca tolerância à frustração, depressão, comportamentos agressivos e de oposição, bem como o abuso de substâncias e dependência (Armstrong, et al., 2018; Boxer, Gullan, & Mahoney, 2009; Calvete, Orue, & Sampedro, 2011; Cottrel & Monk, 2004; Ibabe, Jaureguizar, & Díaz, 2007; Ibabe, Jaureguizar, & Bentler, 2013) e que o tipo de gravidade das agressões tende a aumentar com a progressão da idade (Walsh & Krienert, 2007).

Foi difícil aos entrevistados tentarem estabelecer um perfil, devido aos casos variarem muito através da sua própria experiência, e tornou-se ainda mais difícil tentar estabelecer um perfil centrado nos jovens adultos, o que não foi possível de ser feito. Tal como Francisco defende:

Os perfis podem variar muito, por isso é que é difícil estabelecermos um perfil e dizermos que é assim ou assado (...) há uma série de outras coisas que vão variando desde acontecimentos traumáticos de vida ou a exposição de modelos de comportamento violento, ou em algum determinado momento uma, alguma questão mais biológica que possa predispor alguma maior agressividade, há um conjunto depois outras coisas que depois vão influenciando.

Sandra refere que “em Portugal não existem dados suficientes sobre violência filioparental para estarmos a falar sobre isso, não existem”. Assim como Dulce que refere que “não há um perfil”. O perfil acabou por ser relatado apenas por 8 entrevistados, os restantes 6 não conseguiram responder à pergunta.

Dos entrevistados que conseguiram relatar o perfil dos agressores, o mesmo condiz com o encontrado na literatura, nomeadamente os mais referenciados foram: a baixa tolerância à frustração, a autoestima, insegurança, e o mais referenciado sobre os adultos foi de facto a dependência que se mantém desde adolescência, com os próprios pais, contudo acabaram por ser dados muito inconclusivos. Também foi referido por Adriana e Vanessa que pela sua experiência o género masculino é por norma o maior agressor, indo ao encontro do que a bibliografia diz. Contudo Cátia refere que os dois géneros são violentos perante os pais.

No caso do perfil da vítima, foi ainda mais complicado estabelecer um perfil por parte dos profissionais e investigadores, pelo facto de que, segundo explica Francisco “as vítimas têm perfis ainda mais diversos”. Segundo Maria costumam ser predominantemente mães, devido a serem cuidadoras mais presentes, com um perfil de depressão, dificuldades na imposição de regras e limites, muitas em situações de divórcio e que isso cria também uma dependência entre elas e o próprio filho, tal como a bibliografia também refere. Vanessa e Adriana defenderam que o género feminino era mais predominante de ser a vítima, porém, segundo a experiência de Tânia, quando o agressor tinha uma idade adulta, ele acabava por se tornar mais violento para o seu pai, nomeadamente quando este já era viúvo.

5.6. A prevenção dentro da violência filioparental

Foi pedido aos entrevistados, opiniões relativamente à prevenção neste tipo de casos, em prole da intervenção. Pelo facto de ser uma problemática que tem a sua origem na infância e na educação, faz mais sentido se apostar numa prevenção, visto conhecermos a origem do problema, do que na intervenção. Até porque a intervenção é mais custosa e nem sempre é bem-sucedida, principalmente em idades mais avançadas do agressor. A frase de Urra (2016, p. 25) explica este pensamento “recordemos que ninguém pode conseguir que o outro mude sem o seu consentimento, porque essa porta é aberta por dentro”. A prevenção devia tornar-se assim numa preocupação maior e numa aposta mais sólida do que a intervenção. Segundo Ana, o fenómeno da violência filioparental não consegue ser combatido intervindo, mas sim prevenindo, principalmente se estivermos a falar de adultos que agredem os seus pais.

Eu acho que estes fenómenos só se podem minimizar prevenindo porque depois a reparação já é mais difícil, não é? Porque é muito difícil nós intervirmos num adulto que não quer ser acompanhado certo? E, portanto, nós temos é que secalhar investir em idades mais precoces, não é?

Contudo, e pegando nas palavras de Sara “neste momento não se consegue prevenir, a única prevenção que se consegue fazer é quando se sabe denunciar-se”. Segundo Maria, quando um adolescente é agressivo para com os pais, e chega à idade adulta, é muito mais difícil nós conseguirmos intervir, comparativamente com um adolescente. Daí a necessidade, apontada por todos os entrevistados de se prevenir em idades precoces nomeadamente na infância “desde que os meninos estão em idade pré-escolar” (Maria). Maria também aponta que a prevenção teria de passar por ser sistémica, porque o problema reside essencialmente na família, logo é preciso atuar nas relações dentro da família, é preciso tal como Sandra refere, trabalhar a família e os seus papéis. Segundo Vanessa se queremos apostar na prevenção, temos de o fazer no pré-escolar, “prevenção precoce, não é prevenção aos 14 anos”. Paulo também defende que a prevenção terá de passar pela infância, de forma a ser possível desenvolver certas competências, que mais tarde dificilmente se vão conseguir desenvolver com a mesma facilidade.

Anabela acha que, a prevenção precisaria de passar também, não só pela família, mas por uma “renovação daquilo que são as bases culturais do, as representações culturais em torno do papel dos pais, do que é ser pai, dos adultos, do respeito pela autoridade”. Andreia comenta que é necessário de facto uma renovação social, através de uma política que olhe “não só para a criança, mas para a família, estamos muito centrados também no superior interesse da criança (...) acho que falta aqui uma lógica da família e de pensar a família e não só a criança”.

Dulce fala que é necessário colmatar a falta de conhecimento do fenómeno, que consequentemente leva a que ele acabe por não ser tratado da melhor forma e fique invisível, “muitas vezes é falta de conhecimento de que isto existe”. A opinião de Dulce vai ao encontro da visão de Adriana em que a prevenção passa por uma maior sensibilização do fenómeno e da necessidade de criar programas nas escolas, programas esses que devem fazer parte de um programa escolar regularizado e não apenas duas horas sobre o tema por ano letivo, como tem vindo a ser feito atualmente. É preciso trabalhar os valores e a cidadania dentro da escola, como reflete Filipa.

Para Sandra a prevenção passa primeiro por se falar. É preciso falar sobre um problema para se começar a tratar dele, depois é preciso trabalhar a “parentalidade, ou seja, alertarmos cada vez mais a sociedade, é um bocadinho aquilo que se fez também em relação à violência doméstica, alertarmos para padrões na parentalidade, portanto na relação pais-filhos que não são saudáveis”.

Considerações finais

Com o fim do trabalho, surgem mais dúvidas do que certezas, o que é normal, principalmente em trabalhos e temáticas de carácter exploratório como é o caso do presente trabalho e da violência filioparental em geral, e principalmente sobre uma população muito pouco estudada.

A modernidade, ou aquilo que entendemos como os tempos atuais, juntamente com diversos fatores como: o capitalismo, a globalização, o individualismo, entre outros, fizeram com que a cultura da violência surgisse através de novas representações, acompanhando a própria modernidade. A realidade apresenta-se hoje constituída pelas representações de violência antigas e também pelas mais recentes (Ianni, 2002). A violência, em si, tem vindo a ser um problema que acompanha as sociedades, principalmente a violência doméstica, o que faz “o combate e prevenção da violência uma das mais árduas tarefas cometidas a uma sociedade” (Fukuyama, 2000 *in* Lourenço, Lisboa, Leote, & Frias, 2016, p. 69). Contudo tem havido um grande foco em estudar a violência doméstica em diversas ramificações, nomeadamente a violência entre cônjuges, o abuso de crianças, a violência no namoro, e tem-se vindo a ter a percepção de que a família e o espaço simbólico onde ela reside, a casa, é na verdade um local, propício para a perpetuação, por vezes até funesta, de violência (Tew & Nixon, 2010).

Bauman (2004) no seu Livro “Amor Líquido” reflete o caminho que estamos a traçar para a perda dos laços humanos, não só sociais mas também familiares. Acabamos por nos tornar numa sociedade despreocupada com o outro, e mais preocupada com a realização dos seus próprios objetivos individuais e menos preocupada com o alcance comum, do grupo, da família, do social. Os laços acabam por ficar cada vez mais fragilizados no espaço e no tempo. Segundo o sociólogo e filósofo Bauman (2004), atualmente a:

Fragilidade e transtornabilidade em construção (a famosa “flexibilidade”) marcam todas as espécies de vínculos sociais que, uma década atrás, combinaram-se para constituir um arcabouço duradouro e fidedigno dentro do qual se pôde tecer com segurança uma rede de interações humanas (p. 52).

Através desta ideia, percebemos que, de facto, a violência filioparental é uma consequência daquilo que tem sido o nosso trajeto enquanto sociedade. O que torna a violência de filhos para pais um fenómeno, segundo Pereira, “complexo, multifacetado e pluricausal” (2017, p. 8). Nas palavras de Olivencia (2020, p. 13) “a violência filioparental deixou de ser uma violência invisível no âmbito privado para se tornar, em poucos anos, um dos mais importantes focos temáticos da educação familiar e escolar.”

O presente estudo procurou cruzar a violência filioparental com um grupo etário que tem vindo a crescer com os tempos atuais, mas ao mesmo tempo tem vindo a ser negligenciado nas investigações, nomeadamente na violência filioparental, que é a adulter emergente. Que se caracteriza por ser um período de grande instabilidade e dúvida para os jovens, em que ainda não se é adulto, mas já se deixou de ser adolescente, e de facto é uma idade controversa tanto para os jovens quanto para os pais (Arnett J. J., 2007). A adulter emergente acaba por ser um resultado de uma sociedade reconstruída ao nível cultural, social, familiar, político, económico (Brandão, Saraiva, & Matos, 2012).

Procurou-se perceber quais eram os fatores socioculturais que contribuem para a violência filioparental, quando os agressores se encontram na fase adulta, ou na adulter emergente. A literatura acaba por se focar na fase da adolescência e da infância, o que acaba por fazer com que os dados acerca da problemática em estudo, na bibliografia sejam praticamente inexistentes, embora muito poucos estudos já comecem a olhar para este grupo de jovens com 20 anos, como uma população importante a ser estudada dentro do contexto da violência de filhos para pais. Principalmente o estudo de Walsh e Krienert (2007), que era constituído por uma amostra com uma faixa etária até aos 21 anos. Também o estudo de McManus, Almond e Bourke (2017), em que a idade média do agressor era de 24 anos, e mais recentemente um estudo realizado no México focado nos adultos emergentes, realizado por Vázquez-Sánchez, et al. (2019). Contudo a presente investigação destacou-se, pelo facto de se terem recolhido testemunhos de profissionais e investigadores acerca da sua visão do problema, algo que já tinha sido feito em Portugal, no trabalho de Patuleia e Alberto (2016), mas não com foco na adulter emergente ou nos adultos. Pode-se afirmar que este é o primeiro estudo feito em Portugal a cruzar as temáticas supramencionadas, bem como o primeiro a nível internacional a adotar uma abordagem qualitativa e a recolher testemunhos de quem está no terreno, sobre a violência filioparental na adulter emergente.

Através dos resultados podemos dizer que foi possível responder a todos os objetivos e que os dados retirados corresponderam às hipóteses estabelecidas no trabalho. De facto, existiu uma discórdia dos profissionais que consideravam que os jovens adultos ou até mesmo os adultos que agredem os

seus pais, se consideraria violência filioparental ou não, embora a grande maioria dos entrevistados ter dado a percepção de que inserem na sua perspetiva de violência filioparental, os adultos emergentes e os próprios adultos, algo que ainda não tinha sido registado na bibliografia e que de facto, certamente nos fará olhar para o problema de um outro prisma. Contudo uma pequena parte dos informantes privilegiados não concordou. O importante daqui, é perceber quando é que esta violência começa, qual o seu padrão, se começou na infância e acabou por se estender e até se agravar na idade adulta, ou começou na idade adulta sem motivo aparente.

É necessário estabelecer-se um padrão conceptual como Francisco sugeriu de forma a, em vez de estarmos a estratificar quais as idades que devem ou não entrar dentro do conceito, e consequentemente acabamos por racionar quais os problemas que devem ou não ser tratados à luz da violência de filhos para pais, devemos procurar analisar o caso de forma ampla, perceber o trajeto daquele filho e daquela família, sem estar a excluir faixas etárias e a concentrar o conceito apenas numa idade muito limitada. Embora esta percepção de que os adultos devem ser incluídos dentro da violência filioparental por parte dos informantes, também eles percebem que a violência filioparental tem origem numa malformação educativa na infância, e não acontece por acaso quando o filho já é adulto. O que vai ao encontro dos trabalhos e estudos analisados nomeadamente o de Urra (2016); Coogan (2011; 2018); Montólio (2010).

Segundo os entrevistados o fator sociocultural que mais se destaca quando se trata de um adulto emergente, é o fator económico, aliado à tóxicodependência. Algo que ainda não tinha sido demonstrado dentro da bibliografia atual, que se tenha conhecimento. O fator socioeconómico já foi apontado como uma das causas das crianças e dos adolescentes ficarem mais agressivos com os seus pais, como a crise económica espanhola que, segundo Urra (2016), fez com que os casos de violência filioparental escalassem, devido a vivermos numa sociedade marcada pelo consumo constante e dos pais, em tempos de crise, não terem tanta facilidade em satisfazer as vontades dos filhos (Urra, 2016). O fator económico apresenta-se mais decisivo quando o filho se torna adulto, pela questão da falsa independência que ele sente, ou uma pseudo-

dependência, o que acaba por agravar ainda mais a relação entre filhos e pais que já vinha a ser problemática desde a infância.

Concluiu-se também, pela experiência dos informantes privilegiados em atuarem nestas áreas, que, quando permitimos que um jovem agressivo com os pais chegue à idade adulta, torna-se muito mais difícil chegar a ele e intervir. Demonstrando-se que deve haver uma aposta na prevenção em prole da intervenção, é preciso repensar nas políticas públicas a forma como os pais educam os filhos, a forma como a sociedade educa as crianças, a forma como os jovens respondem à sociedade, de forma a contribuímos para uma diminuição de um problema que tem vindo a tornar-se cada vez mais comum e grave. A prevenção está mais ao alcance dentro do contexto português, do que a intervenção.

Existiram algumas limitações sentidas não só pelo tema em si, e a dificuldade que é trabalhar um tema tão pouco explanado, mas também pela recolha dos dados. Ao nível da temática houve certas limitações como: 1) a bibliografia nacional disponível, embora exista alguma bibliografia, em boa parte, esta concentra-se no âmbito clínico, e psicológico do problema e consequentemente os dados retirados eram principalmente ao nível quantitativo e as amostras acabam por não ser suficientemente significativas; 2) os dados das pesquisas existentes, ao nível nacional e internacional eram díspares e divergiam bastante; 3) a inexistência da adulterez emergente, dentro da bibliografia sobre a violência filioparental, tornou este trabalho inovador, mas também limitado ao nível bibliográfico.

Sobre a recolha dos dados, existiu uma grande dificuldade, em tentar recolher dados de vítimas e dos agressores, o que me impossibilitou numa primeira instância de iniciar a pesquisa e consequentemente fui obrigado a alterar a raiz do trabalho para os profissionais e investigadores. Depois também senti alguma dificuldade, não só por causa da pandemia, mas também por causa da disponibilidade dos mesmos em me ouvirem e perceberem a importância do tema. Os dados recolhidos acabam por ter também uma limitação pelo facto de não poderem ser generalizados, para isso seria necessário existirem estudos comparativos acerca da temática, algo que ainda não é possível, visto este ser o único estudo, que se tenha conhecimento, em que se cruzou a violência

filioparental, os fatores socioculturais, a adulterz emergente e entrevistas através do método qualitativo. Existe também um problema acrescido, o tema é ainda desconhecido, a percepção que as pessoas têm do mesmo acaba por ser em parte divergente e com dados que podem não corresponder à realidade, tal como revela García (2020). Contudo não deixa de ser obviamente importante reter os testemunhos de quem trabalha com este e outros casos de violência familiar.

Em futuras investigações seria interessante existir uma análise mais completa, se possível com as vítimas e os agressores de forma a perceber o impacto da adulterz emergente dentro da violência filioparental, no contexto português e também internacional, através de uma análise comparativa. Para além disso, também seria importante analisar os tratamentos feitos a nível internacional e nacional nos casos de violência filioparental, sugerindo até novas formas e abordagens de tratar o fenómeno, não só no âmbito clínico, mas ao nível das políticas públicas, tentando contornar esta tendência crescente de violência filial. Também seria interessante um levantamento quantitativo através de inquéritos aplicados à população portuguesa de forma a se perceber o quanto as pessoas estão familiarizadas com o fenómeno em estudo e de que forma é que o percecionam, e por último sugere-se um estudo a nível jurídico sobre a temática. Deixando apenas uma nota conclusiva, estarei sempre disponível para auxiliar futuros investigadores que pretendam estudar esta importante temática, pois os filhos de hoje, serão os pais e educadores de amanhã.

Referências

- Agnew, R., & Huguley, S. (agosto de 1989). Adolescent Violence toward Parents. *Journal of Marriage and the Family*, 51, 699-711.
- Agustina, J. R., & Romero, F. (2013). Análisis Criminológico de La Violencia Filioparental. *Revista De Derech Penal Y Criminologia*(9), 225-266.
- Akers, R. L. (2012 [1999]). *Criminal Theories: Introduction and Evaluation*. New York: Routledge.
- Alberdi, I. (1982). Un nuevo modelo de familia. *Papers: revista de sociologia*, 18, 87-112.
- Alberto, I., Pereira, R., & Patuleia, N. (2016). Intervenção em Situações de Violência Filioparental: Análise de caso de jovem com medida de promoção e proteção em acolhimento institucional. Em A. I. Sani, & S. Caridade, *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime* (pp. 97-111). Lisboa: Pactor.
- Almasan, D. A., & Álvaro, A. L. (novembro de 2006). A Importância do Senso de Limites para o Desenvolvimento da Criança. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*(7), s.p.
- Álvarez, M. G. (2012). *Violencia intrafamiliar: características descriptivas, factores de riesgo y propuesta de un plan de intervención*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid Facultad de psicología.
- Arias-Rivera, S., & García, V. H. (2020). Theoretical framework and explanatory factors for child-to-parent violence. A scoping review. *Anales de psicología*, 36(2), 220-231.
- Armstrong, G. S., Cain, C. M., Wylie, L. E., Muftić, L. R., & Bouffard, L. A. (2018). Risk factor profile of youth incarcerated for child to parent violence: A nationally representative sample. *Journal of Criminal Justice*, 58, 1-9.
- Arnett, J. J. (Maio de 2000). Emerging Adulthood: A Theory of Development From the Late Teens Through the Twenties. *American Pshychologist*, 55(5), 469-480.

- Arnett, J. J. (2006). Emerging Adulthood in Europe: A Response to Bynner. *Journal of Youth Studies*, 9(1), 111-123.
- Arnett, J. J. (2007). Emerging Adulthood: What is it and What is it good for? *Child Development Perspectives*, 1(2), 68-73.
- Arnett, J. J. (2014). Presidential Address: The Emergence of Emerging Adulthood: A Personal History. *Emerging Adulthood*, 2(3), 155-162.
- Aroca, C., Miró, C., & Bellver, M. C. (2013). Los problemas de violencia en los adolescentes. ¿ Incapacidad educativa de los progenitores? *Educación Social. Revista de Intervención Socioeducativa*, 53, 121-136.
- Aroca-Montolío, C., Lorenzo-Moledo, M., & Miró-Pérez, C. (2014). La violencia filio-parental: un análisis de sus claves. *Anales de psicología*, 30(1), 157-170.
- Avenel, C. (2003). Les évolutions sociologiques de la famille. *Recherches et Prévisions*, 69-73. Obtido em 3 de Maio de 2020, de https://www.persee.fr/doc/caf_1149-1590_2003_num_72_1_1992
- Babbie, E. (2008). *The Basics of Social Research*. Thomson Wadsworth.
- Bandura, A. (1971). *Social Learning Theory*. New York: General Learning Press.
- Baptista, C. S., & Sousa, M. J. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Bardin, L. (2011 [1977]). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barnett, O. W., Miller-Perrin, C. L., & Perrin, R. D. (2011). *Family Violence across the lifespan: an introduction* (3º Edição ed.). US: SAGE Publications, Inc.
- Barrera-Herrera, A., & Vinet, E. V. (2017). Adulterez Emergente y Características Culturales de la Etapa en Universitarios Chilenos. *Terapia Psicológica*, 35(1), 47-56.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade Dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Belsky, J. (1980). Child Maltreatment: An Ecological Integration. *American Psychologist*, 35(4), 320-335.

- Bernard, H. R. (2011). *Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches*. United Kingdom: AltaMira Press.
- Bertino, L., Calvete, E., Pereira, R., Orúe, I., Montes, Y., & Díez, Z. G. (2011). El prisma de la violencia filio-parental: diferentes visiones de um mismo fenómeno. *Entre impotencia, resiliencia y poder: adolescentes en el Siglo, XXI*, 361-384.
- Blumer, H. (1971). Social Problems as Collective Behavior. *Social Problems*, 18(3), 298-306.
- Bonamigo, I. S. (2008). Violências e contemporaneidade. *Revista Ratál*, 11(2), 204-213.
- Boxer, P., Gullan, R. L., & Mahoney, A. (2009). Adolescents' Physical Aggression Toward Parents in a Clinic-Referred Sample. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 38(1), 106-116.
- Brandão, T., Saraiva, L., & Matos, P. M. (2012). O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adulterz emergente: Especificidades do contexto português e brasileiro. *Análise Psicológica*, XXX(3), 303-313.
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods*. Oxford university press.
- Calvete, E., Orue, I., & Sampedro, R. (2011). Violencia Filio-parental en la Adolescencia: Características Ambientales y Personales. *Infancia y Aprendizaje: Journal for the Study of Education and Development*, 34(3), 349-361.
- Calvete, E., Orue, I., Gamez-Guadix, M., & Bushman, B. J. (2015). Predictors of Child-to-Parent Aggression: A 3-Year Longitudinal Study. *Developmental Psychology*, 21, s.p.
- Calvete, E., Orue, I., Gámez-Guadix, M., Hoyo-Bilbao, J. D., & Arroyabe, E. L. (2015). Child-to-Parent Violence: An Exploratory Study of the Roles of Family Violence and Parental Discipline Throught the Stories told by Spanish Children and Their Parents. *Violence and Victims*, 30(6), 935-947.

- Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019 [1995]). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Carronda, H. C. (2014). *Violência conjugal*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Direito.
- Castán, Y. (2014). *Introducción al método científico y sus etapas*. IACS Instituto Aragonés de Ciencias de la Salud. Obtido em 5 de outubro de 2020, de <http://www.haykhuyay.com/A1/Generic/ECO1/U1U2/metodoCientifico.pdf>
- Cazenave, N. A. (maio de 1981). Reviewed Works: Family Violence by Richard J. Gelles; Behind Closed Doors: Violence in the American Family by Murray A. Straus, Richard J. Gelles, Suzanne K. Steinmetz, Family Violence by George Thorman. (N. C. Relations, Ed.) *Journal of Marriage and Family*, 42(2), 462-464.
- CIG. (2016). *Violência Doméstica implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Centro de Estudos Judiciários.
- Cochran, D., Brown, M. E., Adams, S. L., & Doherty, D. (1994). *Young Adolescent Batterers: A Profile of Restraining Order Defendants in Massachusetts*. Massachusetts Trial Court, Boston: Office of Commissioner of Probation. Obtido em 2020 de dezembro de 18, de <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED380731.pdf>
- Condry, R., Miles, C., Brunton-Douglas, T., & Oladapo, A. (2020). *Experiences of Child and Adolescent to Parent Violence in the Covid-19 Pandemic*. University of Oxford.
- Contreras, L., & Cano, M. C. (26 de janeiro de 2015). Exploring psychological features in adolescents who assault their parents: a different profile of young offenders? *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 26(2), 224-241.
- Contreras, L., Bustos-Navarrete, C., & Cano-Lozano, M. C. (2019). Child-to-parent Violence Questionnaire (CPV-Q) Validation among Spanish adolescents. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 19, 67-74.

- Coogan, D. (18 de outubro de 2011). Child-to-parent Violence: Challenging Perspectives on Family Violence. *Child Care in Practice*, 17(4), 347-358.
- Coogan, D. (2018). *Child to Parent Violence and Abuse: Family Interventions with non-violent resistance*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Cottrel, B., & Monk, P. (2004). Adolescent-to-Parent Abuse: A qualitative Overview of Common Themes. *Journal of Family Issues*, 25(8), 1072-1095.
- Cottrell, B. (2003). *Parent Abuse: The Abuse of Parents by Their Teenage Children*. Canada.
- Creswell, J. W. (2009). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (3^o Edição ed.). United States of America: SAGE Publications, Inc.
- Cusson, M. (2011 [2002]). *Criminologia: só pelo conhecimento se pode evitar a criminalidade* (3^o edição ed.). Alfragide: Casa das Letras.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violence a global public health problem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 277- 292.
- Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 2(4), 1-13.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.
- Delizoicov, D. (1991). *Conhecimento, Tensões e Transições*. São Paulo: Universidade de São Paulo Faculdade de Educação.
- Descartes, R. (2009 [2005]). *Discurso do método*. Brasil: L&PM Pocket.
- Dias, I. S. (2000). A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade. *IV Congresso Português de Sociologia*.
- Dias, J. D., & Andrade, M. d. (1997). *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Dias, M. O. (2000). A Família numa Sociedade em Mudança: Problemas e Influências Recíprocas. *Gestão e Desenvolvimento*, 81-102.
- Doran, J. E. (2007). *Restorative Justice and Family Violence: Youth-to-Parent Abuse*. Mount Saint Vincent University.
- Duarte, V. M. (2002). Violência Conjugal: O Pacto de Silêncio. Uma reflexão sociológica sobre o impacto da legislação penal portuguesa no crime de violência conjugal. *Sociedade e Cultura* 4, 229-244.
- Dutton, D. G. (1985). An Ecologically nested theory of male violence toward intimates. *International Journal of Women's Studies*, 8(4), 404-413.
- Edenborough, M., Jackson, D., Mannix, J., & Wilkes, L. M. (2008). Living in the red zone: the experience of child-to-mother violence. *Child & Family Social Work* 13 (4), 464-473.
- Edenborough, M., Wilkes, L. M., Jackson, D., & Mannix, J. (2011). Development and validation of the Child-to-Mother Violence Scale. *Nurse researcher*, 18(2), 63-76.
- Erostarbe, I. I. (s.d). *Perfil de los hijos adolescentes que agreden a sus padres. investigación realizada en la CAV*.
- Evans, E. D., & Warren-Sohlberg, L. (1988). A Pattern Analysis of Adolescent Abusive Behavior toward Parents. *Journal of adolescent research*, 3(2), 201-216.
- Farrington, K. (1980). Stress and Family Violence. Em M. A. Straus, & G. T. Hotaling, *The Social Causes of Husband-Wife Violence* (pp. 94 - 114). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação*. Loures: Lusociência.
- Foucault, M. (1991 [1977]). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: graal.
- Gabriel, L., Tizro, Z., James, H., Cronin-Davis, J., Beetham, T., Corbally, A., . . . Hill, S. (2018). "Give me some space": exploring youth to parent aggression and violence. *J Fam Viol*(33), 161-169.

- Gallagher, E. (2004a). Youth Who Victimise Their Parents. *ANZJFT*, 25(2), 94-105.
- Gallagher, E. (2004b). Parents Victimised by Their Children. *ANZJFT*, 25(1), 1-12.
- Gallagher, E. (2008). *Children's Violence to Parents: A Critical Literature Review*. Australia : Monash University. Obtido em 12 de dezembro de 2020, de <http://www.eddiegallagher.com.au/Violence%20to%20Parents%20-%20Gallagher%202008.pdf>
- Gallego, R., Sanmartín, B., & Vilariño, M. (2015). 2018. *¿ Predice el Maltrato Infantil la Violencia Filio-Parental?: La Hipótesis de la Bidireccionalidad*. Congreso Internacional e Interuniversitario contra la Pobreza Infantil en el Mundo , Huelva.
- Galliano, A. G. (1979). *O Método Científico: Teoria e Prática*. São Paulo: Mosaico Ltda.
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace and Peace Research. (I. P. Institute, Ed.) *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
- García, A. L. (novembro de 2020). As vítimas de violência filioparental em Espanha. *Miscellanea APAV*, 30-34.
- García, A. L., & Alberola, C. R. (2010). Menores Agresores en el Ámbito Familiar. Un Estudio de Casos. *Revista de Derecho Penal y Criminología*, 3(3), 353-375.
- García, P. J., Pérez, B., Contreras, L., & Cano-Lozano, M. C. (2020). Analysing child-to-parent violence in Chilean adolescents: Prevalence and reasons. *Current Psychology*, 1-12.
- García, T. P., & Pereira, R. (2006). Violencia Filio-Parental: Revisión de la Bibliografía. *Revista Mosaico*(36), 1-13.
- García-Mendoza, M. d., Parra, Á., & Sánchez-Queija, I. (2017). Relaciones Familiares Y Ajuste Psicológico en Adultos Emergentes Universitarios Españoles. *Behavioral Psychology / Psicología Conductual*, 25(2), 405-417.

- Garrido, V. (2009 [2005]). *Los Hijos Tiranos: El Síndrome Del Imperador*. Barcelona: Ariel.
- Garrido, V., & Doménech, M. J. (julho de 2016). La Violencia Filio-parental: una revisión de la investigación empírica en España y sus implicaciones para la prevención y tratamiento. *Revista de Derecho Penal y Criminología*(16), 339-374.
- Gaspar, I. L. (2020). *Delinquência Juvenil: crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1979). Violence in the American Family. *Journal of Social Issues*, 35(2), 15-39.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Rio Grande do Sul: UFRGS.
- Giddens, A. (1996). *As Consequências da Modernidade* (3ª Edição ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Goldenberg, M. (2004 [1997]). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Gomide, P. I. (2004). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites* (3ª edição ed.). Petrópolis: Vozes.
- Gonçalves, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Braga: Universidade do Minho- Instituto de Ciências Sociais.
- Gonçalves, M. M. (2007). *Educação, Trabalho e Família: trajetórias de diplomados universitários*. Aveiro: Universidade de Aveiro: Departamento de Ciências da Educação.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (2005). Paradigmatic Controversies, Contradictions, and Emerging Confluences. Em N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln, *The Sage handbook of qualitative research* (pp. 191-215). SAGE Publications Ltd. .
- Harbin, H. T., & Madden, D. J. (outubro de 1979). Battered Parents: A New Syndrome. *Am J Psychiatry*, 136(10), 1288-1291.

- Haro, F. A., Serafim, J., Cobra, J., Faria, L., Roque, M. I., Ramos, M., . . . Costa, R. (2016). *Investigação em Ciências Sociais: Guia Prático do Estudante*. Lisboa: PACTOR.
- Hartz, D. T. (1995). Comparative conflict resolution patterns among parent-teen dyads of four ethnic groups in Hawaii. *Child Abuse & Neglect*, 19(6), 681-689.
- Heinemann, K. (2003). *Introducción a La Metodología de La Investigación Empírica: El ejemplo de las ciências del deporte*. Barcelona: Editorial Paidotribo.
- Holt, A. (2012). Researching Parent Abuse: A Critical Review of the Methods. *Social Policy & Society*, 11(2), 289-298.
- Holt, A. (2013). *Adolescent-to-Parent Abuse: Current Understandings in Research, Policy and Practice*. Chicago: Policy Press.
- Holt, A. (2015). Adolescent-to-Parent Abuse as a Form of "Domestic Violence": A Conceptual Review. *Trauma, Violence & Abuse*, 1-10.
- Honjo, S., & Wakabayashi, S. (1988). Family Violence in Japan- A Compilation of Data from the Department of Psychiatry, Nagoya University Hospital. *The Japanese Journal of Psychiatry and Neurology*, 42, 5-10.
- Howard, J., & Rottem, N. (2011). *It All Starts At Home: Male Adolescent Violence to Mothers*. Monash University: Inner South Community Health Service Inc and Child Abuse Research Australia.
- Hoyo-Bilbao, J. D., Orue, I., Gámez-Guadix, M., & Calvete, E. (2020). Multivariate Models of Child-to-Mother Violence and Child-to-Father Violence among Adolescents. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 12(1), 11-21.
- Ianni, O. (2002). A violência na sociedade contemporânea. *Estudos de Sociologia*, 7(12), s.p.
- Ibabe, I. (2015). Predictores familiares de la violencia filio-parental: el papel de la disciplina familiar. *Anales de psicología*, 31(2), 615-625.

- Ibabe, I. (2019). Adolescent-to-Parent Violence and Family Environment: The Perceptions of Same Reality? *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(2215), 1-14.
- Ibabe, I., & Bentler, P. M. (2016). The Contribution of Family Relationships to Child-to-Parent Violence. *Journal of family violence*, 31(2), 259-269.
- Ibabe, I., & Jaureguizar, J. (2010). Child-to-parent violence: Profile of abusive adolescents and their families. *Journal of Criminal Justice*, 38, 616-624.
- Ibabe, I., & Jaureguizar, J. (2011). ¿Hasta qué punto la violencia filio-parental es bidireccional? *Anales de psicología*, 27(2), 265-277.
- Ibabe, I., Arnoso, A., & Elgorriaga, E. (2014). Behavioral problems and depressive symptomatology as predictors of child-to-parent violence. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 6(2), 53-61.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J., & Bentler, P. M. (2013). Risk Factors for Child-to-Parent Violence. *J Fam Viol*, 28, 523-534.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J., & Díaz, Ó. (2007). *Violencia Filio-Parental: Conductas Violentas de Jóvenes Hacia Sus Padres*. Vitoria-Gasteiz: Eusko Jaurlaritzaren Argitalpen Zarbitzu Nagusia, Serviço Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Ibabe, I., Jaureguizar, J., & Díaz, Ó. (2009). Adolescent Violence Against Parents. Is it a Consequence of Gender Inequality? *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 1(1), 3-24.
- Jackson, D. (2003). Broadening constructions of family violence: mother's perspectives of aggression from their children. *Child and Family Social Work*(8), 321-329.
- Jackson, N. A. (2007). *Encyclopedia of Domestic Violence*. New York: Routledge.
- Jackson, R., Camara, S., & Drummond, D. K. (2007). What is Qualitative Research? *Qualitative Research Reports in Communication*, 8(1), 21-28.
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, W. D., Ware, H. S., Spiller, L. C., & Swank, P. R. (1998). Knife, Guns, and Interparent Violence: Relations

- With Child Behavior Problems. *Journal of Family Psychology*, 12(2), 178-194.
- Kant, I. (2019 [1784]). *Answering the question: What is enlightenment?*. Strelbytskyy Multimedia.
- Keniston, K. (1971). *Youth and Dissent: The rise of a new opposition*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Kennair, N., & Mellor, D. (2007). Parent Abuse: A Review. *Theoretical Review*, s.p.
- Kethineni, S. (outubro de 2004). Youth-on-Parent Violence In a Central Illinois County. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 2(4), 374-394.
- Kumagai, F. (1981). Filial Violence: A Peculiar Parent-Child Repationship in the Japanese Family Today. *Journal of Comparative Family Studies*, 12(3), 337-349.
- Laurent, A., & Derry, A. (1999). Violence of French Adolescents Toward Their Parents: Characteristics and Contexts. *Journal of Adolescent Health*, 21-26.
- Leandro, M. E. (2006). Transformações da família na história do Ocidente. *THEOLOGICA*, 2º serie(41), 51-74.
- Levinson, D. J. (janeiro de 1986). A Conception of Adult Development. *American Psychologist*, 1, 3-13.
- Livingston, L. R. (1986). Measuring Domestic Violence in an Alcoholic Population. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, 13(4), 934- 953.
- Lohman, B. J., Senia, J. M., Neppl, T. K., & Schofield, T. J. (2013). Understanding Adolescent and Family Influences on Intimate Partner Psychological Violence During Emergind Adulthood and Adulthood. *J Youth Adolescence*, 42(4), 500-517.
- Lopes, A. R. (1993). Reflexões sobre Currículo: as relações entre senso comum, saber popular e saber escolar. *Em Aberto*, 12(58), 15-22.

- Lourenço, N., & Carvalho, M. J. (2001). Violência Doméstica: Conceito e âmbito. Tipos e Espaços de Violência. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*(3), 95-121.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1992). Representações da Violência: Percepção social do grau, da frequência, das causas e das medidas para diminuir a violência em Portugal. *Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais*, 91(2).
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Lourenço, N., Lisboa, M., Leote, M. J., & Frias, G. (2016). *Sociedade e Violência: Dinâmicas Sociais e representações da Violência: Análise comparativa a partir dos inquéritos às representações sociais da violência de 1990 e 1995 em Portugal*. Lisboa: Edições colibri.
- Lyons, J., Bell, T., Fréchette, S., & Romano, E. (2015). Child-to-Parent Violence: Frequency and Family Correlates. *J Fam Viol*, 30(6), 729-742.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa: CIG.
- Martínez, M. L., Estévez, E., Jiménez, T. I., & Velilla, C. (2015). Violencia Filio-Parental: Principales Características, Factores de Riesgo Y Claves para la Intervención. *Papeles del Psicólogo*, 36(3), 216-223.
- Maxwell, C. D., & Maxwell, S. R. (2003). Experiencing and Witnessing Familial Aggression and Their Relationship to Physically Aggressive Behaviors Among Filipino Adolescents. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(12), 1432-1451.
- McCloskey, L. A., & Lichter, E. L. (abril de 2003). The Contribution of Marital Violence to Adolescent Aggression Across Different Relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(4), 390-412.
- McManus, M., Almond, L., & Bourke, J. (16 de agosto de 2017). Exploring Child-to-Parent Domestic Abuse: Offender Characteristics and DASH Individual

- Risk Factors Associated with Recidivism. *Journal of Forensic Psychology*, 2(3), 1-7.
- Meltzoff, A. N., & Williamson, R. A. (2017). Imitation and Modeling. *Reference Module in Neuroscience Biobehavioral Psychology*, 1-10.
- Miura, P. O., Silva, A. C., Pedrosa, M. M., Costa, M. L., & Filho, J. N. (2018). Violência Doméstica ou Violência Intrafamiliar: Análise dos Termos. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-13.
- Molleda, C. B., & Díaz, J. R. (2007). Reseña de "Los hijos tiranos. El síndrome del emperador" de Vicente Garrido Genovés. *Psicothema*, 19(3), 529-531.
- Monteiro, R. J. (2016). *Os maus tratos psíquicos entre cônjuges no crime de violência doméstica*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Direito.
- Montolío, C. A. (2010). *La Violencia Filio-Parental: Una Aproximación a Sus Claves*. Valencia: Universidad de Valencia.
- Montolío, C. A., Leonhardt, P. C., & Robles, J. L. (2012). Características de las familias que sufren violencia filio-parental: un estudio de revisión. *Educatio Siglo XXI*, 30(2), 231-254.
- Montolío, C. A., Moreno, C. B., & Robles, J. L. (2012). La teoría del aprendizaje social como modelo explicativo de la violencia filio-parental. *Revista Complutense de Educación*, 23(2), 487-511.
- Mota, J. P. (2008). Influência de Factores Socioculturais e da Dimensão Independência-Interdependência no Foco da Ansiedade Social. *Psicologia*, XXII(2), 51-69.
- Moulds, L., Day, A., Mildred, H., Miller, P., & Casey, S. (2016). Adolescent Violence Towards Parents- The Known and Unknowns. *Australian and New Zeland Journal of Family Therapy*, 37, 547-557.
- Murray, D. (2020). *A Insanidade das Massas: Como a opinião e a histeria envenenam a nossa sociedade*. Porto Salvo: Desassossego: livros para pensar.

- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (dezembro de 2010). Delinquência Juvenil: Uma Revisão Teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(2), 69-77. Obtido de <https://www.redalyc.org/pdf/798/79819279007.pdf>
- Nixon, J. (2012). Practitioners' Constructions of Parent Abuse. *Social Policy and Society*, 11, 229-239.
- Nock, M. K., & Kazdin, A. E. (2002). Parent-Directed Physical Aggression by Clinic-Referred Youths. *Journal of Clinical Child Psychology*, 31(2), 193-205.
- O'Hara, K. L., Duchschere, J. E., Beck, C. J., & Lawrence, E. (2017). Adolescent-to-Parent Violence: Translating Research into Effective Practice. *Adolescent Res Rev*(2), 181-198.
- Oliveira, A. A., & Trancoso, A. E. (2014). Processo de Produção Psicossocial de Conceitos: Infância, Juventude e Cultura. *Psicologia & Sociedade*, 26, 18-27.
- Oliveira, R. S. (2018). *A Violência Filioparental: violência exercida pelos filhos contra os seus progenitores*. Lisboa: ISPA.
- Olivencia, J. J. (2020). Prólogo. Em M. J. Villalba, *Conflictos filiparentales: La violencia filiparental desde un enfoque pedagógico e inclusivo: análisis y propuestas en la educación familiar* (pp. 11-13). Barcelona: Octaedro.
- Ortega, R. M. (2017). ¿Es Siempre la Familia el Principal Factor de Riesgo en la Violencia Filioparental? *Revista sobre la infancia y la adolescencia*(12), 1-29.
- Pagani, L. S., Tremblay, R. E., Nagi, D., Zaccolillo, M., Vitaro, F., & McDuff, P. (2004). Risk factor models for adolescent verbal and physical aggression toward mothers. *International Journal of Behavioral Development*, 28(6), 528-537.
- Pagani, L., Larocque, D., Vitaro, F., & Tremblay, R. E. (junho de 2003). Verbal and Physical Abuse Toward Mothers: The Role of Family Configuration, Environment and Coping Strategies. *Journal of Youth and Adolescence*, 32(3), 215-22.

- Pagani, L., Tremblay, R. E., Nagin, D., Zoccolillo, M., Vitaro, F., & McDuff, P. (2009). Risk Factor Models for Adolescent Verbal and Physical Aggression Toward Fathers. *J Fam Viol*, 24(3), 173-182.
- Patacho, P. M. (novembro de 2013). Paradigmas de Investigação em Ciências Sociais. *Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais*, 2(6), 13-28.
- Patuleia, N., & Alberto, I. (julho de 2016). Narrativas e Representações sobre Violência Filioparental numa amostra de Profissionais. *Miscellanea APAV*(1), 6-16.
- Paulson, M. J., Coombs, R. H., & Landsverk, J. (1990). Youth Who Physically Assault Their Parents. *Journal of Family Violence*, 5(2), 121-133.
- Pedroso, J., & Branco, P. (2008). Mudam-se os tempos, muda-se a família. As mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 53-83.
- Peek, C. W., Fischer, J. L., & Kidwell, J. S. (1985). Teenage Violence Toward Parents: A Neglected Dimension of Family Violence. *Journal of Marriage and The Family*, 47(4), 1051-1058.
- Pereira, R. (2017). Violência Filio-Parental: Factores que Favorecem su Aparición. *Revista Construção Psicopedagógica*, 25(26), 5-16.
- Pereira, R., & Bertino, L. (2009). Una comprensión ecológica de la violencia filio-parental. *Redes, Revista de psicoterapia relacional e intervenciones sociales. Segunda época*, 1(21), 69-90.
- Perera, H. (2006). Parent Battering and the psychiatric and family correlates in children and adolescents. *Sri Lanka Journal of Child Health*, 35(1), 128-132.
- Petrini, J. C. (2003). Notas para uma antropologia da família. *Pós-Modernidade e Família: um itinerário de compreensão.*, s.p.
- Plug, W., Zeijl, E., & Bois-Reymond, M. D. (19 de agosto de 2003). Young People's Perceptions on Youth and Adulthood. A Longitudinal Study from the Netherlands. *Journal of Youth Studies*, 6(2), 127-144.

- Poiares, N. (2016). *A letra e os espíritos da lei: A violência doméstica em Portugal por um Direito que dê voz ao silêncio das vítimas*. Lisboa: Chiado Editora.
- Poiares, N. (2019). Violência doméstica e atividade policial. (I. d. Lisboa, Ed.) *Anatomia do Crime: Revista de Ciências Jurídico-Criminais* (9), 59-75.
- Poiares, N. (2020a). Violência doméstica e redes sociais: a proteção jurídico-penal da vida privada na internet. *Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço*, setembro, 10.^a edição.
- Poiares, N. (2020b). Violência Doméstica, Polícia e COVID-19. *Polícia Portuguesa, V série* (1), abril-junho, 36-38.
- Poiares, N., & Dias, E. (2019). Igreja Católica e direito criminal: uma abordagem sociológica ao Código Penal Português (1886). *REVER - Revista de Estudos da Religião*, 19 (3), 311-329.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Rio Grande do Sul: Feevale.
- Quaresma, C. (2012). *Violência Doméstica: Da Participação da Ocorrência à Investigação Criminal* (Cadernos da Administração Interna Coleção Direitos Humanos e Cidadania ed.). Lisboa: DGAI: Direção Geral de Administração Interna.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Relinque, C. S., Arroyo, G. d., León-Moreno, C., & Jerónimo, J. E. (12 de abril de 2019). Child-to-Parent Violence: Which Parenting Style is More Protective? A Study with Spanish Adolescents. *International Journal of Environmental Research and Public Health*.
- Rodríguez, N. M. (2013). *Padres víctimas de abuso por parte de sus hijos: características descriptivas, factores de riesgo y propuesta de un programa de intervención psicológica*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid.

- Rojas-Solís, J. L., Vázquez-Aramburu, G., & Llamazares-Rojo, J. A. (2016). Violencia Filio-Parental: Una Revisión de un Fenómeno Emergente en la Investigación Psicológica. *Ajajo Órgano de Difusión Científica del Departamento de Psicología UCBSP*, 14(1), 140-161.
- Routt, G., & Anderson, L. (2011). Adolescent Violence towards Parents. *Journal of Agression, Maltreatment & Trauma*, 20, 1-19.
- Ruquoy, D. (1997). Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador. Em L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. D. Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 84-116). Lisboa: Gradiva.
- Saller, R. P. (1984). "Familia, Domus", and the Roman Conception of the Family. *Phoenix*, 38(4), 336-355.
- Santos, M. d. (1969). Família e "socialização": um aspeto da evolução social contemporânea. *Análise social*, 67-84.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.
- Silva, L. L., Coelho, E. B., & Caponi, S. N. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface-Comunic., Saúde, Educ.*, 11(21), 93-103.
- Simmons, M. L., & McEwan, T. E. (2019). "But All Kids Yell at Their Parents, Don't They?": Social Norms About Child-to-Parent Abuse in Australia. *Journal of Family Issues*, 40(11), 1486-1508.
- Snyder, H. N., & McCurley, C. (novembro de 2008). *Domestic Assaults by Juvenile Offenders*. US Department of Justice Office of Justice Programs. Washington, DC: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention. Obtido em 13 de dezembro de 2020, de https://rhyclearinghouse.acf.hhs.gov/sites/default/files/docs/17296_Domestic_Assaults_by_Juvenile_Offenders.pdf

- Stewart, M., Burns, A., & Leonard, R. (2 de fevereiro de 2007). Dark Side of the Mothering Role: Abuse of Mothers by Adolescent and Adult Children. *Sex Roles*, 56, 183-191.
- Straus, M. A. (1986). Prevention of Family Violence. Disabilities, Commission of the Prevention of Mental-Emotional (Ed.), *Report of the National Mental Health Association* (pp. 141-148). Washington: National Mental Health Association.
- Straus, M. A., & Hotelling, G. T. (1980). *The Social Causes of Husband-Wife Violence*. Minnesota: Universidade do Minnesota.
- Tew, J., & Nixon, J. (outubro de 2010). Parent Abuse: Opening Up a Discussion of a Complex Instance of Family Power Relations. *Social Policy and Society*, 9(4), 579-589.
- Ulman, A., & Straus, M. A. (2003). Violence by Children Against Mothers in Relation to Violence Between Parents and Corporal Punishment by Parents. *Journal of Comparative Family Studies*, 34(1), 41-60.
- Urra, J. (2016). *O Pequeno Ditador Cresceu: Pais e Filhos em Conflito*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Vázquez- Sánchez, V., Romo-Tobón, R. J., Rojas-Solís, J. L., González, M. d., & Yedra, L. R. (2019). Violencia Filio-Parental En Adultos Emergentes Mexicanos: Un Análisis Exploratorio. *Revista Electrónica de Psicología Iztacala*, 22(3), 2534-2551.
- Vilelas, J. (2020). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Villalba, M. J. (2020). *Conflictos filioparentales: La violencia filioparental desde un enfoque pedagógico e inclusivo: análisis y propuestas en la educación familiar*. Barcelona: Octaedro.
- Walsh, J. A., & Krienert, J. L. (2007). Child-Parent Violence: An Empirical Analysis of Offender, Victim, and Event Characteristics in a National Sample of Reported Incidents. *J Fam Viol*, 22(7), 563-574.

- Walsh, J. A., & Krienert, J. L. (setembro de 2009). A Decade of Child-Initiated Family Violence: Comparative Analysis of Child-Parent Violence and Parricide Examining Offender, Victim, and Event Characteristics in a National Sample of Reported Incidents, 1995-2005. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(9), 1450-1477.
- Weissbrot-Koziarska, A., & Kania, S. (2020). Teenage Violence Toward Parents- in Search of the Theoretical Bases of a Research Tool. *Przegląd Badań Edukacyjnych*, 231-246.
- Wilcox, P. (2012). Is Parent Abuse a Form of Domestic Violence? *Social Policy & Society* (2012), 11(2), 277-288.
- Zúñiga, C. C. (2016). *La Violencia Filioparental en Contextos de Transformación Familiar y Procesos de Individualización Cuando los Numeros no Hablan*. Santiago de Chile: Universidade de Chile Faculdade de Ciencias Sociales Escuela de Postgrado. Obtido em 16 de novembro de 2020, de <http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/145894/La%20violencia%20filioparental%20en%20contextos%20de%20transformación%20familiar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Relatórios:

V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017). Obtido a 3 de novembro de 2020.

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Relatorio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-Final-do-V-PNPCVDG-2017.pdf>

Aprovada a convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Obtido a 3 de novembro de 2020.

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis

Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres. Obtido a 3 de novembro de 2020.

<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>

Estatísticas APAV. Crimes de Violência Doméstica. Violência Filioparental 2013-2018. Obtido a 10 de agosto de 2020.

https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Violencia_Filioparental_2013_2018.pdf

Estatísticas APAV. Crimes de Violência Doméstica: Filhos que Agridem os Pais [2004-2012]. Obtido a 5 de julho de 2020.

https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_VD_FQAP_2004-2012.pdf

Policy Brief: The Impact of Covid-19 on Women (2020). Obtido a 10 de dezembro de 2020.

<https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406>

Relatório Anual de Segurança Interna (2019). Obtido a 5 de outubro de 2020.

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDA0sAAQJ%2bleAUAAAA%3d>

Violência Doméstica. Relatório Anual de Monitorização 2019. Obtido a 10 de dezembro de 2020.

https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/vd/RelVD_2019.pdf

Vítimas de Homicídio. Relatório APAV 2019. Obtido a 27 de novembro de 2020.

https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Relatorio_APAV_2019_Vitimas_Homicidio.pdf

World Report on Violence and Health: Summary. (2002) Geneva: WHO Library Cataloguing-in. Obtido no dia 15 de dezembro de 2020.

https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf